
PPGAU-UFPB

EM BUSCA DO CONJUNTO PAULO FREIRE

UMA CONSTRUÇÃO HISTORIOGRÁFICA
LATINO-AMERICANA DAS AÇÕES DO ESTADO,
TÉCNICOS E POPULAÇÃO NA PRODUÇÃO DE
HABITAÇÃO SOCIAL (1950-1990)

APOENNA CAETANO LIMA

2023





Universidade Federal da Paraíba

Programa de Pós-graduação em Arquitetura e
Urbanismo

VERSÃO CORRIGIDA

Em busca do Conjunto Paulo Freire:

Uma construção historiográfica
latino-americana das ações do estado, técnicos e
população na produção de habitação social
(1950-1990)

Dissertação de Mestrado do Programa de
Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Federal da Paraíba.

Orientador(a): Marcio Cotrim

Coorientador(a): Nilce Cristina Aravecchia Botas

João Pessoa, 2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732e Lima, Apoenna Caetano.

Em busca do Conjunto Paulo Freire : uma construção historiográfica latino-americana das ações do Estado, técnicos e população na produção de habitação social (1950-1990) / Apoenna Caetano Lima. - João Pessoa, 2023.

162 f. : il.

Orientação: Marcio Cotrim.

Coorientação: Nilce Cristina Aravecchia-Botas.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CT.

1. Historiografia. 2. Genealogia. 3. Montagem - Abordagem genealógica. 4. Formação - Trajetória. 5. Técnica construtiva. 6. Conjunto Paulo Freire. I. Cotrim, Marcio. II. Aravecchia-Botas, Nilce Cristina. III. Título.

UFPB/BC

CDU 82-94(043)

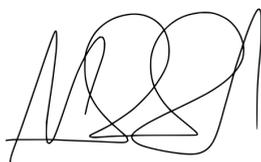
FOLHA DE APROVAÇÃO

Em busca do Conjunto Paulo Freire: uma construção historiográfica

Por

Apoenna Caetano Lima

Trabalho de pesquisa aprovado em 19 de dezembro de 2023



Prof. Dr. Márcio Cotrim Cunha
(Orientador/Presidente – PPGAU/UFPB)

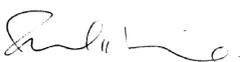
Documento assinado digitalmente
gov.br WYLNNA CARLOS LIMA VIDAL
Data: 19/12/2023 15:34:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Wynna Carlos Lima Vidal
(Avaliadora interna – PPGAU/UFPB)

Prof.^a Dr.^a Nilce Cristina Aravecchia Botas
(Coorientadora/Avaliadora Externa - USP)

Documento assinado digitalmente
gov.br JOSE CARLOS HUAPAYA ESPINOZA
Data: 19/12/2023 14:03:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. José Carlos Huapaya Espinoza
(Avaliador Externo – UFBA)

Assinatura: 
Email: nilcearavecchia@usp.br

João Pessoa-PB - 2023

À Galdecina, Geraldina e Lídia (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

A Márcio Cotrim, aos inúmeros conselhos dados que deram base a esta jornada. Quando o percurso a seguir ainda era incerto, suas orientações foram um guia primordial.

A Nilce Aravecchia, por aceitar colaborar com este percurso e por sua assertividade ao apresentar outros caminhos, os quais, por fim, se materializaram nesta dissertação.

A Wylnna Vidal e José Carlos Huapaya, por proporcionarem uma banca de qualificação tão esclarecedora, com contribuições que solidificaram a construção deste estudo.

As moradoras do Conjunto Paulo Freire, técnicos e colaboradores da Usina CTAH, pela hospitalidade, disponibilidade e partilha imprescindíveis ao desenvolvimento desta pesquisa.

A César Canova, que, com sua inteligência e apoio, me estimulou a ser uma melhor pesquisadora.

Aos professores, colegas e funcionários do PPGAU-UFPB, por toda partilha feita durante aulas e conversas, assim como, pelo suporte prestado ao longo do curso.

A Hévila, Letícia e Lucas, por todas as conversas e conselhos. Agradeço pela presença - mesmo à distância - que ultrapassou a pós-graduação e preencheu outros espaços da vida.

A Alana, Allyson, Raiza, Letícia, Túlio e Gau pela trajetória compartilhada ao longo de todos esses anos. Agradeço por todo amor e companheirismo que me serviu de combustível neste percurso e nos demais da vida.

A Jhonnathas, por tudo e por tanto. Faço aqui menção especial a um dos vários momentos singelos que só criamos juntos. “Pequenas tartarugas” dão sim “grandes passos”.

A minha mãe, por ser meu ponto de partida e alicerce a cada caminho trilhado.

RESUMO

Este estudo compila aportes históricos sobre práticas ligadas à atuação do Estado, de técnicos e de organizações populares em uma construção historiográfica - de várias possíveis - do Conjunto Paulo Freire. O objetivo da pesquisa é elaborar uma versão histórica que complemente o panorama predominante identificado nas produções que abordam essa obra de moradia social mutirante e autogerida. Para tanto, se estruturou um percurso metodológico que se apoia no entendimento da abordagem genealógica de Michel Foucault, bem como a de montagem, resgatada por Paola Berenstein Jacques. O trabalho se divide em duas partes. A parte I descreve a perspectiva histórica mais difundida, presente nas produções de São Paulo que registram os eventos que culminaram no Conjunto Paulo Freire. A parte II apresenta uma perspectiva mais elástica, construída com base em duas trajetórias que despontam da produção do conjunto: a trajetória da formação e a da técnica construtiva. Para tal, recorre-se a aportes elaborados sobre experiências latino-americanas que ocorreram a partir do Segundo Pós-guerra e se relacionam com os aspectos mapeados na parte I. O percurso, montado a partir dessas entradas, levou a pistas que conectam o objeto de pesquisa a eventos passados que foram pouco relacionados ou sequer nomeados em versões anteriores dessa historiografia.

Palavras-chave: Historiografia; Genealogia; Montagem; Formação; Técnica construtiva; Conjunto Paulo Freire.

ABSTRACT

This study compiles historical contributions on practices linked to the actions of the State, technicians and popular organizations in one historiographic construction - of several possible ones - of the Paulo Freire Complex. The objective of the research is to develop an historical version that complements the predominant panorama identified in the productions that address this collective autoconstruction and self-managed social housing. To this end, a methodological path was structured that is based on the understanding of Michel Foucault's genealogical historiographical approach, as well as that of "assembly" by Paola Berenstein Jacques. The work is divided into two parts. Part I describes the predominant historical perspective, recorded in documents and productions that narrate the events that culminated in the Paulo Freire Complex. Part II presents a more elastic perspective, built based on two trajectories that emerge from the production of the set: the trajectory of formation and that of construction technique. To this end, we use contributions elaborated on Latin American experiences that occurred after the Second World War and are related to the aspects mapped in part I. The route, assembled from these entries, led to clues that connect the object of research to past events that were little related or even named in previous versions of this historiography.

Key words: Historiography; Genealogy; Assembly; Education; Construction technique; Paulo Freire Complex

Este trabalho foi realizado com apoio da
**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior (CAPES).**

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 01 - Ato de pressão para assinatura de novos convênios e liberação de recursos organizado pelo MST Leste 1 na prefeitura de São Paulo em 1990.....	26
Figura 02 - Esquema de organização e vínculos da Associação Paulo Freire.....	27
Quadro 01 - Quadro de estados de origem dos integrantes da Associação Paulo Freire.....	27
Figura 03, 04 e 05 - Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e Flávio Império, respectivamente.....	29
Figura 06 - Conjunto Habitacional José Pedro Varela.....	30
Figura 07 - Complexo Bulevar Artigas em Montevidéu, Uruguai. A obra habitacional, implementada no ano de 1971, foi frutos da segunda fase de produção das cooperativas de ajuda mútua uruguaias.....	31
Figura 08 - Moradores e membros do LabHab em mutirão no Recanto da Alegria, área localizada na Zona Sul de São Paulo.....	32
Figura 09 e 10 - Fabricação de painéis de parede e escada no sistema construtivo de painéis cerâmicos.....	33
Figura 11 - Canteiro de obras do Mutirão Terra é Nossa.....	34
Figura 12 e 13 - Prédios e casas do Conjunto Cazuzza.....	35
Figura 14, 15 e 16 - Conjunto COPROMO.....	37
Figura 17 - Canteiro de obras na Cidade Tiradentes na década de 1980.....	40
Quadro 02 - Produção de unidades habitacionais públicas em São Paulo entre 1970 e 2008.....	41
Figura 18 - Propaganda do Programa Cingapura implementado pela Prefeitura de São Paulo.....	42
Figura 19 - Mapa de localização do terreno do Conjunto Paulo Freire no município de São Paulo-SP.....	44
Figura 20 - Perímetro do Conjunto Inácio Monteiro.....	45
Figura 21 - Ato realizado pela Associação Paulo Freire no terreno destinado a construção das moradias.....	46
Figura 22 - Barracão de apoio ao Mutirão Paulo Freire.....	46

Figura 23, 24 e 25 - Assembleias de discussão coletiva.....	49
Figura 26 - Maquete eletrônica da segunda proposta projetual elaborada para o conjunto Paulo Freire.....	50
Figura 27 - Planta baixa do pavimento tipo das edificações do conjunto Paulo Freire.....	51
Figura 28 - Implantação do Conjunto Paulo Freire.....	51
Figura 29 e 30 - Registro da visita ao galpão de fabricação da Empresa Pórtico e perfil metálico utilizado na estrutura do Conjunto Paulo Freire.....	52
Figura 31 - Murais elaborados pela Associação Paulo Freire e Usina CTAH documentando o processo do Mutirão Paulo Freire.....	54
Figura 32 - Cartilha ilustrada do regulamento da obra.....	55
Figura 33 - Centro Educacional Unificado (CEU) Inácio Monteiro.....	57
Figura 34 - Atividade de formação com os mutirantes coordenada pelo grupo CIPA.....	57
Figura 35, 36 e 37 - Cenas do curta “Capacetes coloridos”.....	59
Figura 38, 39 e 40 - Obra de patamarização do equipamento de apoio ao canteiro.....	60
Figura 41 - Cronogramas de acompanhamento de obras dos meses de maio e junho de 2006.....	63
Figura 42 - Canteiro do Mutirão Paulo Freire.....	64
Figura 43 - Cenas do curta “Capacetes coloridos”.....	65
Figura 44 e 45 - Atividade de seleção dos apartamentos realizada em assembleia geral.....	66
Figura 46 e 47 - Instalação de iluminação pública em 2015 e instalação de painéis solares em 2023.....	68
Figura 48 e 49 - Conjunto Paulo Freire na atualidade.....	70
Figura 50 e 51 - Visita de importantes figuras norte-americanas a países da América Latina durante o regime da Política da boa vizinhança.....	74
Figura 52 e 53 - Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e o presidente Juscelino Kubitschek em Brasília. Le Corbusier, Josep Lluís Sert, Paul Lester Wiener, Carlos Arbeláez e Francisco Pizano em Bogotá.....	77
Figura 54 e 55 - Exposição "Latin American Architecture Since 1945"	78
Figura 56 e 57 - Carta de Lima, 1964 e Revista da SIAP, n.1 de março de 1967.....	82
Figura 58 e 59 - Publicações do CINVA.....	84
Figura 60 - Cursos de extensão promovidos pelo CINVA entre o período de 1958 e 1972.....	85
Figura 61 - Palestra ministrada durante o Curso Regional de Vivenda Rural em Viçosa (MG)	86
Figura 62 e 63 - Projeto em planta baixa e execução de casa experimental do Curso Regional de Vivenda Rural em Minas Gerais.....	87

Figura 64 - Versão patenteada da máquina CINVA-RAM e sequência de passos que demonstra o uso.....	88
Figura 65 - Produção dos blocos utilizados nos projetos experimentais do Curso Regional de Vivenda Rural em Minas Gerais.....	88
Figura 66 e 67 - Execução e implantação do conjunto Ciudad Kennedy.....	91
Figura 68 - Publicação do jornal El Correo da UNESCO de 1951 sobre as Missões Culturais Mexicanas voltadas para a população campesina.....	95
Figura 69 - Lição da Cartilha “Viver é Lutar”.....	96
Figura 70 e 71 - Reunião dos coordenadores com Paulo Freire e Círculo de Cultura coordenado por Marco Guerra.....	98
Figura 72 e 73 - Desenhos das palavras geradoras utilizados no Círculo de Cultura.....	99
Figura 74 - Discurso do Presidente João Goulart em 2 de abril de 1962 na quadragésima aula em Angico.....	100
Figura 75 - Modelo de uma produção, na época de transição, elaborado a partir da dissertação de Rodrigo Lefèvre.....	102
Figura 76 - Quadrinho publicado pelo Autogobierno.....	105
Figura 77 - Esquema de elaboração do Plano de Estudo do Autogobierno.....	108
Figura 78 - Apresentação de maquete que representa um protótipo de habitação autoconstruída destinada à comunidade de catadores de lixo de Santa Fé.....	108
Figura 79 - Montagem com capas da linha editorial do Autogobierno.....	109
Figura 80 - Projeto de “Habitação ecológica em autoconstrução de Chempil, Chiapas” do Ateliê 6 do Autogobierno.....	110
Figura 81 - Moradia estudantil da UNICAMP.....	111
Figura 82 - O símbolo do movimento Autogobierno.....	112
Figura 83 - Manifestação das Ligas Camponesas em Recife em 1960.....	115
Figura 84 e 85 - Plano piloto do projeto da comunidade de Cajueiro Seco e sua implantação parcial.....	118
Figura 86 - Projeto da fabricação de painéis, montagem e modulação das tipologias habitacionais.....	119
Figura 87 e 88 - Demonstração da montagem de painéis pré-fabricados para criar as vedações das moradias, e produção das moradias na Comunidade Cajueiro Seco.....	120
Figura 89 - Matéria no Diário de Pernambuco sobre a Taipa armada levada para o Congresso da UIA em Havana em 1963.....	121
Figura 90 e 91 - Favela Brás de Pina, antes e depois.....	122
Figura 92 e 93 - Barriada em Lima registradas por Turner.....	127
Figura 94 - Vista do bairro PREVI em 1976.....	129
Figura 95 - Usina e Canteiro do bairro PREVI.....	130

Figura 96 - Antes e depois das intervenções feitas nas unidades projetadas para o bairro PREVI e para o Conjunto Cazuzza.....	131
Figura 97 - Fábrica de componentes de argamassa armada em Abadiânia.....	132
Figura 98 - Nebulosa da construção historiográfica do Conjunto Paulo Freire.	139

SUMÁRIO

FORMANDO A BASE 2

FERRAMENTAS PARA UMA CONSTRUÇÃO HISTORIOGRÁFICA 5

GENEALOGIA COMO FERRAMENTA.....	10
MONTAGEM COMO FERRAMENTA.....	14
A ESTRUTURA.....	17

PARTE I 19

1. CONSTRUINDO O CONJUNTO PAULO FREIRE.....	24
1.1. A TRAJETÓRIA DA ORGANIZAÇÃO POPULAR: ASSOCIAÇÃO DE CONSTRUÇÃO COMUNITÁRIA PAULO FREIRE.....	25
1.2. A TRAJETÓRIA DOS TÉCNICOS: USINA CTAH.....	29
1.3. A TRAJETÓRIA ESTATAL: COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO.....	39
1.4. A PRODUÇÃO DA MORADIA POPULAR.....	43
1.4.1. CONQUISTA DO TERRENO.....	43
1.4.2. O PROJETO PARTICIPATIVO.....	47
1.4.3. TRABALHO E FORMAÇÃO SOCIAL: O PLANO DE TRABALHO SOCIAL.....	53
1.4.4. TRABALHO E FORMAÇÃO TÉCNICA: ORGANIZAÇÃO DO CANTEIRO E CONSTRUÇÃO.....	55
1.5. ALGUNS APONTAMENTOS.....	69

PARTE II

71

2. AMPLIANDO A CONSTRUÇÃO: O PERCURSO DA FORMAÇÃO.....	80
2.1. A ATUAÇÃO DO CENTRO INTERAMERICANO DE VIVIENDA (CINVA) NA COLÔMBIA E NA AMÉRICA LATINA.....	81
2.2. O MÉTODO PAULO FREIRE NO BRASIL: EDUCAÇÃO ANCORADA NO CONTEXTO.....	94
2.3. AUTOGOBIERNO DA ESCOLA NACIONAL DE ARQUITETURA NA CIDADE DO MÉXICO, MÉXICO: AUTONOMIA COMO PROJETO PEDAGÓGICO.....	104
3. AMPLIANDO A CONSTRUÇÃO: O PERCURSO DA TÉCNICA CONSTRUTIVA.....	113
3.1. A TAIPA ARMADA EM CAJUEIRO SECO, BRASIL.....	114
3.2. OS PROJETOS DO CONCURSO INTERNACIONAL DO PROYECTO EXPERIMENTAL DE VIVIENDA(PREVI) EM LIMA, PERU.....	125

UMA PAUSA

133

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	140
APÊNDICE.....	148

FORMANDO A BASE

Como se desenvolveram práticas na produção de moradia social, decorrentes da ação conjunta do Estado, de técnicos profissionais e população? Como pensar uma historiografia que auxilie na compreensão do panorama que possibilitou essas práticas?

É a partir dessas questões centrais que este trabalho almeja compilar um panorama resultante de articulações governamentais, profissionais e populares, que na década de 1980 culminou na produção de habitação social mutirante e autogerida em São Paulo-SP. Essa produção, que fomenta o trabalho coletivo, estimula o aprendizado e a criação de novos procedimentos construtivos (ARANTES, 2002), tem seu entendimento enriquecido por numerosos estudos desde que foi institucionalizada como uma política pública.

Ao levantar uma amostra dos estudos mais relevantes que elaboram uma bibliografia para a produção mutirante de São Paulo, observa-se que sua construção foi realizada por agentes que estavam diretamente envolvidos no processo, seja na organização dos grupos de assessoria técnica, intermediando a ação dos movimentos de moradia com o poder público, ou difundindo a temática no meio acadêmico da Universidade em São Paulo. É o caso de autores como Nabil Bonduki (1992), Pedro Arantes (2002), Caio Santo Amore de Carvalho (2004), José Baravelli (2006) e João Marcos de Almeida Lopes (2011)¹. A partir de uma perspectiva de pesquisa desenvolvida em outra região, distante desse meio, percebe-se que esses autores moldam um campo disciplinar a partir de um olhar limitado - o de registrar e difundir as experiências mutirantes - que partir de ações que protagonizaram, na região que ocupam. Mesmo ao preencher uma lacuna bibliográfica sobre práticas arquitetônicas e políticas que pouco constam em registro do campo da arquitetura e urbanismo

¹ O Google Acadêmico registra que as obras dos autores acumulam um total de 489 citações em publicações científicas diversas, certificando sua relevância no campo disciplinar.

- conforme apontado pelos autores - as obras sobre os mutirões autogeridos de São Paulo, por serem restritas a ações locais e não se comprometerem necessariamente com a pesquisa histórica, aparentam estar desvinculadas de um contexto mais amplo. Os trabalhos não dão conta de apresentar a diversidade de organizações, discussões e produções que despontaram da conjuntura internacional, na qual a produção de São Paulo e do Brasil estavam inseridas. Esse aspecto expõe uma **problemática** disciplinar e uma lacuna a ser preenchida na construção de uma historiografia das produções sociais de moradia que envolvem a ação conjunta de técnicos e população .

Marina Waisman, em seu trabalho "*El interior de la historia*", a historiadora argentina afirma que a "ciência histórica" não representa o passado em sua completude pela impossibilidade de abordar todos os fatos, objetos ou acontecimentos, recortes são feitos para reduzir a totalidade dos eventos a uma dimensão compreensível (WAISMAN, 2013). A autora pontua que esses recortes "estão comprometidos diretamente com a ideologia do historiador" assim como do momento vivenciado "já que a história é escrita a partir dos interesses do presente" (WAISMAN, 2013, p. 04 e 05).

Tendo essa compreensão sobre a natureza da historiografia, pretende-se explorar outros recortes do espaço e do tempo, a partir do presente contexto, problematizando os protagonismos atribuídos por um grupo acadêmico específico a um campo disciplinar que se mostra mais amplo e complexo. Com o esforço, busca-se fazer com que outras camadas interpretativas emergam, ampliando a compreensão do panorama dessa produção de moradia pública, indo de encontro ao que afirma Waisman (2013, p.04) de que "a história, [...], é continuamente reescrita, e a historiografia permite a dupla leitura da matéria tratada e da ideologia do momento histórico em que foi estudada. [...]" .

Este estudo propõe explorar a produção mutirante e autogerida de São Paulo adotando como ponto de partida o Conjunto Paulo Freire. O conjunto habitacional, produto cultural simbólico e representativo do contexto, se localiza na Cidade Tiradentes, distrito da Zona Leste de São Paulo. Foi resultado da experiência de mutirão autogerido realizado pela Associação de Construção Comunitária Paulo Freire junto a assessoria técnica Usina - Centro de Trabalho do Ambiente Habitado (Usina CTAH), grupo que se destaca pela sua trajetória consistente no campo da produção habitacional junto aos movimentos de moradia de São Paulo. A obra, que ocorreu entre os anos 1998 a 2010, foi financiada pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP), órgão de execução da política habitacional do município. O conjunto residencial, que homenageia o educador pernambucano Paulo Freire, foi um marco na trajetória da produção de moradia por movimentos populares ao abrigar 100 unidades habitacionais em edifícios cuja estrutura é composta inteiramente por perfis metálicos pré-fabricados. O Mutirão Paulo Freire foi o primeiro canteiro autogerido a adotar essa solução estrutural no Brasil.

Para a Usina CTAH e Mutirantes (2016) o Conjunto Paulo Freire, pode ser assimilado como a alternativa proposta pelos movimentos de moradias na produção de habitação pública, pelos resultados alcançados com a prática autogestionária. Ainda pontuam que apesar dos desafios que é exercitar a autonomia popular almejada pelo modelo de produção, a experiência conseguiu tornar famílias, sujeitos ativos na conquista e na definição da qualidade da moradia, ao atuar no projeto, na construção e na gerência do

financiamento público, substituindo o trabalho de construtoras e de projetistas do governo.

A obra habitacional, que inspirou diversos enfoques de pesquisa e é rica em registros bibliográficos, documentais e audiovisuais², é tratada neste trabalho como **objeto de estudo** cuja análise é discutida a partir de uma perspectiva histórica, destrinchando eventos com o intuito de trazer maior complexidade à bibliografia já apresentada. Nesta busca pelo Conjunto Paulo Freire³, delimita-se como **objetivo geral** compilar discussões que possam ampliar, no tempo e no espaço, o entendimento sobre o contexto histórico que resultou no Conjunto Paulo Freire. Portanto busca-se conectar as versões enunciadas inicialmente, a experiências brasileiras e latino-americanas que ocorreram a desde o Segundo Pós-guerra, identificando, relações, heranças e difusões que podem ser mapeadas, a partir da leitura e análise aprofundada de fontes bibliográficas e documentais disponíveis sobre essas produções e a produção residencial mutirante. Justifica-se esse exercício pelo seu potencial de impulsionar o debate contemporâneo em torno de práticas políticas e coletivas na produção de moradia, além de situar e reforçar o registro dessas práticas dentro da historiografia da arquitetura e urbanismo.

A construção desta dissertação se fundamenta em uma **abordagem fenomenológica** (GIL, 2009) voltada para **pesquisa histórica** (GROAT e WANG, 2012). Para estruturar o trabalho foi feita uma **revisão bibliográfica**, com o intuito de coletar ferramentas que orientem a construção proposta. Reflete-se sobre como pensar e fazer historiografia por meio da discussão sobre "genealogia", elaborada por Michel Foucault na década de 1970. Explora-se também os ensinamentos fornecidos por debates contemporâneos, como o realizado por Paola Berenstein Jacques, que resgata o conceito de "montagem" e o aplica à produção de conhecimento histórico no campo da arquitetura e do urbanismo.

² Loureiro (2013) aborda o Conjunto Paulo Freire sob a ótica da produção de moradia popular por meio do cooperativismo autogestionário; Colla, Peeters e Preud'homme (2015) estudam a prática da autoconstrução por meio do mutirão; Tsukumo (2009) compreende o papel o desenho obra como mediador da produção do canteiro; Gonçalves (2016) elabora estudos de avaliação pós-ocupação do conjunto habitacional. Além dos trabalhos acadêmicos, foram produzidos curta e longas documentais que mostram parte do processo e da obra do Conjunto Paulo Freire: CAPACETES (2007), ENTRETEMPOS (2011), ARQUITETURA (2016), MUTIRÃO (2019) e OS MUTIRÕES (2020). Durante a coleta de dados para a elaboração desta pesquisa, foi solicitado o acesso a acervo físico e digital da Usina CTAH, que contém dados de 1999 a 2011 sobre o Mutirão Paulo Freire, ou seja, mais de 10 anos de registros fotográficos, atas, cadernos de obra, relatórios, planos, cartilhas, entrevistas, materiais de projeto, etc.

³ Este estudo se inspirou na leitura do trabalho "Reconstruindo Cajueiro Seco", elaborado por Diego de Souza que registra uma historiografia sobre a experiência habitacional Cajueiro Seco, da década de 60 em Recife, mapeando o contexto histórico social, político e cultural que culminou na obra que hoje só pode ser observada por registros fotográficos. Este trabalho propõe um estudo semelhante, com a "vantagem" de examinar uma obra contemporânea que pode ser documentada e observada na atualidade.

FERRAMENTAS PARA UMA CONSTRUÇÃO HISTORIOGRÁFICA

"[...] somos seres *condicionados*, mas não *determinados*. [...] a História é tempo de possibilidade e não de *determinismo*, que o futuro, [...], é *problemático* e não *inexorável*."

Paulo Freire, Pedagogia da autonomia

"O cronista, que narra os acontecimentos em cadeia, sem distinguir entre grandes e pequenos, faz jus à verdade, na medida em que nada do que uma vez aconteceu pode ser dado como perdido para a história. É verdade que só à humanidade redimida será dada a plenitude do seu passado. E isso quer dizer que só para a humanidade redimida o passado se tornará citável em cada um dos seus momentos. [...]."

**Walter Benjamin, O anjo da história,
Capítulo III.**

Reflexões sobre modos de narrar o passado são inúmeras e complexas. Sem a intenção de abordar essas reflexões de forma abrangente, aqui são apresentados recortes específicos sobre debates desse campo da escrita e do discurso, que inicia fazendo uma distinção teórica relevante sobre os termos “passado”, “história” e “historiografia”. Jenkins (2001, p. 03) ao descrever o passado como “o que já aconteceu” e a história como “o que foi escrito/registrado sobre o passado”, diferencia as duas terminologias, muitas vezes empregadas como sinônimos, e propõe a utilização da terminologia “Historiografia” para se referir a produção de conhecimento histórico, ou seja, o modo como o registro do passado foi feito por historiadores - ou daqueles que se propõem a estudar a história. Portanto, o passado é o objeto de investigação da história e a seleção feita pelo historiador é o que constitui a historiografia.

A historiografia, ao investigar acontecimentos contidos no passado a partir de vestígios do mesmo, pode ser retratada por distintas versões que fomentam diferentes interpretações a depender da ótica de quem a registra, ou seja, a historiografia é “a maneira como o historiador tenta entender o passado” (JENKINS, 2001, p. 29), porém não o representa de forma precisa e única, estando em constante transformação, pois o passado como objeto de investigação “é passível de diferentes interpretações por diferentes discursos” (JENKINS, 2001, p. 27) e “mude o olhar, desloque a perspectiva, e surgirão novas interpretações” (JENKINS, 2001, p. 35). Corroborando com essas colocações, Waisman (2013) afirma:

A ciência histórica não é a mera reprodução do que aconteceu. Não poderia sê-lo, mesmo a partir de um ponto de vista estritamente pragmático, pela impossibilidade de conter a totalidade dos fatos, objetos ou acontecimentos. Uma seleção é indispensável, ainda que apenas para reduzir a totalidade a uma dimensão compreensível. Em seguida virão a organização, as articulações, as valorizações, por meio das quais se tentará dotar de sentido o panorama traçado. Porque a história não é uma simples narração: é uma sucessão de juízos (WAISMAN, 2013, p. 03).

Os “juízos históricos” são moldados desde a escolha do objeto de estudo e perpetuam-se na seleção dos métodos e ferramentas utilizados para retratá-lo. Em outras palavras, a historiografia é escrita a partir de interesses, instrumentos e pré-concepções de um determinado presente. De acordo com Jenkins (2001) os historiadores, ao produzirem historiografia, são influenciadas por seus posicionamentos epistemológicos, ideológicos, metodológicos e práticos. Esses posicionamentos, por sua vez, são moldados pelas relações de poder determinadas pelo período, e dão significado às narrativas que podem reforçar ou desafiar perspectivas dominantes ou marginalizadas.

Alun Munslow aponta conclusões semelhantes de que a história é uma escrita orientada pelo presente e que historiadores, ao ocupar um lugar aqui e agora, sustentam posições intelectuais com base na sua visão das pistas sobre o passado e na maneira como extraem o significado dessa pistas (MUNSLow, 2009).

Munslow, em sua obra “Desconstruindo a história”, debate até que ponto o saber historiográfico, como disciplina, pode recuperar eventos do passado e representá-los com precisão em um discurso, afinal “a história tem haver com o processo de traduzir evidências em fatos” (MUNSLow, 2009, pág 16) estes tão caros a produção do conhecimento científico. Porém autor se posiciona de maneira contrária à visão positivista da história ao argumentar que a natureza da mesma só pode ser compreendida quando vista não apenas como um “empreendimento empirista objetivo, mas como uma criação e eventual imposição, por parte dos historiadores de uma forma particular sobre o passado [...]” (MUNSLow, 2009, p. 11).

Munslow, na sua visão desconstrucionista, afirma que o discurso histórico:

[...] é definido como um uso de linguagem compartilhado no qual o significado deriva não diretamente da intencionalidade do falante/escritor, como ator histórico ou historiador, nem somente diz respeito ao conteúdo do que é dito ou escrito, mas à estrutura formal e ao contexto em que a enunciação ou o texto é comunicado ou situado (MUNSLow, 2009, p. 51).

Para os seus propósitos o autor evidencia a natureza imprevisível e arbitrária dos discursos historiográficos, pontuando que “a situação como constituímos o conhecimento sobre o passado afeta diretamente a natureza do significado que lhe impomos” (MUNSLow, 2009, p. 9); que a evidência “sempre pré-existe em estruturas narrativas e é carregada de significados culturais” e “é transformada em fato através de interpretação narrativas dos historiadores” e portanto “os ‘fatos’ nunca são inocentes” (MUNSLow, 2009, p. 16 e 17).

É “fato” que o campo da construção de conhecimento histórico e sua natureza são abordado de várias formas por pensadores teóricos que se empenharam em estabelecer caminhos para orientar a pesquisa historiográfica permitindo uma compreensão mais amplas sobre a circulação de ideias que se conectam, comparam e confrontam ao construir conhecimento. A pesquisa histórica está intrinsecamente vinculada ao trabalho de narrar, que se constrói pela seleção de perguntas, fontes assim como métodos. Para a elaboração desse estudo, procura-se caminhos para pensar e narrar uma pesquisa histórica na abordagem formulada por Michel Foucault, que na década de 1970 desafiou princípios positivistas que buscavam “verdades” e “origens” históricas com sua

visão de Genealogia, e também na teorização contemporânea de Montagens por Paola Berenstein Jacques, que ao entender o caráter desordenado da produção de conhecimento histórico sobre as cidades, mostra caminhos para a construção de tramas que aceitam ser montadas, desmontadas e remontadas o longo do tempo.

GENEALOGIA COMO FERRAMENTA

Ao destrinchar a etimologia do termo “genealogia”, Paschoal (2000, p. 02) define:

Em sua origem grega, o termo "genealogia" pode ser associado ao radical "geneá", que designa "gênero", "espécie" ou, mais propriamente, "geração" e "família"; e ao radical "génos", que designa "nascimento", "origem". Da composição desses radicais com o sufixo "logia" tem-se o significado do termo "genealogia" na língua grega, que é "linhagem", "descendência" ou, mais especificamente, o estudo dos progenitores e ascendentes de um indivíduo ou família.

Segundo o mesmo autor foi Nietzsche no final do século XIX, ao contribuir com o campo da filosofia, que utilizou o termo pela primeira vez “preservando seu sentido de busca de herança dos antepassados, de conhecimentos sobre a origem daquele que ainda vive”, porém Nietzsche, adicionar ao termo a “ideia de ‘pesquisa’ (melhor traduzida pelo termo ‘investigação’), [...] pela origem e pela herança deixada pelos antepassados, o seu engajamento, a partir do qual sua investigação ganha forma” (PASCHOAL, 2000, p. 02).

É baseado nas formulações do procedimento genealógico de Nietzsche que Michel Foucault, na década de 1970⁴, passa a desenvolver sua concepção sobre genealogia e relaciona esse termo à história e a sua produção escrita. Para ele a genealogia seria:

“uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história”(FOUCAULT, 1998, p. 07).

Seu projeto histórico-filosófico da genealogia foi desenvolvido em contraponto ao que Foucault chama de “história tradicional” feita pelos historiadores da época, essa que seria permeada por métodos científicos que tendem a dissolver a história a acontecimentos singulares, a uma continuidade evolutiva e ideal, a busca de origens e verdades objetivas, amparados pela Metafísica.

Para o entendimento da abordagem genealógica de Foucault é explorado sua obra “Microfísica do Poder”, em especial o ensaio “Nietzsche, a genealogia e a história”, publicado em 1971, provavelmente o escrito mais sistemático sobre suas impressões e ensinamentos para a pesquisa histórica.

No ensaio, Foucault (1998, p. 15) inicia pontuando que “a genealogia é cinza; ela é meticulosa e pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos” e que para fazer uma genealogia, é indispensável “marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a

⁴ O conjunto da obra de Michel Foucault é convencionalmente dividido em três fases: a arqueologia, a genealogia e a ética, correspondente aos períodos cronológicos das décadas de 1960, 1970 e 1980. Ver Veiga-Neto (2004).

consciência, os instintos”. Aqui já é destacada sua visão do caráter minucioso e mutável da construção do saber histórico contrastando com “a tradição da história (teleológica ou racionalista) que tende a dissolver o acontecimento singular em uma continuidade ideal” (FOUCAULT, 1998, p. 27). O objetivo de sua visão genealógica da história não estaria em recuar no tempo para construir uma continuidade, linear e ininterrupta visando demarcar as essências históricas, pois a genealogia “se opõe à pesquisa da ‘origem’” (FOUCAULT, 1998, pág. 16).

Para prática tradicional dos historiadores a busca pela “essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade” é justificada pela concepção de que “no começo de todas as coisas se encontra o que há de mais precioso e de mais essencial”, de que a origem “seria o lugar da verdade” (FOUCAULT, 1998, p. 17 e 18), porém a genealogia foucaultiana rompe com essa noção evolutiva linear da sociedade que se prolonga até o presente e busca descobrir nas origens do passado, as verdades. Foucault (1998, pág. 18) afirma que a verdade é uma “espécie de erro que tem a seu favor o fato de não poder ser refutada, sem dúvida porque o longo cozimento da história a tornou inalterável”, ou seja, o que é tido como fatos históricos nada mais são do que narrativas perpetuadas e percebidas que acabam por adquirir o sentido de verdade.

A recusa de Foucault em buscar começos e verdades irrefutáveis vem da compreensão de que “atrás das coisas há ‘algo inteiramente diferente’: não seu segredo essencial e sem data [...]. O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate” (FOUCAULT, 1998, pág. 18). Foucault propõe com a prática genealógica uma mudança de foco nos discursos históricos, reconhecendo nos acontecimentos passados “seus abalos, suas surpresas, as vacilantes vitórias, as derrotas mal digeridas, que dão conta dos atavismos e das hereditariedades” (FOUCAULT, 1998, p. 19).

Embora adote uma postura discordante em relação à “historiografia científica”, a problemática foucaultiana não é construída em oposição aos conteúdos, métodos e conceitos da pesquisa científica, mas sim aos “efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa.” (FOUCAULT, 1998, p. 171). Foucault constata através de suas percepções sobre a sociedade que há forte correlação entre as hierarquias de poderes e a construção dos saberes. O historiador que escreve os discursos, não poderia analisar objetivamente as práticas do passado visto que, em alguma medida, é diretamente afetado pelas estruturas de autoridade existentes na sociedade em que vive. Portanto o sujeito historiador seria incapaz de ficar “de fora” da história e assim gerar um conhecimento imparcial, objetivo e verdadeiro. As historiografias construídas seriam, então, inevitavelmente impregnadas de ideologias, utilizadas para propósitos sociais e políticos, reforçando ou enfraquecendo visões do que é certo ou errado, o que é relevante ou o que pode ser descartado. Logo o filósofo define que:

A genealogia seria portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico. A reativação dos saberes locais – menores, diria talvez Deleuze – contra a

hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos intrínsecos de poder (FOUCAULT, 1998, p. 171).

A abordagem genealógica viria para dar lugar aos “saberes locais”, investigando tramas negligenciadas pela historiografia dominante, por meio de uma leitura atenta dos acontecimentos documentados em prol de ampliar a compreensão das experiências humanas em contextos sociais e culturais diversos. Foucault pontua que o trabalho do genealogista estaria na busca do episódios tidos como inacessíveis, que o historiador deveria “se demorar nas meticulosidades e nos acasos dos começos; [...]; não ter pudor de ir procurá-las lá onde elas estão, [...]; deixar-lhes o tempo de elevar-se do labirinto onde nenhuma verdade as manteve jamais sob sua guarda.” (FOUCAULT, 1998, p. 19).

Através da genealogia seria possível “manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios - ou ao contrário, as inversões completas - os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós” (FOUCAULT, 1998, p. 21). Se os tratados históricos evidenciam certos eventos, caberia à genealogia dar conta de investigar como esses tratados se constituíram além de elucidar o que passou despercebido, retratando a complexidade do passado, costurando uma trama histórica que se amplia em seus próprios termos e independe do protagonismo de determinados sujeitos e acontecimentos, tradicionalmente destacados pela historiografia. “A genealogia deve ser a sua história: história das morais, dos ideais, dos conceitos metafísicos, história do conceito de liberdade ou da vida ascética, como emergências de interpretações diferentes.” (FOUCAULT, 1998, p. 26). Portanto, através da investigação genealógica a historiografia se tornaria um instrumento privilegiado por não se apoiar em nenhum absoluto, sempre se reinventando por meio de olhares que dissociam, distinguem, repartem.

Em sua obra, Foucault desmonta os ideais de continuidade histórica e celebra sua descontinuidade ao afirmar que “a história será 'efetiva' na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser” (FOUCAULT, 1998, p. 27). O autor pontua que “a pesquisa da proveniência não funda, muito pelo contrário: ela agita o que se percebia imóvel, ela fragmenta o que se pensava unido; ela mostra a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo” (FOUCAULT, 1998, p. 21), e que “a história, genealógicamente dirigida, não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstinar em dissipá-la; [...]; ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam” (FOUCAULT, 1998, p. 35).

Assim, as pesquisas genealógicas viriam para questionar o que antes era considerado como certo, fragmentando a narrativa história continua, trazendo à tona que foi deixado de fora, buscando ampliar as interpretações no presente, por meio de uma trama que entrelaça múltiplos olhares, em que “todos estes fragmentos de pesquisa, todos estes discursos, poderiam ser considerados como elementos destas genealogias, que não fui o único a fazer.” (FOUCAULT, 1998, p. 171).

A teoria da genealogia foucaultiana desestabilizou o campo do conhecimento histórico na década de 1970, no entanto, não se constituiu como um método para a pesquisa e a escrita histórica. Sua abordagem, ao indagar qual seria a história possível de ser produzida, oferece meios para abrir novos caminhos na

produção de conhecimento, não se configurando como uma metodologia científica, mas sim uma “anti-história” construída de “fragmentos” que reverberam no campo e que “cabe a vocês continuá-las ou modificá-las” (FOUCAULT, 1998, p. 168).

A Genealogia de Foucault contribuiu significativamente nos campos das pesquisas históricas e sociais, como apontado nos ensaios “Foucault revoluciona a história” de Paul Veyne e “Michel Foucault e a história” de Alun Munslow⁵. No entanto, os meios para se construir uma pesquisa histórica, não são sempre harmoniosos. Dussel (2004) aponta que a recepção de Foucault no campo dos historiadores não foi fácil, e, atualmente, sua obra continua a provocar diversos debates.

Considerando os desafios e controvérsias dessa proposta, busca-se na análise da teoria foucaultiana coletar direcionamentos para construir uma pesquisa historiográfica que se beneficie do potencial dessa abordagem para enriquecer o campo da arquitetura e do urbanismo. Acredita-se que a teoria genealógica conduzirá a um exercício multidisciplinar que ultrapassa pensamento estritamente “científico”, proporcionando estratégias que não engessam ou hierarquizam trajetórias. Dessa forma, torna-se possível construir um relato histórico que amplia a compreensão sobre o passado, mesmo que essa não seja uma tarefa simples.

⁵ Ver Veyne(2008) e Munslow (2009).

MONTAGEM COMO FERRAMENTA

O termo montagem - cujo radical “monta” tem sua origem na palavra latim “*montare*” de significado associado ao ato de colocar uma coisa sobre a outra⁶ - é resgatado no debate feito por Paola Berenstein Jacques sobre modos de produzir conhecimento histórico no campo da arquitetura e urbanismo.

Sua obra “Fantasmas Modernos: montagem de uma outra herança”, em aspectos gerais, procura inventariar outras formas possíveis para pensar a história moderna, essa construída por “escavações” que trariam para superfície “rastros” e “ruínas” de tramas que se tornaram subterrâneas devido a sobreposição de narrativas canônicas e hegemônicas.

Em sua teorização, a autora resgata a herança de estudos filosóficos desenvolvidos na década de 1930, no período entre guerras, dos autores Walter Benjamin e Ernst Bloch, filósofos alemães que em suas obras desenvolveram uma corrente crítica às “tradições modernas” daquele presente, propondo outra concepção possível para estudos históricos. A alternativa viria de uma visão atualizada sobre o passado com o objetivo de vislumbrar outro futuro. Para tal seria necessário lançar mão de métodos engessados e adotar estratégias para uma construção de pensamento livre, imaginativa e lúdica, nutrindo-se de conteúdos de campos artísticos, políticos, sociais, etc. Jacques (2020) pontua que essas discussões críticas sobre a produção histórica tiveram, na época, sua ascensão bloqueada pelo avanço do facismo na Europa, no entanto, devido a sua relevância, era imperativo que fossem resgatadas.

Em seus textos Walter Benjamin apresenta a figura do historiador como um “trapeiro” que narra a história a partir de “farrapos” sobreviventes de outros tempos. Esse historiador-trapeiro coleciona “detritos”, “cacos”, “fragmentos” e os utilizam como matéria-prima para produzir uma “montagem”. Na sua obra Ernst Bloch afirma que a prática da montagem buscava mostrar as relações escondidas entre os fragmentos que ainda sobreviviam e se insinuavam dentro da teia histórica, permitindo assim que partes distantes anteriormente, por vezes desconectadas, pudessem se misturar. É daí que vem a relação dessa prática com a escavação arqueológica, em que o historiador assume o papel de arqueólogo, desenterrando outra “tradição” para a construção da história moderna. Essa construção se distinguiria da trama ortodoxa dos “vencedores” - profundamente relacionada com a ideia de progresso - para então revelar a narrativa dos “vencidos”, operada por choque de heterogeneidades, confrontando as hierarquias anteriores, se conformando como uma “desordem organizada” [...] colocando lado a lado o que estava habitualmente separado, e separando o que estava antes reunido” (JACQUES, 2020, p. 36).

⁶ A etimologia da palavra foi consultada no site “Origem da palavra”. Disponível em: <https://origemdapalavra.com.br/>. Acesso em 03 out 2023.

Em seu resgate Jacques (2020) destaca o caráter indisciplinado da montagem:

A montagem é uma explosão de anacronias porque procede como uma explosão da cronologia [linear] (...) A explosão tendo acontecido, é um mundo de poeira – trapos, fragmentos, resíduos – que, então, nos envolve (...) maneira de dizer que oferece de agora em diante um material, em suma, muito sutil, para os movimentos históricos, as revoluções futuras. Por que o material vindo da montagem nos aparece a tal ponto sutil, volátil? Porque ele foi retirado de seu espaço normal, porque não cessa de correr, de migrar de uma temporalidade a outra (DIDI-HUBERMAN, 2009, p. 133 *apud* JACQUES, 2020, p. 36).

Assim, em sua discussão Jaques reivindica a herança desses pensamentos - que emergiram do turbilhão de um período de conflitos mundiais e cuja propagação de ideias foram violentamente interrompidas - entendendo que “reivindicar uma herança significa também atualizá-la criticamente ou recriá-la, consiste em recompor, remontar, a partir de fragmentos heterogêneos da memória coletiva, um outro passado e, assim, reinventar também outras possibilidades de futuro” (JACQUES, 2020, p. 39). Com o resgate dessa herança de “tradições escondidas”, a autora deseja estimular a construção de montagens que coletem fragmentos esquecidos ou apagados pela história “oficial” tida como natural e única, sobretudo na história moderna da arquitetura e no urbanismo “que ainda mantêm como narrativa histórica hegemônica aquela dos “vencedores”” (JACQUES, 2020, p. 40). Em sua obra, a autora enuncia que:

“O campo hegemônico (ou “vencedor”) da arquitetura e do urbanismo modernos, assim como a grande maioria de seus mais conhecidos historiadores, em boa parte ligados ao movimento moderno, seguiram majoritariamente uma vertente moderna mais purista, formalista, funcionalista, teleológica [...] e passou a seguir uma ideia de progresso tecnicista [...]. Essa vertente “vencedora” deixou no quase esquecimento essa “outra” vertente (entre aquelas “vencidas”), também profundamente moderna, mas crítica aos excessos do funcionalismo e às suas simplificações, ao próprio urbanismo moderno controlador, ordenador e limitador da complexidade da experiência urbana; crítica à busca pela pureza formal e, também, a uma concepção de história linear, teleológica e, sobretudo, a um tipo de “racionalidade-voltada-para-os-fins”” (JACQUES, 2020, p. 41).

Jacques (2020) argumenta que a influência dessa vertente ainda predomina no ensino de arquitetura e urbanismo no país, levando os alunos a absorverem - de maneira acrítica e apolítica - uma versão histórica “canônica” que negligencia disputas que surgiram entre as diferentes concepções de mundo relacionadas à “modernidade”.

Em sua argumentação, a historiadora aponta que seu resgate da prática de montagem não vem com o intuito de negar uma “tradição” na produção de conhecimento histórico e trocá-la por outra, mas sim busca exercitar a construção de novas possibilidades. Nessa construção seriam evocados outros “ancestrais” e “fantasmas” históricos, reivindicando as narrativas dos “vencidos”, adotando concepções temporais heterogêneas e não lineares, mantendo uma postura crítica, sobretudo à visão de pureza e progresso, fazendo com que emerga de fragmentos, o conhecimento daquilo que teria o poder de fazer a história, outra história.

Muito além de uma simples técnica ou procedimento formal, a prática de montagens como forma de conhecimento é nosso fio condutor. [...] É uma forma de pensar necessariamente outra e impura, que se aproxima da improvisação no campo das artes, mas

também da etnografia e da arqueologia. Uma atualização da ideia de “selvagem” que se opõe ao uso do “primitivo” ou “arcaico” (não contemporâneo) feito pelos nazistas, fascistas, estadonovistas, integralistas, e outros puristas (JACQUES, 2020, p. 44).

O tempo linear, [...] precisa ser requestionado, para que possa emergir uma outra historiografia, que não faça do presente o resultado previsível, linear, teleológico, do desenvolvimento e do progresso; para que os “vencidos” possam mostrar suas outras “tradições” suas filiações esquecidas que não buscam uma verdade, nem o passado “como ele de fato foi”, mas sim compreender a espessura da historicidade (JACQUES, 2020, p. 45 e 46).

Esse trabalho se aproveita da herança resgatada por Paola Berenstein Jacques para construir uma coletânea historiográfica montada por fragmentos multidisciplinares do passado, coletados ao longo de meses de estudo e pesquisa, que possibilitem uma leitura mais ampla e complexa do objeto estudado, sem buscar uma versão final, pelo contrário, procura-se manter o caráter inacabado e mutável dessa narrativa, cujos fragmentos que a compõem, podem ser retirados, acrescentados, desmontados e remontados, em uma construção contínua de conhecimento.

A análise que se inicia a seguir busca exercitar, conforme a autora pontua, “uma longa catação [...] de ideias interrompidas, incompreendidas, parcialmente apagadas, simplificadas ou esquecidas, [...], em suma, fragmentos descontínuos e heterogêneos dessa outra ‘tradição’ moderna, ‘vencida’ ou ‘esquecida’, [...], numa tentativa de abrir uma brecha no tempo que possa fazer emergir ou despertar algo outro, pois, [...], tudo que foi esquecido pode ser chamado de volta à memória” (JACQUES, 2020, p. 47 e 48).

A ESTRUTURA

Para atingir o objetivo geral é fundamental estabelecer uma estrutura de pesquisa coerente à investigação histórica proposta. Parte-se do pressuposto de que, para expandir qualquer campo, é imprescindível identificar seus limites. Portanto, inicialmente busca-se mapear como o contexto histórico é apresentado na bibliografia referente aos mutirões autogeridos de São Paulo, além de registrar o processo de produção do Conjunto Paulo Freire, tomado aqui como uma experiência simbólica e representativa desse cenário. Após esse exercício, procura-se ultrapassar - no tempo e no espaço - os limites dos eventos mapeados, assim construindo o enredo de interesse desta pesquisa, de forma a possibilitar outras visões sobre as ações em torno da produção de moradia popular latino-americana que envolve o engajamento de população e técnicos.

Tal construção não caberia em uma estrutura cronológica linear. A pesquisa se fundamenta nas estratégias da “Genealogia” e da “Montagem” para elaborar um panorama histórico, cronologicamente descontínuo, montando como uma trama que se expande de forma radial, guiada não por períodos de tempo sequenciais, mas sim por fios condutores, que enunciam trajetórias e entrelaçam acontecimentos relevantes ao campo de estudo.

Sendo assim, estrutura-se esta pesquisa em duas partes. A **primeira parte** apresenta uma perspectiva histórica sintetizada, montada a partir da análise das bibliografias sobre os mutirões autogeridos de São Paulo - em especial as obras dos autores citados anteriormente - indo da década de 1960 à década de 1990. Amarra-se essa perspectiva aos eventos que culminaram na construção e ocupação do Conjunto Paulo Freire, ocorridos de 1999 a 2010, em uma narrativa alimentada por dados coletados em fontes bibliográficas, documentais e audiovisuais. A coleta foi realizada por meio de visitas a obra, consultas aos acervos digitais e físicos do grupo Usina CTAH, consulta a acervos digitais de trabalhos acadêmicos, além da visualização de registros audiovisuais contidos em filmes, debates e documentários.

A **segunda parte** apresenta uma narrativa de períodos anteriores à produção mutirante de São Paulo e à concepção do Conjunto Paulo Freire, num enredo que abrange o período após a Segunda Guerra Mundial indo da década de 1950 à década de 1980. Nessa etapa são compilados aportes que englobam cenários, discussões e ações ocorridos no Brasil e em outros países da América Latina, se amparando em fontes bibliográficas mais diversas, produzidas fora do eixo acadêmico de São Paulo. A trama narrativa da segunda parte se estrutura em dois fios temáticos - de inúmeras possíveis - que operam no interior do perspectiva mapeada: a trajetória da formação e a trajetória da técnica construtiva. Os fios apresentam uma leitura articulada desses temas e traçam relações possíveis de identificar dos eventos elencados com a produção de São Paulo e a obra objeto de estudo.

O estudo historiográfico é um exercício complexo, portanto cabe ressaltar que na construção desta pesquisa, caberia numerosas abordagens, percursos, casos e recortes a serem explorados. No entanto, aqui são delineados recortes - esses naturais a qualquer pesquisa - que se alinham ao objetivo almejado: construir uma trama, entre outras possíveis, que amplie os limites da compreensão atual da disciplina historiográfica relativa a arquiteturas sociais e políticas, sem pretensão de esgotar o debate.

Seguindo a divisão proposta, esta dissertação se divide em 2 seções. Na **Parte I** se desenvolve o **Capítulo 1 - Construindo o Conjunto Paulo Freire**, que apresenta o Conjunto Paulo Freire - e os mutirões autogeridos - a partir da trajetória dos agentes e das ações conjuntas que concretizaram a experiência: a Associação de Construção Comunitária Paulo Freire, Assessoria Usina CTAH e COHAB-SP. A primeira parte do capítulo narra a formação desses agentes e o que culminou no encontro que levou à execução da obra. A segunda parte do capítulo detalha as etapas da produção do conjunto que incluem a conquista ao terreno, desenvolvimento do projeto participativo, trabalho de formação social e técnica, organização do canteiro, construção e ocupação das moradias.

Na **Parte II** se desenvolvem dois capítulos. Nela é apresentado o contexto latino-americano do Pós-Segunda Guerra a partir do relato de casos que envolveram a atuação conjunta do Estado, profissionais e população em prol de melhorias sociais, elencados pelas similaridades e heranças possíveis de identificar ao compreender a trajetória mapeada na Parte I. Os capítulos trabalham a construção dos fios da trama: o percurso da formação e o percurso da técnica construtiva.

O **Capítulo 2 - Ampliando a construção: o percurso da formação** apresenta uma série de ações que viabilizaram a formação profissional e a educação popular, a partir do relato da atuação do *Centro Interamericano de Vivienda* (CINVA) na América Latina, da construção do método de alfabetização popular de Paulo Freire no Nordeste Brasileiro e da ação política-pedagógica da escola *Autogobierno* na Universidade Nacional Autônoma do México.

O **Capítulo 3 - Ampliando a construção: o percurso da técnica construtiva** apresenta a trajetória do desenvolvimento de estratégias técnico-construtivas atreladas à produção de arquiteturas sociais, partindo do relato da experiência com taipa armada em Cajueiro Seco no Pernambuco, e da diversidade projetual e construtiva explorada no Concurso Internacional *Proyecto Experimental de Vivienda* (PREVI) que ocorreu em Lima, no Peru.

As considerações relativas à elaboração desta construção historiográfica são elaboradas no tópico **Uma pausa**, que concatena as reflexões obtidas sobre os percursos, buscando apontar caminhos que orientem a novos estudos, assim como contribuir na construção de conhecimento histórico para o campo da arquitetura e urbanismo. Por fim, apresenta-se a trama de os eventos e as conexões traçadas ao longo do trabalho da construção historiográfica do Conjunto Paulo Freire, representada como uma “nebulosa”, seguindo a sugestão feita por Pereira (2018) de utilizar o termo como uma metáfora para os modos de pensar e fazer história.

PARTE I

Nos barracos da cidade
Ninguém mais tem ilusão
No poder da autoridade
De tomar a decisão
E o poder da autoridade
Se pode, não faz questão
Se faz questão, não consegue
Enfrentar o tubarão

[...]

O governador promete
Mas o sistema diz não
Os lucros são muito grandes
Mas ninguém quer abrir mão
Mesmo uma pequena parte
Já seria a solução
Mas a usura dessa gente
Já virou um aleijão
Oh, uô, gente estúpida
Oh, uô, gente hipócrita

Nos barracos da cidade, Gilberto Gil



O problema habitacional no Brasil é um tema complexo e multifacetado. O Estado historicamente vem tentando mitigá-lo por meio de políticas e programas estratégicos que garantem o acesso à terra e moradia digna às famílias de baixa renda, por meio de subsídios e financiamentos para compra de terrenos e construção de habitações em grandes volumes. No entanto, a tradicional transformação das políticas habitacionais em um mercado financeiro voltado para a extração de renda e acúmulo de capital acaba por agravar a crise habitacional, que não inclui somente a falta de moradia (ROLNIK, 2015). Suas facetas também se manifestam na desigualdade territorial, na segregação urbana e na exclusão de camadas mais pobres da sociedade no planejamento e construção das cidades (CALDEIRA, 2000). Partindo da ineficácia mercadológica e estatal em atender às demandas, parte dessa população, historicamente marginalizada na luta de classes, recorre à mobilização em defesa de outros caminhos para uma transformação social e provisão mais justa e qualitativa de moradia.

Os movimentos de moradia, composto por diversas instâncias que atuam a nível municipal, estadual e nacional, são organizações populares mobilizadas na defesa do direito à moradia, à cidade e da participação nas políticas públicas. Atuam por estratégias de mobilização que envolvem formação popular e negociações com o governo e sociedade, assim como pressão política através da ocupação de prédios e terras abandonadas.

De acordo com a União Nacional por Moradia Popular⁷ (2019), os movimentos nacionais defendem um modelo de produção habitacional baseado na autogestão popular, auxiliado pelo trabalho de assessorias técnicas e da

⁷ A União Nacional por Moradia Popular (UNMP) foi formada a partir da ação conjunta dos movimentos de moradia dos estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais, sendo formalizada no ano 1993, no primeiro Encontro Nacional por Moradia Popular. A UNMP atua em áreas de favelas, cortiços, mutirões, ocupações e loteamentos, com o objetivo de articular e mobilizar os movimentos de moradia, lutar pelo direito à moradia, por reforma urbana e autogestão, e assim resgatar a esperança do povo rumo a uma sociedade sem exclusão social. Informações disponíveis em: <https://unmp.org.br>. Acesso em 04 nov. 2023.

construção por mutirão. O órgão define a autogestão como “uma modalidade que abrange ações em que a produção de moradias ou a urbanização de uma área ocorrem com o controle dos recursos públicos e da obra pelos participantes dos movimentos populares, associações e cooperativas” (UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR, 2019, p.12). Portanto, são as membros vinculadas ao movimento que ganham autonomia para exercer o controle do processo produtivo, que inclui a organização de membros, escolha de terrenos, discussão de projetos, administração e acompanhamento da obra - atuando em aspectos como a compra de materiais e a contratação de prestadores de serviço.

As assessorias técnicas são grupos que prestam serviço às associações de famílias e atuam como importantes aliados à política e aos princípios do movimento de moradia. Trata-se de equipes profissionais multidisciplinares que assessoram a população na sua organização e em serviços técnicos necessários à projeção e construção de habitações de interesse social no regime de autogestão e na utilização de métodos como o mutirão. Segundo Abiko e Coelho (2006, p. 8), o mutirão é “uma alternativa habitacional baseada no esforço coletivo e organizado da comunidade - os chamados mutirantes - para a construção de suas próprias moradias”. O mutirão, tipo de autoconstrução também conhecido como ajuda mútua, quando feito como responsabilidade técnica é considerado uma das ferramentas fundamentais da autogestão habitacional por permitir a redução de custos da moradia e o ganho de área construída, mas não só isso, trata-se também de um método de incentivo à organização e gestão popular (ARANTES, 2002).

Os mutirões são ações coletivas comuns ao meio rural brasileiro, tendo sua origem atrelada a aspectos históricos e culturais vivenciados pelos camponeses, resultante de heranças e tradições portuguesas, africanas e indígenas (CALDEIRA, 1956). A população rural ao migrar e se estabelecer às margens dos centros urbanos, deram continuidade à essa prática devido à falta de acesso ao mercado formal de habitação. Essa prática autoconstrutiva e coletiva foi incorporados a políticas de moradia do Banco Nacional de Habitação (BNH)⁸ durante a Ditadura Militar (1964-1986). A partir de 1975 a produção de “habitações inacabadas” ou “casas embrião” - moradias públicas executadas parcialmente e entregues a população para serem continuadas por meio da autoconstrução - foram disseminadas pelo Brasil por meio de programas do BNH como Profilurb, Promorar e “João de Barro” (CARVALHO, 2004).

Na década de 1980 os movimentos sociais encontraram aberturas e despontaram na cena urbana nacional, reivindicando questões como moradia, infraestrutura, regularização fundiária e maior participação política. É nesse contexto, partindo da demanda popular por um “alternativa” aos programas do BNH, que a pauta da autogestão - atrelada ao mutirão - ganhou destaque. Foi com o fim da Ditadura Militar e o subsequente processo de redemocratização

⁸ O Banco Nacional de Habitação, criado em 1964, foi um órgão financeiro - de capital arrecadado do salário CLT dos funcionários do país, assim como do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - voltado para a implementação do Sistema Financeiro de Habitação e do Plano Nacional de Habitação, partes da política habitacional implementada pelo governo federal na Ditadura Militar. A política tinha como prioridade mitigar o “problema habitacional” por meio da produção de moradia em massa para o trabalhador brasileiro. A produção desse período é alvo de críticas devido à sua falta de controle social, que privilegiou as classes de renda média em detrimento das populares, além de estimular a periferização e a extrema padronização de moradias e territórios. O BNH é amplamente debatido em estudos, para mais ver Bolaffi (1982) e Maricato (1987).

no Brasil, em São Paulo, durante a gestão municipal de Luiza Erundina (1989 a 1992), que essa produção se fez abrangente por meio do Programa de Mutirões Autogeridos financiado pelos recursos do FUNAPS Comunitário⁹.

Segundo Carvalho (2004, p.29) “o mutirão praticado nesse período foi capaz de absorver as principais reivindicações dos Movimentos de Moradia na época, aglutinar as experiências isoladas e de assessoria técnica e elaborar uma nova forma de produção habitacional, incorporada à política pública [...]”. O programa respondeu a pressão feita pelas organizações populares que vinham realizando uma série de ocupações de terras no município. Sua implementação foi um estimulador para a formação e atuação de grupos de assessorias técnicas.

É ao adentrar nesse contexto, que nos aproximamos do objeto de pesquisa, o Conjunto Paulo Freire. A seguir apresenta-se uma narrativa sobre os mutirões de São Paulo, destacando a trajetória dos agentes envolvidos na produção das moradias públicas: a Associação de Construção Comunitária Paulo Freire vinculada ao MST Leste 1; os técnicos sociais e da construção civil da Usina CTAH; e o órgão que atuou no repasse dos recursos financeiros, na aprovação dos projetos e na fiscalização da obra ao longo das gestões municipais, a COHAB-SP.

⁹ Em 1979 foi criado o Fundo de Atendimento à População Moradora de Habitação Subnormal (FUNAPS) para o município de São Paulo. Sua criação respondia à pressão feita pelos movimentos de moradia locais que buscavam outra alternativa de financiamento para o atendimento de demandas urbanas e habitacionais em contraponto ao financiamento do BNH. Segundo Loureiro (2013) esse foi um dos eventos que marcou a mudança de postura assistencialista da prefeitura de São Paulo em relação às favelas, e o início das experiências de urbanização como programa político. A criação do FUNAPS se relaciona diretamente com o surgimento das primeiras experiências mutirantes em São Paulo. Com o fim do BNH em 1986, o fundo, inicialmente coordenado pela Secretaria de Bem-estar Social, foi transferido para a Secretaria de Habitação. Em 1989, na gestão de Luiza Erundina, foi criado o FUNAPS Comunitário, esse que visava estimular diretamente a produção de habitação autogerida e mutirante alinhada ao modelo proposto pelos movimentos de moradia.

1. CONSTRUINDO O CONJUNTO PAULO FREIRE

1.1. A TRAJETÓRIA DA ORGANIZAÇÃO POPULAR: ASSOCIAÇÃO DE CONSTRUÇÃO COMUNITÁRIA PAULO FREIRE

Como mencionado anteriormente, a década de 1980 no Brasil foi marcada por reivindicações feitas pelas classes populares organizadas em movimentos sociais, em um contexto de crise política e econômica vivenciada pelo país. Com a queda do regime ditatorial em 1986 e com o país caminhando rumo à redemocratização, essas organizações ganharam força. Desse cenário, destaca-se aqui a trajetória das lutas populares por reformas urbanas, visando a melhoria de suas condições de vida na cidade.

Na sua dissertação, em que elabora uma “genealogia paulistana” da autogestão e dos mutirões, Carvalho (2004) traça um panorama sobre os Movimento de Moradia de São Paulo e sua atuação entrelaçada aos mutirões. As organizações são compostas por várias correntes que atuam no nível municipal, se distribuindo por regiões da cidade, nascendo apoiadas por entidades da Igreja católica como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Pastorais. Carvalho (2004) destaca que das organizações atuantes no município, a União dos Movimentos de Moradia (UMM) foi considerada a mais ampla e influente. O Movimento se formou em 1987, a partir da articulação realizada entre os movimentos de bairro com profissionais militantes da causa mutirante, viabilizada pelos Encontros de Habitação promovidos na cidade nos anos 1984 e 1985. Nos primeiros anos de atuação a UMM foi responsável por articular experiências mutirantes e autogerionárias “pilotos” juntos aos Laboratórios de Habitação (ver tópico 1.2). Com a institucionalização dos Programas de Mutirões durante a gestão de Luiza Erundina (1989 a 1992), que representou uma oportunidade real de alcançar moradia através da participação nos movimentos, ocorreu o crescimento dessas organizações na cidade, em especial da UMM. A União passou a ter uma maior articulação com o governo municipal e estadual, sendo fundamental para a criação de estatutos, leis e fóruns que foram implementados e beneficiaram a luta popular por moradia. A articulação do movimento também se estendeu para outros estados, se relacionado com outros Movimentos e construindo redes mais sólidas, que em 1993 resultaram na criação da União Nacional por Moradia Popular (UNMP) (ver nota de rodapé 9).

Na década de 1980 a Zona Leste de São Paulo foi um epicentro de reivindicações urbanas e ocupações. Para atuar dentro dessa região foi criado em 1987 o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1 (MST Leste 1), vinculado a UMM. A organização social nasceu dentro da Igreja Católica local, com o objetivo de mobilizar lutas para a garantia do direito à terra e à moradia às famílias de baixa renda da Zona Leste de São Paulo. Segundo Aquino (2015), o movimento é composto por uma maioria de associados nordestinos, ou descendentes de nordestinos, aspecto que reflete a formação das periferias paulistanas, constituídas, em grande parte, por uma população migrante oriunda dessa região do país.



Figura 01 - Ato de pressão para assinatura de novos convênios e liberação de recursos organizado pelo MST Leste 1 na prefeitura de São Paulo em 1990.
Fonte - Acervo Usina CTAH (1999).

É dentro desses braços do Movimento de Moradia, como o MST Leste 1, que as Associações de famílias são constituídas. As Associações são organizações jurídicas formadas pela junção de grupos de origem que representam a base dessas organizações. Esses grupos surgem dentro das comunidades e pastorais da Igreja Católica, onde são organizados encontros e reuniões para discutir temas relacionados à moradia e autogestão. Os encontros servem como porta de entrada do Movimento de Moradia para famílias de baixa renda, que buscam alternativas ao mercado formal - e informal - para conquistar moradia digna por meio dos programas governamentais. Nas reuniões são apresentados meios e estratégias para obtenção da habitação, abrangendo temas como a obtenção do financiamento governamental, a seleção de terrenos e o funcionamento do sistema de autogestão e mutirão. Além disso, discute-se a história dos movimentos habitacionais e o seu papel ativo na concretização dessas iniciativas. São os membros dos grupos de origem que participam de passeatas, manifestações, ocupações de terras e imóveis vazios, ações organizadas pelo Movimento de Moradia consideradas como essenciais para reivindicar causas e fortalecer a organização popular, embora sejam mal vistas por parte da sociedade.

O MST Leste 1 - formado por 32 grupos de origem - ao cadastrar e fiscalizar a atuação dos membros em atividades, viabilizou o arranjo de indivíduos que em 1998 formaram a Associação de Construção Comunitária Paulo Freire. Criada pela união de 14 grupos de origem, a Associação Paulo Freire reuniu 100 pessoas mobilizadas, selecionadas por um processo interno que pontuava os membros por sua participação nas atividades realizadas pelo movimento. Os

membros - um indivíduo que representava uma família - que mais pontuaram foram selecionados para participar do processo de aquisição da moradia social, a partir do financiamento público conquistado pela ação ativa do movimento ao pressionar e se articular com a gestão municipal. Após a formação da Associação pelo MST Leste 1, as famílias passaram por uma análise da COHAB-SP, preenchendo todos os requisitos burocráticos exigidos pelo órgão fiscalizador que viabilizam a participação no programa de moradia municipal.

No Plano de Trabalho Social, elaborado pela Usina CTAH em 2003 e submetido a COHAB-SP para acompanhamento das atividades, consta que apesar dos membros em sua maioria residirem na Zona Leste de São Paulo, há um significativo número de imigrantes, principalmente de origem nordestina, vindos de 9 estados da região. Dos 62 representantes de famílias analisados, 32 eram nordestinos (ver quadro 01).



Figura 02 - Esquema de organização e vínculos da Associação Paulo Freire.
Fonte - Elaborado pela autora.

REGIÃO DE ORIGEM	ESTADO DE ORIGEM	Nº DE FAMÍLIAS
Nordeste	Bahia	14
	Alagoas	1
	Sergipe	1
	Pernambuco	8
	Paraíba	2
	Rio Grande do Norte	2
	Ceará	2
	Piauí	2
	Maranhão	1
Sudeste	São Paulo	23
	Minas Gerais	4
Sul	Paraná	2
Total de famílias analisadas		62

Quadro 01 - Quadro de estados de origem dos integrantes da Associação Paulo Freire.
Fonte - Acervo Usina CTAH (2003).

Outro aspecto marcante foi a quantidade relevante de mulheres como representantes familiares, compondo 83% da representação das famílias. Elas foram maioria na Associação e na participação de reuniões e atividades realizadas. É interessante observar que nos diversos trabalhos que abordam a produção do Conjunto Paulo Freire, são apresentadas falas de mulheres, que relatam como a participação no mutirão e no movimento de moradia foi uma prática conscientizadora e empoderadora por contribuir na formação política, profissional e social dos envolvidos. Esses aspectos podem ser observados na fala documentada de uma das moradas do Paulo Freire na série documental “Habitação Social - Projetos de um Brasil”:

Nos mutirões que estão iniciando, a maioria é mulher. Tem muitas que no processo se empoderaram [...]. Ela percebe que ela é capaz de fazer todos os trabalhos. Se não conseguimos, por exemplo, levantar um tijolo, que um homem vai conseguir sozinho, a gente se juntava em três, quatro e levantava [...]. Então essas mulheres, elas quando elas vêm para o movimento, elas percebem a força que elas têm. E aí, elas não desistem (MUTIRÃO Paulo Freire, 2019).

Devido à grande rotatividade de membros da Associação, do início da organização ao finalização da obra, torna-se difícil quantificar em números ou traçar os perfis familiares da população que participou da experiência. Os associados possuem trajetórias e composições familiares distintas e, além disso, muitos dos inscritos foram abandonando a organização devido a localização do conjunto, logística de participação nas atividades, desesperança e até falecimentos. Neste último caso, a luta era herdada por familiares próximos, tendo em vista que o processo perdurou por vários anos.

A Associação Paulo Freire nasceu dentro da mobilização dos Movimentos de Moradia que buscavam a retomada dos programas de mutirões autogeridos. O programa passou por um desmonte após o fim da gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1992). Segundo a Usina CTAH e mutirantes (2016), em 1999, na gestão de Celso Pitta, a Associação Paulo Freire foi o primeiro grupo a assinar um contrato para construção de 100 apartamentos em regime de autogestão desde 1992. A conquista do financiamento, após 7 anos sem nenhum novo contrato, foi um marco significativo para o Movimento de Moradia.

Com a conquista do financiamento foi iniciado o processo de seleção do grupo técnico que prestaria assessoria na elaboração do projeto e construção junto às famílias. O MST Leste 1 possui um histórico de parcerias e trabalhos com uma série de grupos de assessoria técnica que atuam em São Paulo. Quando surge o indicativo de novos projetos, e a necessidade técnica de contratação, estes grupos são informados por meio de editais que descrevem as demandas e os requisitos da contratação. No processo de seleção, os movimentos analisam o material submetido pelos coletivos, realizam entrevistas, e assim definem qual grupo elaborou a proposta mais adequada e quem será o responsável por acompanhar as Associações nas atividades demandadas pelo projeto autogerido. No caso do Paulo Freire, o grupo selecionado, entre os 3 concorrentes que submeteram uma proposta, foi a Usina CTAH, que a partir desse momento iniciaria sua trajetória com a Associação na construção de um longo processo de acordos e embates entre si e com a gestão municipal.

1.2. A TRAJETÓRIA DOS TÉCNICOS: USINA CTAH

O grupo Usina – Centro de Trabalho para o Ambiente Habitado foi formado em 1990 em São Paulo, composto por três arquitetos - Wagner Germano, João Marcos Almeida e Mário Braga - que trabalhavam juntos desde a formação acadêmica, e que, na década de 1980, se envolveram na produção de moradia social junto aos movimentos populares.

Lombardi (2011) afirma, a partir de entrevistas, que os membros fundadores foram influenciados, ainda na graduação, pelo trabalho e conjunto teórico que ficou conhecido como Arquitetura Nova, atribuído aos arquitetos Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, sendo este último, um dos professores que lecionava na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (FAU-USP), na época que João Marcos Almeida era aluno do curso. Arantes (2002), ao discorrer sobre as contribuições dos arquitetos discípulos de Vilanova Artigas, entende que a Usina CTAH, e outras assessorias técnicas que surgiram em São Paulo nas décadas de 1980 e 1990, herdaram as críticas e os fundamentos dessa “Arquitetura Nova”¹⁰.



Figura 03, 04 e 05 - Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e Flávio Império, respectivamente. A teoria e prática do trio se fundamenta na crítica à política-desenvolvimentista e ao papel exercido pela arquitetura moderna no Brasil. São marcadas pela pesquisa técnica, construtiva e espacial reformulada a partir de uma perspectiva social, questionando relações de arquitetura com a sociedade e do trabalhador com o canteiro. Os aspectos que identificam a produção arquitetônica dos três arquitetos são o uso de coberturas em abóbadas e materiais construtivos deixados aparentes, técnicas experimentadas e aplicadas na construção de casas e equipamentos, quase todos localizados na cidade de São Paulo, na década de 60 e 70.

Fonte - Portal Vitruvius (2017)(2000)(2015)¹¹.

¹⁰ Segundo Koury (2003), Sérgio Ferro utiliza o termo “Arquitetura Nova”, no artigo escrito em 1968 para a edição 4 do periódico *Arte em Revista*, para referir-se aos “grupos da nova geração brasileira”. Em 1988, no depoimento publicado na coletânea *Maria Antônia, uma rua na contramão*, organizada por Maria Cecília Loschiavo dos Santos, Ferro usa o termo para caracterizar a obra que realizou em parceria com Flávio Império e Rodrigo Lefèvre. Ferro esclarece que emprega o termo com ressalvas, e na falta de um nome adequado, para falar do que faziam.

¹¹ Disponíveis em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.202/6487>;
<https://vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/01.001/3352?page=1>;
<https://vitruvius.com.br/index.php/jornal/news/read/2276>. Acesso em 12 de março de 2023.

Outra importante referência citada pelos fundadores em Lombardi (2011), que influenciou diretamente a formação e atuação do grupo Usina CTAH, foi à atuação do cooperativismo uruguaio na produção de habitação social. A primeira geração de cooperativas habitacionais de “ajuda mútua” no Uruguai - termo de significado semelhante ao mutirão - se formou no interior do país a partir de 1966, num contexto de recessão econômica que afetou a construção civil do país. As cooperativas eram compostas por famílias, que assessoradas por grupos técnicos, se propuseram a elaborar um processo de produção habitacional com projeto participativo e utilização de mão de obra popular para baratear o custo da construção, em prol de suprir a necessidade de moradia própria frente à crise nacional.

É importante contextualizar que frente à pressão dos grupos mobilizados, que viram nas cooperativas uma solução para parte do problema habitacional, foi implementada pelo governo federal uruguaio a *Lei Nacional de Vivienda* em 1968, considerada um marco legal para urbanização no país, regulamentando as bases do funcionamento da produção de moradia por meio das cooperativas. Portanto, a partir de 1968 inicia-se, influenciada por esse marco legal e pela popularização dessas iniciativas, uma segunda geração em que a produção habitacional passou a ser produzida em maior escala.

Já na década de 1970 foi criada a *Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua* (FUCVAM), instância maior do movimento de moradia uruguaio que unifica as cooperativas, apoia na compra, manutenção, fabricação e compartilhamento de materiais e equipamentos da construção civil, além de se articular com o governo em prol da manutenção do sistema cooperativista (BARAVELLI, 2006). Outro objetivo da FUCVAM era o de fortalecer a rede de movimentos de moradia da América Latina, promovendo encontros para troca de experiências do meio profissional e popular entre os países. Diversos desses intercâmbios ocorreram em São Paulo, durante a década de 1980, difundindo fundamentos de como organizar a população em cooperativas para a produção de moradias.



Figura 06 - Conjunto Habitacional José Pedro Varela.
Fonte - Ritter e Gonsales (2020)



Figura 07 - Complexo Bulevar Artigas em Montevideú, Uruguai. A obra habitacional, implementada no ano de 1971, foi fruto da segunda fase de produção das cooperativas de ajuda mútua uruguaias. Fonte - Vigliecca & Associados [s. d.]¹².

Baravelli (2006) destaca outra importante figura na difusão da prática uruguaia no Brasil, o engenheiro e estudante de pós-graduação Guilherme Coelho. Ao visitar Montevideú em 1981, o engenheiro desenvolveu o filme “Super 8”, mostrando parte do funcionamento e da produção das cooperativas habitacionais que atuavam no Uruguai. Ao voltar para São Paulo realizou um trabalho de articulação, com intuito de reproduzir as experiências localmente, divulgando seu filme em comunidades populares, meios acadêmicos e gabinetes públicos. As trocas ocorridas nesses intercâmbios serviram de base para uma produção mais “sofisticada” em atender demandas populares em relação a produção dos programas de moradia do BNH - incluindo as modalidade que envolviam a autoconstrução - construindo o que seria uma “cooperativa mutirante” na Vila Nova Cachoeirinha, Zona Norte de São Paulo. A empreitada, gerenciada por uma “associação comunitária de construção” no lugar de uma “cooperativa” - devido aos empecilhos da legislação brasileira em criar uma organização semelhantes ao modelo uruguaio - é considerada pela bibliografia como uma das experiências pioneiras em construir trocas de uma população mobilizada com assessores técnicos autônomos, desvinculados dos servidores públicos (CARVALHO, 2004).

A experiência da Vila Nova Cachoeirinha, iniciada no ano de 1982, é identificada como uma experimentação embrionária do que viria a ser a atuação do programa de mutirões no território de São Paulo. Os membros originários da Usina CTAH puderam acompanhar o mutirão quando ainda estavam em processo de formação acadêmica. Essas influências, impactaram a trajetória profissional dos fundadores. Em 1983, Wagner e João Marcos atuaram conjuntamente no escritório Oficina de Arquitetura de Vitor Lotufo¹³. João

¹² Disponível em: <http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/bulevar-artigas>. Acesso em 12 de março de 2023.

¹³ Sobre a produção profissional de Vitor Lotufo e da Oficina de Arquitetura, ver Carranza e Carranza (2010).

Marcos, por sua vez, foi discente no curso de Arquitetura da Escola de Belas Artes e junto com outros professores e alunos formavam o Laboratório de Habitação (LabHab Belas Artes). Fundado em 1982, o LabHab Belas Artes atuou na periferia de São Paulo oferecendo serviços de consultoria a comunidades e movimentos sociais engajados na luta por moradia¹⁴.



Figura 08 - Moradores e membros do LabHab em mutirão no Recanto da Alegria, área localizada na Zona Sul de São Paulo. A comunidade recebeu assistência na elaboração de projetos e construção de moradias, regularização e requalificação urbana pelo Laboratório de Habitação da Escola de Belas Artes durante seu período de atuação no início da década de 1980.

Fonte - Bonduki (1992).

¹⁴ Sobre a atuação do Laboratório de Habitação junto às comunidades de São Paulo nos anos de 1982 a 1986, ver Bonduki (1992).

O LabHab Belas Artes foi desativado no ano de 1985 com o encerramento das atividades de extensão devido a uma crise no curso de Arquitetura da Escola de Belas Artes, no entanto, sua estrutura e atividades foram, de certa forma, continuadas com a criação do Laboratório de Habitação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que herdou trabalhos e profissionais do curso de arquitetura da Escola de Belas Artes, incluindo o então discente João Marcos Almeida e o docente Mário Braga, terceiro e último membro fundador da Usina CTAH.

O LabHab da UNICAMP, cuja atuação se estruturava na política, tecnologia e na inserção social (POMPÉIA, 2007), desenvolveu experimentações construtivas emblemáticas, coordenadas pelo arquiteto João Villà. A partir da apuração de materiais industrializados de fácil acesso e convencionalmente utilizados em construções periféricas, foram elaborados protótipos utilizando um sistema construtivo, pré-fabricado e racionalizado, pensando para obras populares. O sistema era composto por placas feitas de argamassa e tijolo cerâmico furado, utilizadas na construção de paredes, escadas, lajes e coberturas, com dimensões e peso manuseáveis sem a utilização de maquinário¹⁵. A solução foi aplicada a Residência Estudantil da UNICAMP (1992) e ao Conjunto Residencial Rua Grécia em Cotia-SP (2001).

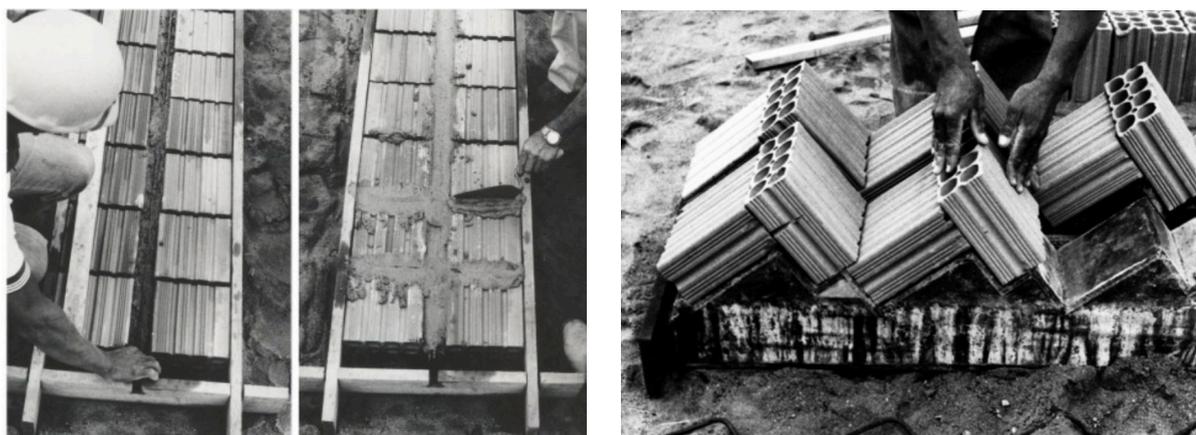


Figura 09 e 10 - Fabricação de painéis de parede e escada no sistema construtivo de painéis cerâmicos.
Fonte - Montaner e Muxí (2013).

Com o acúmulo das experiências profissionais e acadêmicas, mas atingidos por uma série de limitações e restrições na suas atuações pelo Laboratório de Habitação da UNICAMP, João Marcos Almeida, Mário Braga e Wagner Germano se reuniram e passaram a conceber a ideia do que seria a Usina CTAH, visando separar sua produção junto aos movimentos de moradia paulistanos da Universidade. A formalização do programa de mutirões autogeridos na gestão de Luiza Erundina (1989-1992) e a criação do FUNAPS Comunitário (ver nota de rodapé 11) foram os incentivos necessários para os arquitetos optarem por se afastar da UNICAMP e formar o grupo de assessoria técnica (LOMBARDI, 2011).

¹⁵ Sobre o arquiteto Joan Villà e o sistema de painéis de tijolos cerâmicos desenvolvido no Laboratório de Habitação da UNICAMP, ver Pompéia (2007) e Dualibi (2013).

A Usina CTAH foi fundada em 1990, com a forma jurídica de uma sociedade civil sem fins lucrativos, voltada a prestar serviços de assessoria técnica em arquitetura, urbanismo e engenharia a movimentos populares para melhoria e produção do ambiente habitado. A obra “Usina: entre o projeto e o canteiro”, organizada por Vilaça e Constante (2019), que compila parte da trajetória da Usina na elaboração de consultorias e projetos, mostra que a primeira experiência a ser assessorada pelo grupo de arquitetos em 1990, ainda na transição dos membros do Laboratório de Habitação para a Assessoria, foi um empreendimento habitacional de 520 unidades habitacionais para a Associação de Construção Terra é Nossa. A parceria foi fruto de relações consolidadas desde a atuação dos membros nas universidades.

A obra, localizada na cidade de Osasco, ocorreu em um terreno conquistado em negociações com a COHAB-SP, cuja construção das edificações foi financiada pelas famílias da Associação por meio de rateio. O grupo da Usina CTAH elaborou o projeto urbano e arquitetônico do conjunto, prevendo quatro tipologias de sobrados, feitas em blocos de cimento. As unidades seriam construídas pelos moradores em regime de mutirão. Este projeto permitiu que os arquitetos estruturassem uma metodologia própria de trabalho alinhada ao perfil da Associação de moradores, debatendo o projeto, tecnologias de construção compatíveis com os materiais disponíveis, e a organização do canteiro. A Usina CTAH caminhava para consolidar sua postura como grupo autônomo.



Figura 11 - Canteiro de obras do Mutirão Terra é Nossa.
Fonte - Acervo Usina CTAH (1990).

Ainda na década de 1990, os profissionais da Usina foram convidados pela Associação de moradores de Diadema a reformular o projeto habitacional Cazuzá, elaborado originalmente pela prefeitura como um conjunto para 280 famílias, de casas sobrepostas e edificações multifamiliares. A Usina CTAH deu início ao trabalho com as obras já em andamento. Com toda a movimentação de terra para o arruamento finalizado, assim como a implantação de parte das edificações multifamiliares já iniciadas, o grupo partiu desses limitantes ao iniciar as etapas de debate e elaboração de projeto. Para o novo projeto, feito agora de forma participativa, foram discutidos os aspectos técnicos de um sistema construtivo que auxiliasse a produção em mutirão. Foi definido, coletivamente, a troca do tijolo de concreto pelo tijolo cerâmico portante - para as casas sobrepostas - e autoportantes - para os prédios. O material, que ficaria aparente nas edificações, apresentava as vantagens de ser mais leve e promover maior estabilidade, dispensando estruturas na execução de paredes, além de possuir maior estanqueidade que o bloco de concreto. A experimentação construtiva desse sistema definiu a preferência dos técnicos da Usina na utilização do tijolo cerâmico que se manteve presente na elaboração dos próximos projetos.



Figura 12 e 13 - Prédios multifamiliares e casas sobrepostas do Conjunto Cazuzá.
Fonte - Acervo Usina CTAH ([199-]).

Na experiência do Conjunto Cazusa, observou-se os limites da execução de um elemento específico, as escadas feitas em concreto armado. A técnica não era de fácil apreensão, tinha custo alto de execução e o tempo de maturação do concreto dentro das formas atrapalhava o fluxo da construção, uma vez que a escada é um elemento essencial para a locomoção segura e o transporte de materiais no canteiro pelos mutirantes, que acabavam se arriscando utilizando estruturas de andaimes improvisados¹⁶. Essa observação abriu espaço para experimentação de outro sistema construtivo: mesclar a alvenaria estrutural de tijolo cerâmico com escadas feitas em estrutura metálica, em uma lógica que inverte etapas construtivas em que a escada seria locada logo após a fundação e antes das alvenarias. Nesse sistema, a escada serve de prumo para o levantamento de pisos e paredes e auxilia o trabalho em canteiro, demanda que parece ser primordial em obras de mutirão. O sistema proposto foi discutido e posto em prática na construção do COPROMO.

Segundo Vilaça e Constante (2019), o Conjunto COPROMO recebe esse nome em referência a cooperativa de moradia que a população osasquense tinha interesse em compor, com base no modelo uruguaio, chamada Cooperativa Pró Moradia de Osasco de sigla COPROMO. No entanto, as burocracias para sua criação acabaram levando a população a fundar uma Associação em 1990, composta por 1000 famílias. A criação do grupo teve como ponto de partida a ajuda fornecida pela Associação Terra é Nossa, cujas lideranças realizaram um extenso cadastro de famílias carentes de moradia em Osasco. Os membros conquistaram, por meio de ocupações e lutas, um terreno de 54 mil m², vizinho à ocupação do Mutirão Terra é Nossa. Em 1991, o projeto participativo foi desenvolvido com a assessoria da Usina CTAH, partindo da premissa que o conjunto seria composto por edificações multifamiliares para abrigar o número elevado de moradores.

No projeto, planejado para aplicar o sistema construtivo misto de tijolo autoportante e perfis metálicos, o tamanho do bloco cerâmico serviu de base para criação de um módulo para as habitações. Os módulos foram arrançados de forma a compor uma edificação com as unidades voltadas para uma circulação central, contendo escada e corredores de acessos. Esses acessos foram alargados com o objetivo de funcionarem como varandas compartilhadas. Parte da estrutura metálica empregada foi fabricada pelos mutirantes, em uma serralheria montada no canteiro do COPROMO, estratégia implementada pelas famílias para baratear os custos com a contratação de mão de obra. Cerqueira (2016) pontua, em seu trabalho de dissertação, que o conjunto foi um marco na trajetória dos mutirões por introduzir no canteiro soluções tecnológicas com racionalidade construtiva, em uma experiência que conseguiu atingir um grau considerável de autonomia popular na gestão popular da obra.

¹⁶ As experimentações técnico-construtivas foram abordadas em entrevistas realizadas com membros da Usina CTAH e apresentadas, assim como mais informações sobre a formação da assessoria e sua trajetória, no longa documental ARQUITETURA (2016).

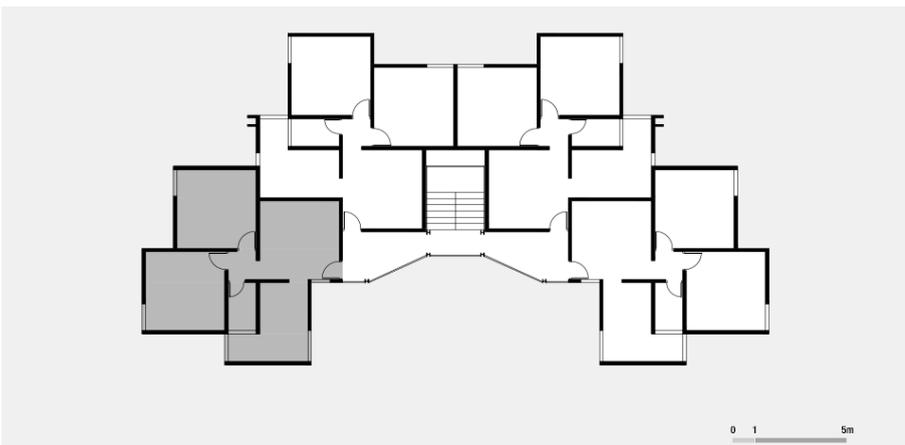
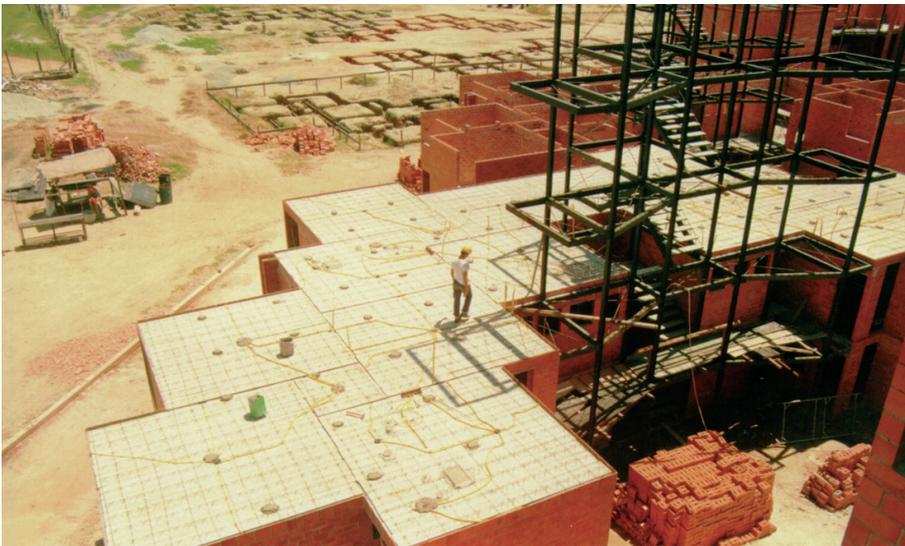


Figura 14, 15 e 16 - Conjunto COPROMO. Vista aérea do conjunto, canteiro de obras - mostrando etapa de levantamento de alvenarias, auxiliada pela escada metálica - e planta baixa do pavimento tipo das edificações. O desenho mostra o arranjo modular das unidades habitacionais ao redor da circulação central, feita em estrutura metálica contendo a escada e os corredores alargados.
Fonte - Acervo Usina CTAH ([199-]).

Somente em 1999, oito anos após o início das atividades com a Associação COPROMO e com outras experiências acumuladas na utilização de estrutura metálica, a assessoria Usina CTAH - formada por uma nova geração de profissões - assumiria o acompanhamento do projeto habitacional do Conjunto Paulo Freire. Em discussões junto às famílias da Associação, o grupo chegaria a uma solução construtiva que utilizaria não só escadas metálicas, mas toda a estrutura das edificações feita de perfis de aço. A equipe renovada de profissionais, composta por arquitetos e assistentes sociais, evidenciou um amadurecimento em seus processos na busca da construção coletiva de conhecimentos, métodos e tecnologias. A Usina CTAH acompanhou a Associação Paulo Freire nas negociações do financiamento, na conquista do terreno, no projeto participativo, nas atividades de formação social e técnica, nas obras no canteiro e na ocupação do Conjunto Paulo Freire.

1.3. A TRAJETÓRIA ESTATAL: COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO

A Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP) é uma empresa de capital misto, cuja principal acionista é a Prefeitura de São Paulo, vinculada à Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do município (SEHAB-SP). Sua principal função é promover a construção de unidades habitacionais com recursos provenientes do Fundo Municipal de Habitação (FMH), do qual é operadora, e da realização de convênios com agentes financeiros como a Caixa Econômica Federal, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU)¹⁷, outras entidades governamentais e a iniciativa privada (FRANÇA e COSTA, 2012). Vale salientar que, na implementação da política habitacional do município, além da COHAB-SP, atuam a Superintendência de Habitação Popular (Habi) e o Departamento de Regularização do Parcelamento do Solo (Resolo). Esses setores são responsáveis pela execução da política no que diz respeito às intervenções em favelas, loteamentos irregulares e cortiços, e também fazem parte da estrutura administrativa da SEHAB-SP.

A COHAB-SP financia a construção de novos empreendimentos realizando convênios e contratos com a população cadastrada pelo órgão, que se enquadra na faixa de renda de 0 a 6 salários mínimos. Com exceção dos programas voltados para a construção de moradias por meio da autogestão e do mutirão, é a COHAB-SP quem realiza o gerenciamento e a produção das unidades habitacionais dos demais programas. Isso inclui compra e repasse de terrenos, elaboração de projetos, contratação de construtoras, compra de materiais, execução das obras e demais etapas relacionadas a essa produção. Ao final das obras, é responsabilidade da Companhia realizar os processos de regularização dos terrenos e das moradias, assim como a sua comercialização e repasse para a população cadastrada.

O órgão foi criado em 16 de novembro de 1965 pela, pela Lei n.º 6.738, para atuar na execução local da Política Habitacional Federal do período da Ditadura Militar, financiada pelos recursos do BNH. Segundo Gonçalves (2013) o objetivo primordial da Companhia era a redução de custos e aumento da velocidade dos processos, “otimizando” a produção dos empreendimentos, sendo a qualidade dos imóveis um aspecto secundário, diretrizes se alinhavam ao modelo habitacional proposto pela política federal.

A COHAB-SP direcionou uma grande parte da sua produção para a Zona Leste de São Paulo, onde hoje se localiza o distrito Cidade Tiradentes, área anexada à malha urbana pela gestão pública na década de 1970 destinada a abrigar as novas obras de moradia social. Ao gerenciar os recursos do BNH, a COHAB-SP

¹⁷ A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo é o órgão de execução da política habitacional do governo do estado de São Paulo.

tinha como foco ocupar as glebas de baixo custo da região com empreendimentos residenciais, que até então possuíam uma dinâmica predominantemente rural. Ao adquirir terrenos mais baratos em áreas rurais, foi possível garantir uma alocação mais significativa dos recursos financeiros para a construção das moradias, o que resultou no aumento da quantidade de capital disponível para a contratação de empreiteiras. Os conjuntos habitacionais produzidos nessa periferia eram voltados especialmente à população de baixa renda, removida de cortiços e favelas nas áreas centrais da cidade. Portanto, pode-se afirmar que a COHAB-SP foi uma agente ativo na produção desse modelo de segregação social que marca o crescimento da metrópole de São Paulo e que submete a população marginalizada a uma nova dinâmica urbana, que impacta diretamente sua qualidade de vida (OTERO, 2003). Durante as décadas de 1970 e 1980, a Cidade Tiradentes, que possuía uma considerável área florestal e relevo acentuado, foi transformada em um grande canteiro de obras, passando por significativas movimentações de terra, voltadas para a implantação das obras habitacionais. Essa dinâmica fez a região passar por uma explosão demográfica. Otero (2003) pontua que na década de 1980 a área possuía 8.603 moradores e na década de 2000 já apresentava uma população de 190.650 habitantes, crescendo mais de 2.000% em 20 anos. A Cidade Tiradentes é considerada o maior conjunto habitacional da América Latina e devido ao seu caráter monofuncional passou a ser reconhecida como “cidade dormitório” pela carência inicial em espaços de lazer, trabalho, serviços e ser geograficamente distante e desconectada dos centros urbanizados.



Figura 17 - Canteiro de obras na Cidade Tiradentes na década de 1980. O início das obras do conjunto habitacional Santa Etelvina, em 1981, pela COHAB-SP foi um dos marcos da fundação da região. Na época, o conjunto recebeu o nome de “COHAB Cidade Tiradentes” em homenagem às figuras históricas da Inconfidência Mineira. Essa denominação influenciou na forma como a região foi nomeada.

Fonte: Instituto Bixiga [s. d.]¹⁸.

¹⁸ Disponível em: <https://institutobixiga.com.br/cidade-tiradentes-memoria-viva-de-lutas-e-resistencia-popular-na-zona-leste-de-sao-paulo/>. Acesso em 12 de março de 2023.

PRODUÇÃO	1970-2000	2001- 2008	TOTAL
Unidades produzidas pela COHAB-SP	147.722	769	148.491
Unidades produzidas por autoconstrução	6.039	0	6.039
Unidades produzidas por mutirão	3.826	6.914	10.740
Unidades produzidas para locação social	0	973	973
Unidades produzidas em empreendimentos Funaps	17.740	0	17.740

Quadro 02 - Produção de unidades habitacionais públicas em São Paulo entre 1970 e 2008. A produção é referente a famílias com faixa de renda entre 0 a 6 salários mínimos.
Fonte - França e Costa (2012).

O quadro 02, elaborado de dados divulgados pela SEHAB-SP, mostra em números a produção de moradia pública de São Paulo de 1970 a 2008. Otero (2003) afirma que na Cidade Tiradentes foram implantados 14 conjuntos habitacionais pela COHAB-SP, entre os anos de 1975 e 1998, totalizando 42.379 unidades habitacionais. Ao comparar esse número com os dados do quadro 02, relacionado às moradias produzidas pela COHAB-SP, pode-se afirmar que a Cidade Tiradentes abriga mais de 25% da produção de moradia realizada pelo órgão no município de São Paulo.

Com o fim do BNH em 1986, a COHAB-SP é incorporada à gestão municipal. A partir desse período, o órgão passa a compor um novo setor da SEHAB-SP e tem atuação alinhada aos programas locais. Com a redução dos recursos federais para a capital paulista, o FUNAPS passou a ser um dos principais subsídios para a implementação da política habitacional e urbana.

Durante a gestão de Luiza Erundina (1989 a 1992), a SEHAB-SP e órgão vinculados, foram responsáveis por implementar programas de urbanização de favelas e regularização de assentamentos, utilizando os recursos do FUNAPS. Como mencionado anteriormente, no governo de Erundina foi criado o FUNAPS Comunitário, fundo cujo enfoque era financiar o Programa de Construção por Mutirão e Autogestão, que atendia a forma de produção habitacional defendida pelos movimentos de moradia locais (ver nota de rodapé 9).

Em 1994, na gestão de Paulo Maluf (1993 a 1997), o FUNAPS e o FUNAPS Comunitário foram extintos e foi criado o Fundo Municipal de Habitação (FMH). Os recursos do fundo municipal, coordenado pela COHAB-SP, foram concentrados na execução de um único programa, o Cingapura. O programa possuía a meta ambiciosa de construir 100 mil novas moradias para famílias paulistanas, seguindo um padrão de conjuntos habitacionais verticalizados e adensados, baseado na produção da cidade-estado Singapura, referência para o nome do programa (PEIXOTO, 2017). A produção do programa municipal foi marcada pela execução de conjuntos homogêneos, de grande escala e apartamentos mínimos, construídos por grandes empreiteiras em áreas periféricas da cidade.

O programa Cingapura, iniciado na gestão de Maluf, teve continuidade durante a gestão de Celso Pitta (1997 a 2001). Devido aos volumosos investimentos realizados com o Cingapura, houve um estrangulamento nas obras de mutirão e reurbanização de favelas. Com a falta de recursos, as obras tiveram sua continuidade prejudicada e a contratação de novos projetos que atendiam as demandas dos movimentos sociais foram zerados. Foi no meio desse cenário de diminuição de diálogo da gestão pública com os movimentos de moradia, que se iniciaram as negociações para o financiamento habitacional dos membros da Associação de Construção Comunitária Paulo Freire junto a COHAB-SP.



Figura 18 - Propaganda do Programa Cingapura implementado pela Prefeitura de São Paulo.
Fonte - Acervo Usina CTAH ([199-]).

1.4. A PRODUÇÃO DA MORADIA POPULAR

1.4.1. CONQUISTA DO TERRENO

A pressão exercida pelo MST Leste 1 sobre a COHAB-SP, por meio de manifestações no final da década de 1990, foi decisiva para a retomada da contratação de projetos de mutirões autogeridos após um hiato que perdurava desde 1992. Como resultado, em 22 de agosto de 1999 a Associação Paulo Freire, composta por 100 famílias, tornou-se o primeiro grupo vinculado ao Movimento de Moradia a assinar um convênio com a COHAB-SP após esse período de interrupção.

A COHAB-SP era responsável por gerenciar os recursos provenientes do Fundo Municipal de Habitação para financiar a compra do terreno e construção das novas moradias¹⁹. Embora a Associação tenha indicado previamente uma área para a construção do conjunto - localizada no Bairro Mooca, região central de São Paulo - coube à COHAB-SP a seleção final do terreno a ser destinado às famílias. Foi destinado para a Associação Paulo Freire um lote de 3,3 mil m², localizado no Distrito Cidade Tiradentes, em uma faixa de terreno pertencente ao Conjunto Inácio Monteiro, projeto habitacional elaborado pela Companhia que reproduzia o padrão adotado pelo Programa Cingapura.

¹⁹ O financiamento ocorreu de forma parcelada, com a COHAB-SP repassando os valores por meio de aditivos à medida que as etapas do processo avançavam e eram aprovadas pelo órgão fiscalizador. A negociação, feita mediante a assinatura de um convênio, estabelecia que ao término da construção a titularidade do terreno e do conjunto habitacional seria transferida temporariamente para a prefeitura de São Paulo, enquanto as famílias beneficiárias deveriam assinar um termo e pagar prestações mensais que seriam direcionadas ao Fundo Municipal de Habitação. Ao concluir o pagamento das prestações, as famílias teriam a posse definitiva do imóvel produzido. Durante o processo de construção do conjunto habitacional Paulo Freire, a resolução que regulava os financiamentos foi alterada (LOUREIRO, 2013). Isso levou as famílias a entrar em outras rodadas de negociação com a COHAB-SP para garantir o pagamento da moradia própria de forma viável. A situação gerou certa instabilidade entre os moradores e a gestão pública.

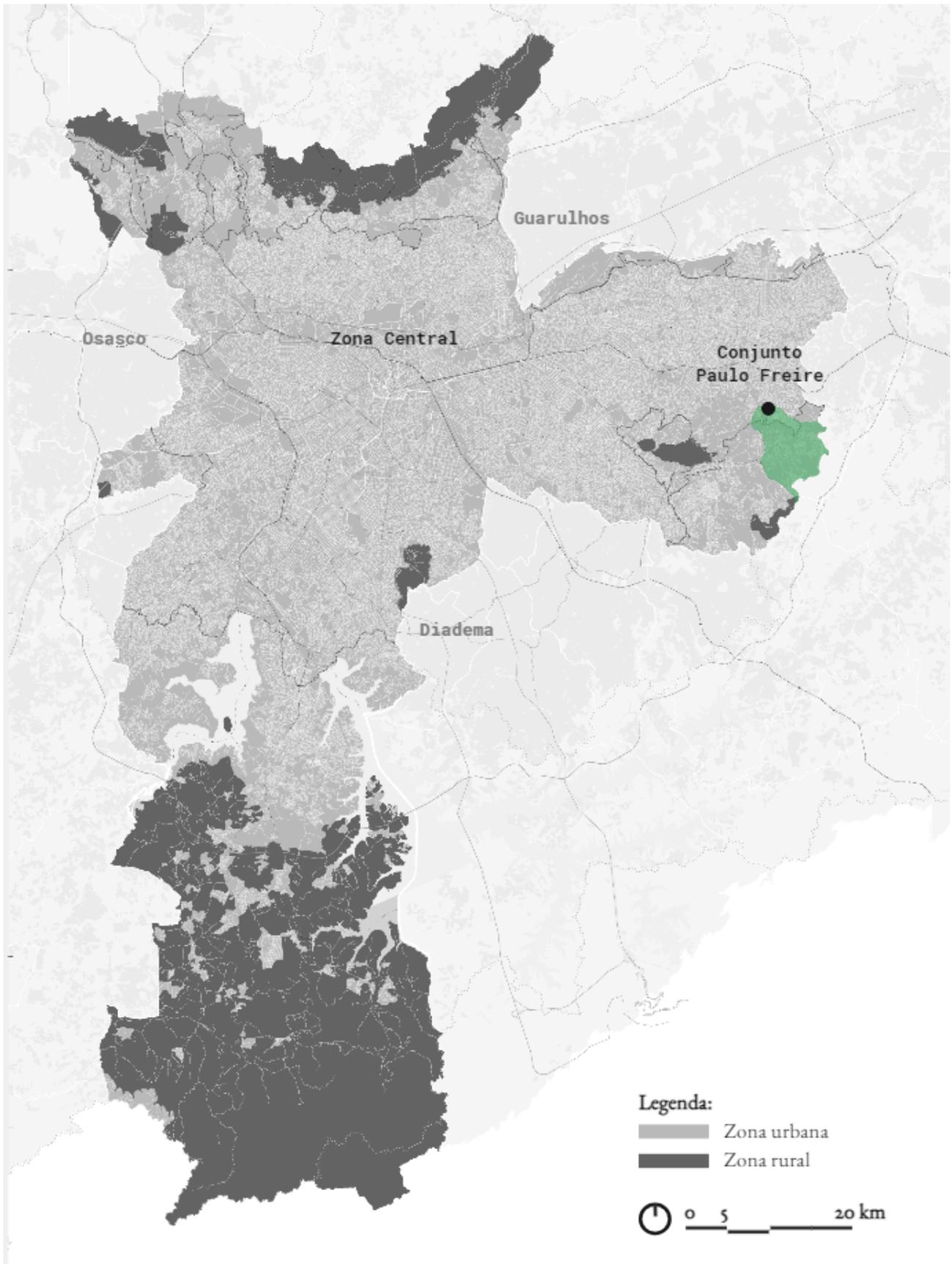
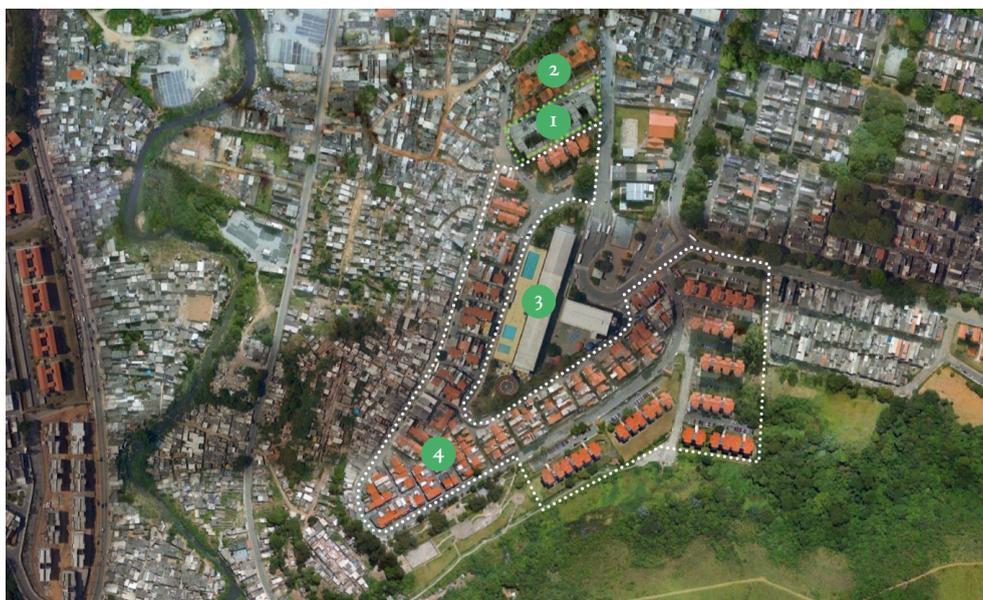


Figura 19 - Mapa de localização do terreno do Conjunto Paulo Freire no município de São Paulo-SP.
Fonte - Plano diretor de São Paulo (2014), modificado pela autora.

A intenção da COHAB-SP era construir uma edificação na área selecionada que abrigasse as 100 famílias, seguindo o projeto do Conjunto Inácio Monteiro, com apartamentos de 42 m² de área, na tentativa de forçar a Associação a abdicar de um projeto próprio, elaborado de forma participativa, esse que já estava em discussão junto a Usina CTAH, e previa cerca de 56 m² para os apartamentos, área $\frac{1}{3}$ maior que a do projeto imposto. O aumento da área é consequência da lógica adotada na construção pelo mutirão autogerido, ou seja, ao repassar para as famílias as atividades de gestão e construção, o montante que iria para as empreiteiras é revertido em ganhos qualitativos e espaciais para as unidades habitacionais. A Associação Paulo Freire, frustrada com as decisões e com o andamento do processo pelo poder público, realizou um ato com intuito de pressionar e defender a escolha das famílias por um processo autogerido. Somente no ano 2000, após uma série de debates entre a Associação, COHAB-SP e Usina CTAH, foi conquistada a aprovação para executar o projeto habitacional participativo.

Apesar da conquista, o terreno destinado às famílias já havia sido parcialmente tomado, acontecimento típico da área periférica que já abrigava uma série de ocupações irregulares. Devido a ocupação, foi destinado para a Associação um novo lote - menor, mais estreito e íngreme - nas proximidades do lote inicial. Ainda enfrentando as pressões das ocupações existentes, os integrantes da Associação Paulo Freire optaram por ocupar o terreno como forma de assegurar sua posse e, com isso, ter a possibilidade de iniciar a execução do projeto durante a próxima gestão municipal que seria de Marta Suplicy (2001 a 2004), então candidata à prefeitura de São Paulo.



Legenda: 1 - Conjunto Paulo Freire 2 - Conjunto Unidos Venceremos 3 - Centro de Educação Unificada (CEU) 4 - Conjunto Inácio Monteiro ⌚ Sem escala

Figura 20 - Perímetro do Conjunto Inácio Monteiro. O mapa mostra a localização do segundo lote destinado à Associação Paulo Freire, onde foi implantado o conjunto.

Fonte - Google Maps (2023), modificado pela autora.

Entre novembro e dezembro do ano 2000 foi realizado o primeiro exercício de construção coletiva no terreno ocupado: um barracão de madeira improvisado, que abrigaria a casa para o caseiro e o salão de reuniões da assembleia. A construção, financiada pelas economias da Associação, foi acompanhada pela equipe da Usina e executada pelas famílias, que se revezaram no canteiro de obras, sob a tensão e desconfiança de olhares vizinhos. Em 2001, com o novo espaço para as reuniões finalizado, as famílias retomaram as discussões do projeto habitacional junto a equipe da assessoria, com esperança de finalizar a construção das habitações na nova gestão municipal que se iniciava.



Figura 21 - Ato realizado pela Associação Paulo Freire no terreno destinado a construção das moradias.

Fonte - Acervo Usina CTAH (2000).

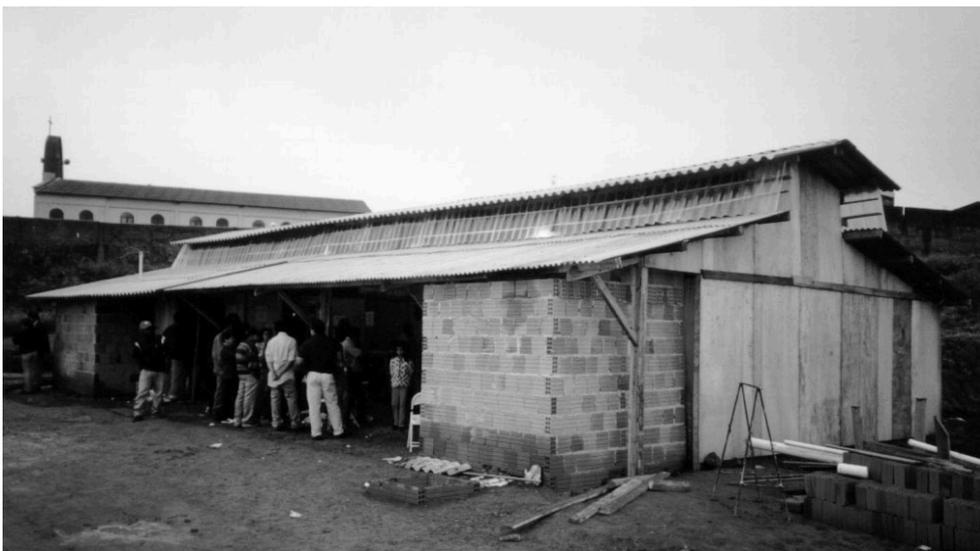


Figura 22 - Barracão de apoio ao Mutirão Paulo Freire.

Fonte - Acervo Usina CTAH (2001).

1.4.2. O PROJETO PARTICIPATIVO

Com a chegada da gestão de Marta Suplicy (2001-2005) foram retomadas as discussões de projeto entre a Associação Paulo Freire e a Assessoria Usina CTAH. Foi colocada em prática uma metodologia para elaboração de projetos participativos, lapidada pelos profissionais da Usina em experiências anteriores. O processo consistiu na realização de assembleias gerais, com todos os membros da Associação presentes, em que eram discutidas as demandas e as soluções necessárias para elaboração das moradias, assim como de outras particularidades exigidas pelo processo.

O debate sobre o projeto, que havia se iniciado no ano anterior, retornou com um novo fôlego. De acordo com Usina CTAH e Mutirantes (2016), a metodologia de projeto foi aplicada em 4 rodadas de discussão. A primeira rodada buscava estimular “memórias do morar”. As famílias participaram de atividades registrando relatos de vivência em casas que já habitaram, observando não só características espaciais, mas também aspectos subjetivos, como os hábitos que costumavam realizar em suas antigas moradas. Essa atividade permitiu identificar que, especialmente para os membros migrantes, o ato de habitar adquiriu outros significados com a mudança de região:

A comparação mais comum foi entre a casa com varanda, cômodos grandes, mas sem infra-estrutura - água encanada, gás e até energia elétrica, com a casa atual em São Paulo, em geral de poucos e pequenos cômodos, insalubre e de aluguel. O motivo da mudança alegado por eles foram a possibilidade de emprego e a desejada ascensão social - vir para a cidade grande representa oportunidades sociais novas, apesar de piorar as condições de habitações e acesso à terra (Plano de Trabalho Social elaborado pela Usina CTAH em novembro de 2003).

O exercício, que tinha o objetivo de reconectar as famílias com memórias de suas habitações, demonstra a preocupação da Usina CTAH em entender como o “espaço de morar” era vivido e reconhecido pelas famílias. É interessante observar como as memórias dos membros migrantes estavam fortemente ligadas às tipologias de moradia unifamiliares. Embora os aspectos que caracterizam essa tipologia tenham inspirado caminhos projetuais, a proposta de unidades unifamiliares foi descartada pelos arquitetos da Usina devido ao grande número de famílias que deveriam habitar um terreno pequeno. No lugar, foi necessário repensar a lógica habitacional para um morar coletivo, baseado em tipologias multifamiliares, cada vez mais comuns às metrópoles populosas, em que a disponibilidade de terras está cada vez menor. As dinâmicas utilizadas nas discussões foram coordenadas principalmente por técnicos sociais. Foram utilizados métodos, materiais e linguagens pedagógicas acessíveis durante as reuniões. As estratégias facilitaram o entendimento das temáticas debatidas pelos membros da Associação.

A segunda rodada foi voltada para discutir os usos e espaços das habitações. Pranchas foram elaboradas pelos arquitetos, representando elementos relacionados aos usos e ambientes domésticos - a exemplo do fogão que se relacionava com cozinha, do sofá com sala de estar e assim por diante. Os desenhos das pranchas guiaram o debate sobre a organização espacial das habitações, o tamanho dos cômodos e como esses se relacionam. Prioridades

para as moradias foram elencadas e postas em votação na assembleia. Os técnicos elaboraram um relato gráfico e escrito das características desejadas pelas famílias, que guiaria o trabalho de projeção das tipologias habitacionais pelos arquitetos. Esses elaboraram uma série de propostas que foram levadas novamente para a assembleia e colocadas em discussão coletiva.

A terceira rodada das discussões consistiu na definição das plantas de cada tipologia. Foram elaboradas plantas na escala de 1/10, com paredes, esquadrias e mobiliário “soltos” que permitiam a personalização de suas posições. Esses elementos foram levados para a assembleia e guiaram a conversação coletiva. Pelo significativo número de alternativas elencadas pelas famílias, a rodada resultou na criação de 4 tipologias de plantas distintas para as habitações, com opções de dois e três quartos.

A quarta rodada de discussões foi focada na definição da forma e na implantação das edificações e dos outros equipamentos coletivos: centro comunitário e praça coletiva. A primeira proposta dos arquitetos, apresentada por meio de maquete física, mostrava edificações ocupando todo o terreno, sem destinar uma área aberta para uso coletivo dos moradores, aspecto que foi bastante criticado pela Associação.



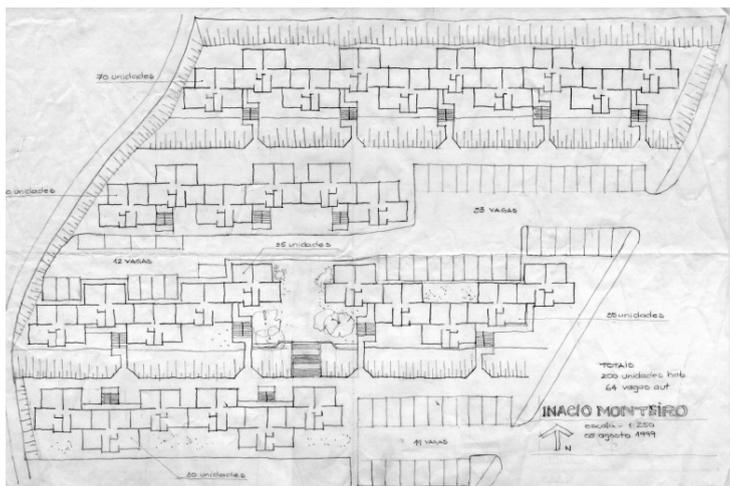


Figura 23, 24 e 25 - Assembleias de discussão coletiva do projeto habitacional. A primeira imagem mostra a discussão das tipologias guiadas pela planta baixa. A segunda e terceira mostram a maquete e planta baixa utilizada para a apresentação da primeira proposta projetual. A disposição das edificações no terreno foi criticada pelos moradores.
Fonte - Acervo Usina CTAH (2001 e 2002).

Tendo em vista as características espaciais do terreno - íngreme e de tamanho reduzido, a alta densidade da obra e a diversidade de composições familiares, foi necessário pensar em outra estratégia técnico-construtiva para as edificações, que substituiria o sistema misto de alvenaria cerâmica estrutural e escadas em estrutura metálica utilizado na primeira proposta apresentada. A solução proposta pelos arquitetos da Usina CTAH foi a implantação de edificações habitacionais, cuja estrutura seria construída a partir de perfis metálicos pré-fabricados.

Apesar de incertezas iniciais, a solução proposta foi aceita pelas famílias após uma série de debates, convencidas pelo argumento da redução de tempo de obra, vantagem associada à pré-fabricação na construção civil. Optar por uma técnica construtiva, que utilizava materiais e mão de obra de maior custo em uma obra popular só foi possível devido à situação econômica vivenciada no momento das negociações. O país passava por um período de estabilidade que amenizou os custos dos insumos da construção civil²⁰. A estrutura metálica possibilitou maior flexibilidade na criação de diferentes plantas baixas para os apartamentos, já que as alvenarias não precisariam ter função estrutural. Nesse caso, a utilização dos perfis de aço como estrutura independente permitiu a execução de um projeto no qual as unidades habitacionais possuíam planta livre. A estrutura também possibilitou liberar a ocupação do terreno, excluindo um dos blocos habitacionais do projeto anterior para a criação de uma praça aberta coletiva. Isso só foi possível devido a criação dos “apartamentos pendurados”, nomenclatura dada pelos moradores para as

²⁰ De acordo com informações divulgadas pela Associação de Advogados de São Paulo, durante a segunda metade do ano de 2002, o dólar variou entre 2,7 e 3,7 reais. Vale destacar que a moeda norte-americana exercia forte influência sobre os preços de diversos materiais utilizados na construção civil brasileira. Durante esse período, o Brasil passava por uma fase de estabilidade política e econômica, ocupando um lugar de país emergente no cenário internacional. Disponível em: <https://www.aasp.org.br/suporte-profissional/indices-economicos/mensal/dolar/>. Acesso em 9 de abril de 2023.

unidades habitacionais que foram elevadas do chão e implantadas de forma a conectar os blocos, criando pátios com circulação abaixo, substituindo as unidades do antigo bloco e atendendo ao número de habitações demandadas pela Associação.

A planta livre ampliou consideravelmente as possibilidades de adaptação das unidades de acordo com a variedade familiar dos moradores. As 4 tipologias de moradias definidas - três com 2 quartos e uma com 3 quartos - possuíam cada uma aproximadamente 52 m². As unidades foram executadas possuindo cozinha, área de serviço e banheiro fixos e opções de layout flexíveis para a sala de estar, jantar e quartos. A solução de corredores alargados para dar acesso às moradias e funcionar como varandas de convivência, implementada anteriormente no Conjunto COPROMO, também foi adotada no Paulo Freire. A implantação final resultou em 3 blocos residenciais que abrigaram 100 unidades habitacionais. Além das edificações, o projeto incluiu uma praça central, um centro comunitário e uma área de estacionamento, sendo esses equipamentos coletivos compartilhados pelos moradores.



Figura 26 - Maquete eletrônica da segunda proposta projetual elaborada para o conjunto Paulo Freire. São simuladas a volumetria dos apartamentos "pendurados" e a praça coletiva.
Fonte - Acervo Usina CTAH (2002).

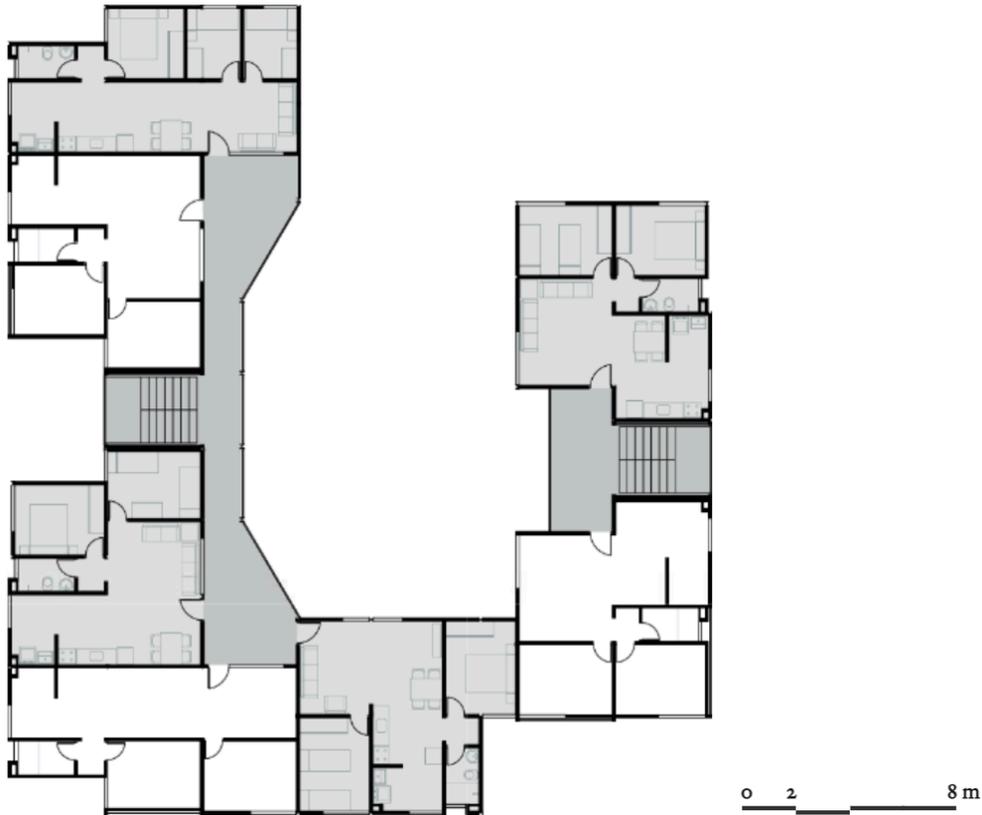


Figura 27 - Planta baixa do pavimento tipo das edificações do conjunto Paulo Freire, mostrando as 4 tipologias definidas no projeto participativo.

Fonte - Colla, Peeters e Preud'homme (2015), modificado pela autora.



Figura 28 - Implantação do Conjunto Paulo Freire.

Fonte - Colla, Peeters e Preud'homme (2015), modificado pela autora.

Para a fabricação e execução dos perfis metálicos a Associação Paulo Freire contratou a empresa mineira Pórtico, especializada na produção de estruturas metálicas. Durante as discussões do projeto, foram diversas as trocas entre os técnicos da Usina CTAH, a coordenação da Associação e a empresa Pórtico, realizando estudos coletivos voltados para otimizar e reduzir os custos na fabricação e a mão de obra da estrutura. Os grupos visitaram a fábrica mineira para compreender o processo industrial que resultava nas peças estruturais.



Figura 29 e 30 - Registro da visita ao galpão de fabricação da Empresa Pórtico e perfil metálico utilizado na estrutura do Conjunto Paulo Freire. Os estudos sucessivos da Usina e depois em parceria com a Pórtico levou a uma otimização nos perfis, feito de chapas dobradas soldadas ao invés de perfis laminados. A troca possibilitou uma estrutura mais leve e econômica.
Fonte - Acervo Usina CTAH (2001).

Além de participarem ativamente das assembleias para a construção do projeto habitacional coletivo, os arquitetos da Usina também foram responsáveis pela elaboração de todos os desenhos técnicos da obra, da fase de criação à fase executiva. Os desenhos foram utilizados nas discussões do projeto, nas negociações com COHAB-SP e na construção em canteiro, sendo ajustados ao longo do processo. Os cadernos submetidos à análise e aprovação pela COHAB-SP foram elaborados seguindo os padrões técnicos estabelecidos pelo órgão para cada etapa de projeto - estudos preliminares, projetos básicos e projetos executivos. Ressalta-se que uma das pautas recorrentes nos relatos analisados se refere à dificuldade de aprovação da estrutura metálica pela COHAB-SP.

Apesar da estrutura ter sido uma escolha pensada e justificada nos debates de projeto, ela passou por um processo lento e burocrático para ser aprovada pela COHAB-SP. A Companhia aparentava desconfiança em relação à viabilidade técnica e financeira da proposta que utilizava perfis metálicos. A falta de técnicos com conhecimento sobre esse tipo de material dentro do órgão público acabou por atrasar a aprovação da obra e o repasse dos recursos financeiros, resultando em atrasos na execução das moradias.

1.4.3. TRABALHO E FORMAÇÃO SOCIAL: O PLANO DE TRABALHO SOCIAL

Destaca-se aqui a relevância do trabalho de formação social dentro do processo do Mutirão Paulo Freire. Segundo a União Nacional por Moradia Popular (2019) o trabalho social é um componente essencial no processo de autogestão, devendo ser implementado em todas etapas do processo de forma contínua, fortalecendo a organização coletiva. O trabalho social se apoia na pedagogia e na política social e é colocado em prática através de atividades acompanhadas por profissionais da área.

No que tange a Associação Paulo Freire, todo o acompanhamento feito pela Usina CTAH foi realizado por um time multidisciplinar, que além do enfoque no trabalho técnico/construtivo, tem como um dos pilares do seu método, o trabalho social. Os assistentes sociais foram figuras presentes em todas as etapas do processo, auxiliando na comunicação entre os arquitetos e as famílias, incorporando aos processos educativos métodos baseados na pedagogia freiriana. Nas assembleias foi discutido e estruturado o Plano de Trabalho Social, com o intuito de guiar a execução desse eixo do processo. No documento elaborado e aprovado, a Usina CTAH destaca os objetivos do trabalho realizado junto a Associação Paulo Freire:

A essência do trabalho realizado pela Usina com as famílias organizadas na Associação Paulo Freire consiste em: ampliar a abrangência da discussão sobre o contexto social da cidade, buscando assegurar uma postura reflexiva e crítica a partir da discussão dos projetos, da organização do canteiro de obras e para o trabalho de ajuda-mútua, das atividades cotidianas, do uso dos espaços coletivos e, por fim, da própria qualidade de vida no conjunto. Discutiremos a gestão do conjunto, relações de trabalho, a necessidade e a qualidade dos serviços urbanos (educação,

transporte, saúde, segurança) relações humanas, (a inserção da mulher no contexto do grupo e da própria sociedade, a criança e sua formação) o planejamento das atividades, a formação política do grupo. O resultado esperado é o desenvolvimento e a consolidação do espírito comunitário, da solidariedade e da consciência de cidadania. A comunidade se educando para buscar soluções coletivas para problemas comuns.

Para tanto, lançamos mão da interdisciplinaridade, buscando garantir a amplitude dessa atuação e a qualidade dos resultados. Assegurando a competência de diversos profissionais, cada um habilitado em sua área de atuação, essa reflexão resultará não só mais rica como também mais eficiente. Por isso, a Usina sempre se posicionou persistentemente nos fóruns públicos a favor do reconhecimento da necessidade e importância, e por consequência, da normatização, do chamado Trabalho Social como parte fundamental do trabalho a ser desenvolvido pelas assessorias técnicas no Programa de Mutirão por Autogestão (Plano de Trabalho Social elaborado pela Usina CTAH em novembro de 2003).

O Plano de Trabalho Social, elaborado de acordo com os parâmetros estabelecidos pela SEHAB-SP, abrange o trabalho de diagnóstico, cadastro e registro dos membros da Associação, assim como as atividades propostas pela Usina CTAH a serem desenvolvidas junto às famílias. O objetivo do plano foi guiar o processo de formação coletiva da Associação. As atividades de formação foram realizadas em rodadas de debates que ocorriam uma vez por mês, cujos temas faziam partes dos eixos: Identidade Social, Família, Cultura e Vida Urbana, Reforma Agrária e Urbana. A definição dos eixos temáticos se baseou na aplicação de questionários abertos às famílias mutirantes, extraindo desses os temas de interesse a partir das necessidades e vivências do grupo. Pela presença marcante das mulheres e migrantes na Associação, as discussões procuraram fomentar debates sobre questões de gênero, cotidiano, papéis familiares, locais de origem, tradições e culturas. As conversas ocorriam a partir da discussão de textos, palestras, oficinas, apresentações e filmes. Outra estratégia adotada para promover engajamento social, foi encorajar as famílias a documentar o processo do mutirão por meios escritos, imagéticos e corporais. Dessa forma, o grupo pode reconhecer e valorizar a história e as memórias construídas coletivamente.



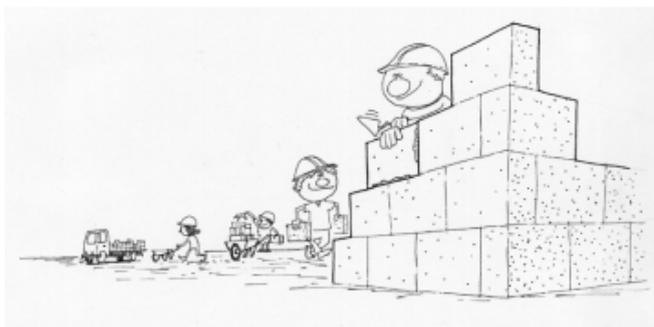
Figura 31 - Murais elaborados pela Associação Paulo Freire e Usina CTAH documentando o processo do Mutirão Paulo Freire. Os materiais foram expostos no centro comunitário.
Fonte - Acervo Usina CTAH ([200-]).

1.4.4. TRABALHO E FORMAÇÃO TÉCNICA: ORGANIZAÇÃO DO CANTEIRO E CONSTRUÇÃO

Com a assinatura do primeiro aditivo financeiro em 2002, as famílias passaram por um processo de organização e formação técnica que definiu a conformação do canteiro e deu início às obras. Nas assembleias foi discutida a formulação do regulamento de obras, elaborado pelos mutirantes, assessorados pela Usina CTAH. Novamente foram utilizadas metodologias pedagógicas para auxiliar o entendimento do processo pelos membros da Associação, incentivando o grupo a desenvolver, de maneira coletiva e autônoma, as regras que melhor se adequassem ao trabalho como mutirantes. Nessa etapa foram criadas dinâmicas que exercitaram a percepção de coletividade, a exemplo da simulação de sobrevivência do grupo em uma ilha, em que propostas para a sobrevivência e convivência foram colocadas em pauta. Após esse primeiro exercício, as próximas dinâmicas seguiram pautas mais objetivas sobre aspectos aplicáveis à obra, como divisão de trabalho, utilização de equipamento e segurança no canteiro. As discussões resultaram na formulação de uma série de regras, que foram incorporadas ao regulamento de obras. O documento gerado foi distribuído para as famílias em forma de uma cartilha ilustrada.

associação paulo freire - leste 1

REGULAMENTO DE OBRAS



Esta cartilha foi realizada a partir das discussões com a Associação Paulo Freire que aconteceram nos dias 20 e 27 de janeiro e 17 de fevereiro de 2002. Todos os pontos do Regulamento foram aprovados em Assembléia.

GUARDE E TENHA SEMPRE À MÃO

Figura 32 - Cartilha ilustrada do regulamento da obra do mutirão Paulo Freire. O documento foi redigido e ilustrado pelos profissionais da Usina CTAH.

Fonte - Acervo Usina CTAH (2002).

Uma etapa fundamental para o funcionamento do mutirão Paulo Freire foi a divisão dos trabalhos. Em assembleia foi definido que a execução da obra seria realizada durante a semana com mão de obra contratada e nos finais de semana seria realizado o trabalho de mutirão - que a depender da etapa seria auxiliado pela contratação de equipes para a realização de serviços específicos como serralheria, revestimento externo dos edifícios, ou mesmo para reforço da equipe de pedreiros. Para divisão dos trabalhos de mutirão foram propostos grupos de revezamento. Em agosto de 2002 foi realizada a assembleia que definiu a divisão das famílias em 3 grupos de trabalhos compostos de 15 a 20 membros. Pela proposta de cronograma apresentada pela Usina CTAH, não seria necessária a participação de todos os grupos nos finais de semana, portanto, os três grupos definidos se revezariam, dando folgas programadas às famílias, o que reduziria a dupla carga de trabalho dos membros mutirantes. Os três grupos eram representados pelas cores Azul, Amarelo e Vermelho e foram formados por critérios de afinidade entre os membros.

O trabalho de construção feito pelos mutirantes demandou o apoio de outros grupos que realizaram os trabalhos de cozinha, limpeza e cuidados das crianças, tarefas também consideradas como essenciais para o funcionamento adequado do processo. Para a formação dos grupos de apoio foi selecionada 1 pessoa de cada um dos grupos de revezamento por cores. Portanto, foram formados 4 grupos: Obra, Cozinha, Creche e Limpeza. Além dos grupos do revezamento a Associação era composta por outras divisões, voltadas para otimizar o funcionamento da gestão da obra. A Associação Paulo Freire possuía um grupo de coordenadores gerais, um apontador, um almoxarife, um comprador, um auxiliar de escritório e um mestre de obras. À medida que surgia a necessidade, outros grupos e funções foram criados.

Os grupos organizados participaram de atividades de formação, instruindo sobre a realização correta e segura das atividades. Segundo a Usina CTAH e Mutirantes (2016), foram aplicados métodos que buscavam exercitar a autonomia da população e diluir hierarquias na produção, fundamentando uma formação técnica indissociável da formação política e social.

O grupo responsável pela Creche recebeu capacitação para cuidar e estimular as crianças, além de informá-las sobre o processo de mutirão em andamento. Esse estímulo também foi trabalhado em jovens e adolescentes pertencentes às famílias dos mutirantes. A Associação utilizava o espaço do Centro de Educação Unificado (CEU) do Inácio Monteiro, um dos poucos equipamentos urbanos existentes na área, localizado nas proximidades do terreno do mutirão. O equipamento educacional implantado na Zona Leste de São Paulo, abrigava espaços educativos, de esporte e lazer. A autorização para utilização desse espaço durante o mutirão veio da aproximação da Associação com os gestores do CEU. Os grupos que cuidaram da alimentação também foram capacitados por profissionais habilitados que discutiram questões relacionadas a hábitos alimentares. O conhecimento foi exercitado na elaboração dos alimentos para as refeições coletivas, essas que desempenharam um papel fundamental como espaço de trocas, aproximação e celebração entre os envolvidos no processo de mutirão.



Figura 33 - Centro Educacional Unificado (CEU) Inácio Monteiro. Com projetos concebidos pelo Departamento de Edificações da prefeitura de São Paulo, os CEUs são equipamentos escolares e culturais implantados em bairros periféricos do município, contendo salas de aula, creche, refeitório, biblioteca, auditório e ginásios esportivos.
Fonte - Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (2015)²¹.



Figura 34 - Atividade de formação com os mutirantes coordenada pelo grupo CIPA.
Fonte - Acervo Usina CTAH (2002).

²¹ Disponível em:
<https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/noticias/ceu-inacio-monteiro-programacao-de-outubro-de-2015/>. Acesso em 12 de março de 2023.

Um tópico crucial nas interlocuções e discussões entre os técnicos e as famílias refere-se à segurança no trabalho. Para o trabalho em obra foram criadas estratégias de segurança, elencadas no Plano de Segurança do Trabalho elaborado pela Usina CTAH e Associação, baseado nas Normas Reguladoras Brasileiras e adaptado às demandas do trabalho em mutirão. Foram elencados métodos para a prevenção de acidentes, bem como táticas para casos em que a integridade física e saúde de trabalhadores fosse colocada em risco. Foi formada em assembleia a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), assim como o grupo de Primeiros Socorros. Os grupos, compostos por trabalhadores mutirantes e contratados, foram instruídos por profissionais a agirem de acordo com as regras e normas elencadas no Plano de Segurança do Trabalho.

Além das instruções referentes ao Plano de Segurança de Trabalho, era necessário formar os mutirantes sobre procedimentos usualmente adotados em obras, tais como: leitura e cumprimento de cronogramas, utilização de materiais, ferramentas, equipamentos de proteção, etc. Durante o processo educativo, foram incluídas atividades específicas para a leitura e compreensão de desenhos técnicos, esses que passaram por adaptações dos parâmetros normativos convencionais para compreensão em canteiro. As adaptações feitas ao desenho da obra auxiliaram na comunicação que ocorria entre os arquitetos da Assessoria, a coordenação administrativa da Associação, as equipes de mão de obra contratada e as equipes de mão obra mutirantes²².

Paralelo às atividades de formação, trabalho social e assembleias, eram realizadas reuniões técnicas entre a Usina CTAH, a coordenação da Associação Paulo Freire e a COHAB-SP, no intuito de resolver demandas e ajustes do projeto, a exemplo da negociação para a aprovação do projeto executivo em estrutura metálica, mencionada anteriormente. No final de 2002 foram iniciadas as atividades de preparação do canteiro com a terraplanagem e a construção do equipamento de apoio para o canteiro. O local abrigaria as atividades administrativas, as refeições e as reuniões, funções que eram realizadas no barracão temporário construído no início da ocupação. O equipamento de apoio, planejado para ser uma construção permanente, funcionária após a obra como um centro comunitário para os moradores²³.

²² O desenho de obra é abordado com mais detalhes no trabalho de Tsukumo (2009).

²³ De acordo com o Plano Trabalho Social, parte do processo de formação ocorreu juntamente à Associação Unidos Venceremos, também filiada ao Movimento Sem Terra Leste 1, cujo conjunto foi construído ao lado do Conjunto Paulo Freire. O processo de conquista da terra e de luta pela autonomia na formulação do projeto ocorreu coletivamente entre as duas Associações e foram pensados equipamentos de uso compartilhado entre as duas associações como o Centro Comunitário e o estacionamento, porém as propostas acabaram não se configurando devido ao desalinhamento no andamento dos mutirões.

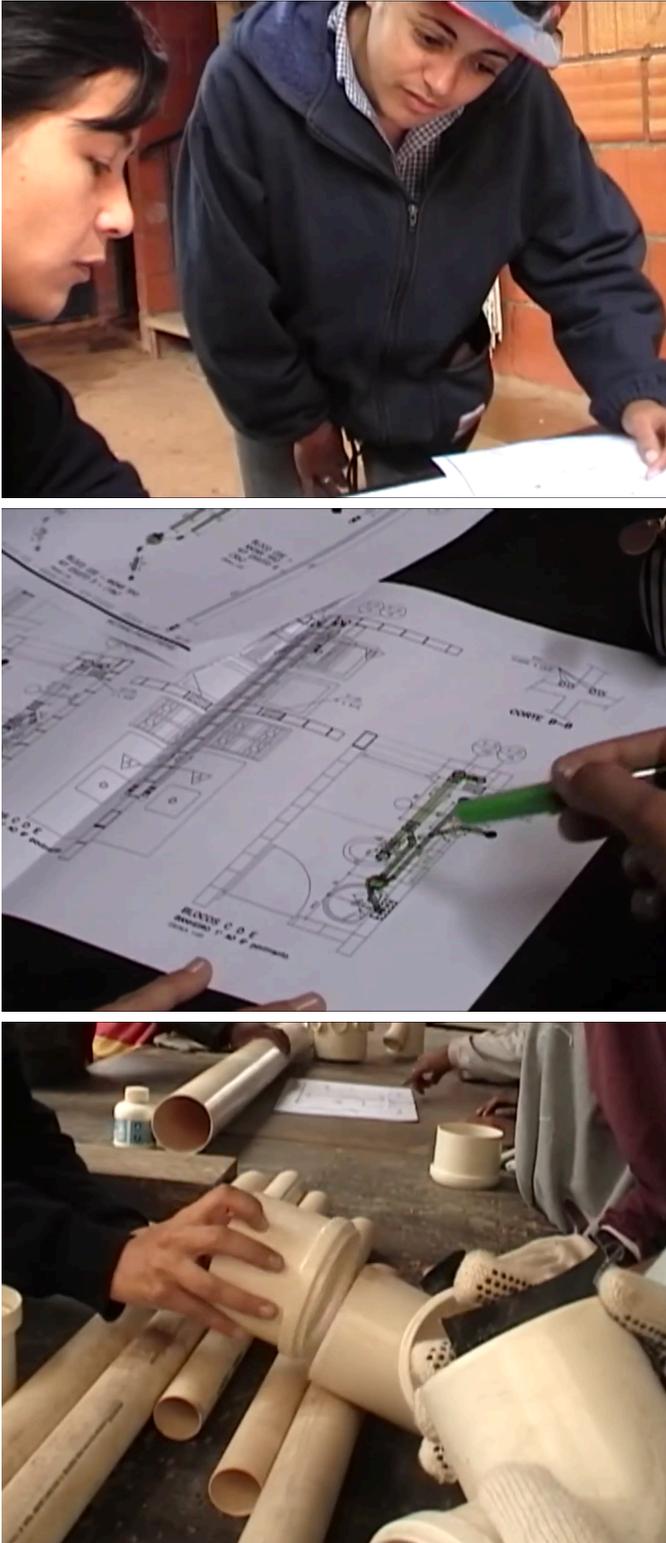


Figura 35, 36 e 37 - Cenas do curta “Capacetes coloridos”. As imagens retratam a comunicação realizada entre arquitetos e mutirantes através da leitura conjunta do desenho técnico das instalações de água e esgoto das unidades habitacionais.
Fonte - Capacetes (2007).



Figura 38, 39 e 40 - Obra de patamarização do equipamento de apoio ao canteiro, “embrião” do centro comunitário. Construção e equipamento finalizado em uso. Criar um equipamento que funcionasse de forma perene, era uma proposta que a Usina CTAH carregava de discussões nascidas em experiências anteriores. O programa e projeto da construção foram aprovados em assembleia e implementados no canteiro mutirante.
Fonte - Acervo Usina CTAH (2002).

Em 15 de dezembro de 2003 foi iniciada a obra das edificações habitacionais com a entrada do “bate-estaca” no canteiro para a construção da fundação. Foram meses de trabalho contínuo em canteiro, atividades de formação, discussão em assembleias e reuniões até dezembro de 2004. O planejamento passou por adaptações: os grupos de revezamento foram reagrupados a partir de novos critérios, em unidades menores e mais equilibradas para as tarefas demandadas no canteiro. Cada grupo possuía coordenadores e “nomes de guerra”. Em um dos relatório do trabalho social, a Usina documenta a atividade de divisão dos novos grupos de tarefas realizada em janeiro de 2004:

Empreendimento: Conjunto Habitacional Paulo Freire
 Associação de Construção Comunitária Paulo Freire
 Usina ctaH – centro de trabalhos para o ambiente habitado

Data: 10.01.04

Atividade: divisão de grupos de tarefa

Objetivo: reorganizar as equipes de trabalho para essa etapa da obra (fundações)

Recursos utilizados: quadro branco, canetas para quadro branco, papel sulfite, canetas esferográficas, canetas hidrográficas, fita adesiva.

Responsáveis: [...]

Descrição: apresentamos a programação de obra para os próximos dois meses, apontando para a necessidade de suspender o ritmo de revezamento para contar com a força total de trabalho das famílias mutirantes durante esse período. Suspensos os grupos de revezamento, faz-se necessário uma nova organização de equipes para garantir que todas as pessoas caibam no canteiro de obras com segurança, que os trabalhos sejam executados em harmonia e não haja sobretrabalho. Propusemos a formação de células pequenas de cinco a seis pessoas, com um coordenador eleito para receber as orientações da assessoria e transmiti-las aos companheiros. Enfatizamos a importância de haver equilíbrio entre os grupos para que “a banda toque a mesma música, no mesmo tom, no mesmo ritmo”. Os mutirantes levantaram critérios para garantir tal equilíbrio:

- 1.ter homens e mulheres
- 2.distribuir os mais novos e os mais velhos
- 3.não ter mais de uma pessoa com limitações físicas
- 4.não ter mais de um coordenador
- 5.não ter mais de uma pessoa de Cipa e primeiros socorros
- 6.levar em conta quem vem trabalhar mais freqüentemente (titulares ou suplentes)
- 7.ter no máximo seis pessoas

Dependuramos folhas de papel sulfite numeradas, e as pessoas se inscreveram nos grupos que quiseram. Ao cabo de meia hora, 15 grupos estavam formados, à parte as equipes de cozinha, limpeza e creche, que foram mantidas com 3 integrantes cada.

Enfileiramos os papéis com os números e nomes dos inscritos e demos início às análises: alguns grupos desrespeitaram os critérios, tendo sido formados somente por homens ou somente por mulheres, agrupando mais de um representante do grupo de CIPA ou de primeiros socorros, mais de uma pessoa de mais idade ou tendo mais de seis membros. Apontamos as irregularidades de cada grupo com canetas coloridas, utilizando a legenda verde (entra) e vermelha (sai) para indicar as mudanças necessárias. Com os excedentes de cada grupo formamos conjuntamente um banco de reserva, que foi se adequando aos grupos em que precisavam de mais pessoas.

Terminada a formação dos grupos, fizemos uma rodada de conversas sobre os coordenadores, suas atribuições e responsabilidades. Foram levantados critérios para a escolha de coordenadores e cada grupo em separado escolheu o seu/sua coordenador(a).

Lista de grupos de tarefa para a obra:

NOME E NÚMERO DO GRUPO	FAMÍLIAS INTEGRANTES (POR N°)	COORDENADOR (N°)
1- Mortos 2, A vingança	28/06/08/54/19/01	[...] (28)
2- Nós balança, mas não cai	29/73/66/27/98	[...](29)
3- Ranca toco	97/65/47/77/100/96	[...] (97)
4- Mesclado pampa	78/52/58/40/94/62	[...] (78)
5- Esperança	33/10/67/83/61/89	[...] (33)
6- Oculto	59/25/02/05/55/07	[...] (59)
7- Fundo da caneca	39/79/18/13/88	[...] (39)
8- Povozinho de Israel	44/43/41/15/81	[...] (44)
9- sem nome	86/69/12/60/92/72	[...] (86)
10- Os poderosos	84/46/35/16/57/09	[...] (84)
11- 3ª idade	87/31/17/45/14	[...] (87)
12- 100 dó	75/70/26/34/20/93	[...] (75)
13- Grupo dos mortos	80/75/11/37/76	[...] (80)
14- Engenheiros do trabalho	51/64/71/03/30/42	[...] (51)
15- Celebidades	99/49/95/90/56/38	[...] (99)

(Relatório parcial de Trabalho Social 1, elaborado pela Usina CTAH em 2004).

Diante da complexidade dos processos de gestão do Conjunto Paulo Freire, foram desenvolvidos instrumentos de controle como livros de atas, diários de obra, cronogramas e tabelas para registros das atividades. Um desses registros continha o planejamento do rodízio dos grupos que trabalhavam em obra, estratégia de controle necessária para equilibrar as demandas entre os mutirantes. Os integrantes de todas as frentes de trabalho passaram por um período de experiência e avaliação, que diagnosticava possíveis dificuldades e traçava estratégias e orientações de trabalho a serem seguidas. Por vezes ocorriam trocas e substituições de atividades, levando em conta o potencial e as deficiências de cada indivíduo na realização de determinada tarefa, buscando otimizar o trabalho no mutirão.

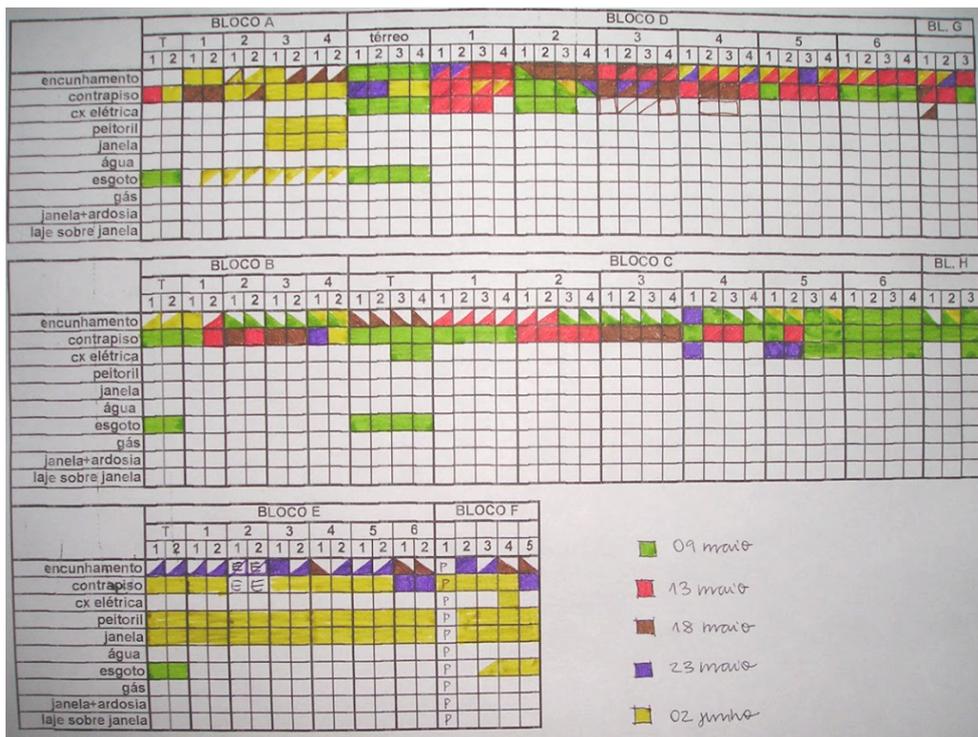


Figura 41 - Cronogramas de acompanhamento de obras dos meses de maio e junho de 2006. A tabela apresenta a delimitação dos blocos e pavimentos, bem como os serviços que foram executados em cada um. À medida que os serviços eram realizados, foram feitas marcações na tabela.

Fonte - Acervo Usina CTAH (2006).

Os esforços e estratégias traçados pela Usina CTAH e Associação Paulo Freire para a conclusão da obra durante a gestão de Marta foram infrutíferos. A burocracia na prestação de contas e liberação de recursos somados aos percalços ocorridos durante a obra, causaram atrasos. No final de 2004, quando já estava estabelecida a derrota nas eleições de Marta Suplicy, o mutirão Paulo Freire sofreu um calote da gestão pública. Sem recursos, ocorreram atrasos no pagamento de materiais, mão de obra, assim como pagamento de membros da Usina CTAH. A falta de dinheiro mitigou a continuidade da obra, além do ímpeto e engajamento das famílias da Associação. O canteiro passou cerca de 10 meses com suas atividades paralisadas.

Novas negociações foram feitas na gestão que assumiu a prefeitura de São Paulo, liderada por José Serra (2005-2006) e logo após por Gilberto Kassab (2006-2013), e assim foi retomado o financiamento pela COHAB-SP. Usina e Mutirantes (2016) afirmam sobre esse período:

Os mutirões foram sendo levados pela gestão Kassab em “banho-maria”, sem sofrer contestações mais enfáticas do movimento popular. As liberações do mutirão Paulo Freire passaram a acontecer numa periodicidade cada vez mais espaçada, imprimindo um ritmo lento às obras, com desânimo e sofrimento das famílias. A angústia de esperar, [...], toma conta de todos, enquanto os coordenadores da Associação e técnicos da Usina se esforçam para desatar o emaranhado da burocracia para a liberação de recursos e para os aditamentos finais da obra.

[...] Foi um período de esgarçamento da base social, com cerca de 30 substituições de famílias, 8 mortes de mutirantes e muita

falta de motivação. A obra ficou meses parada em diversas ocasiões, e o canteiro foi alvo de furtos de peças da estrutura metálica, tubulação de cobre, registros hidráulicos, fiação e material elétrico etc.

[...] Em outubro de 2005 o mutirão recebe os recursos devidos e reinicia os trabalhos, depois de 10 meses de interrupção, sem segurança de continuidade. Com a paralisação, a primeira de muitas, toda a economia de tempo da estrutura metálica ficou comprometida. Começaram os períodos de “vôos de galinha” da obra, pequenos saltos sem decolar, nos quais eram liberados recursos em ritmo insuficiente para abrir frentes de trabalho maiores e acelerar consistentemente a obra. (USINA E MUTIRANTES, 2016, pág. 129 e 130)

Mesmo com períodos curtos de produção, seguidos de longas e consecutivas pausas, a obra continuou em andamento. Com o retorno dos recursos, foram empregados esforços para a conclusão da estrutura metálica. A estrutura, pronta em 2006, possibilitou que os grupos de trabalho executassem os serviços com abrigo do sol e da chuva. A obra seguiu nos anos seguintes com o planejamento de frentes de trabalho na colocação de lajes - também compostas por uma estrutura de placas de concreto pré fabricadas - alvenarias, cobertura, instalações elétricas, hidrossanitárias, esquadrias, proteção contra incêndio, terraplanagem, pisos de áreas comuns, pintura e demais acabamentos.



Figura 42 - Canteiro do Mutirão Paulo Freire com estrutura metálica finalizada. Ao fundo é mostrado o Conjunto e o CEU Inácio Monteiro.

Fonte - Acervo Usina CTAH (2006).



Figura 43 - Cenas do curta "Capacetes coloridos". Os recortes mostram o trabalho no canteiro do mutirão Paulo Freire registrado no ano de 2006.

Fonte - Capacetes (2007).

No mês de maio de 2006, por intermédio da equipe de trabalho social, foram iniciadas as discussões sobre o regulamento interno que guiaria a transição das famílias de mutirantes a moradores. Foram debatidos aspectos sobre o convívio das famílias em condomínio, as proibições, permissões e deveres a partir de temas como: horários de silêncio, limpeza, áreas comuns, crianças, animais, segurança, estacionamento e taxa de condomínio. Também foram traçadas estratégias para dar continuidade a autogestão, prevendo a manutenção das coordenações administrativas e das assembleias gerais. Paralela a essas discussões, foram realizadas rodadas de atualização dos cadastros das famílias da Associação, essas que passaram por consideráveis mudanças devido a casos de desistência, morte e inclusão de novos membros.

À medida que a conclusão da obra se aproximava, deram-se início às dinâmicas destinadas à seleção dos apartamentos. Em março de 2007 foi realizada a primeira atividade de seleção de apartamentos, auxiliada por uma "planta-planilha", elaborada a partir de entrevistas realizadas com as famílias. A planilha guiou a discussão dos assistentes sociais com as famílias durante o exercício de seleção, que levou em conta as tipologias, andares e blocos disponíveis buscando atender às necessidades e desejos de cada família.



Figura 44 e 45 - Atividade de seleção dos apartamentos realizada em assembleia geral.
Fonte - Acervo Usina CTAH (2006).

Em 28 de novembro de 2010 a obra foi inaugurada. A comemoração das famílias ocorreu com a presença de membros do MST Leste 1, membros da Usina CTAH e outros grupos parceiros do Movimento de Moradia. É curioso observar que, de acordo com os relatos documentados, a celebração ocorreu sem a participação de representantes da COHAB-SP ou da Prefeitura de São Paulo. Apesar da inauguração ter marcado o fechamento de um ciclo, a obra ainda não estava 100% concluída, ou seja, as articulações da Associação e Assessoria não finalizaram após esse momento. A ocupação das moradias pelas famílias foi planejada em conjunto pela Associação Paulo Freire e Usina CTAH e apesar da organização, a ocupação foi iniciada antes da inauguração. No início de 2010, a proximidade da finalização da obra desencadeou tensões entre os membros da Associação. Famílias que passavam por situações críticas, seja por motivos financeiros ou de saúde, propuseram a ocupação das unidades habitacionais em caráter emergencial. A coordenação e os assessores avaliaram as solicitações caso a caso e realizaram o repasse de unidades habitacionais, ainda inacabadas, enquanto buscavam viabilizar condições mínimas de habitabilidade para essas famílias que iriam morar em um canteiro de obras. O Plano de Pós-ocupação elaborado, sofreu com os diversos atropelos, apesar disso, as famílias foram ocupando as unidades progressivamente de maneira ordenada.

A obra, cuja a placa de identificação da Prefeitura colocada no canteiro em 2003 indicava a duração de 1 ano e 8 meses, perdurou por 7 anos (2003-2010). Sua concepção e execução foi prolongada por 4 gestões municipais - Celso Pitta, Marta Suplicy, José Serra e Gilberto Kassab. A economia de tempo prevista durante o projeto foi perdida devido aos inúmeros impasses com a gestão municipal. Com a finalização da obra as tensões continuaram. A

comercialização das unidades habitacionais do Conjunto Paulo Freire, que representou o momento em que as famílias iniciaram a assinatura de contratos e o pagamento do financiamento - ao fim do qual teriam a posse das unidades habitacionais - foi marcada por disputas com a COHAB-SP. Apesar do extenso período transcorrido, a conquista da casa própria²⁴ para as 100 famílias se efetivou, superando os diversos obstáculos relatados.

Com a conclusão da obra, naturalmente ocorreu a redução dos debates coletivos e a presença dos técnicos da Usina CTAH junto a Associação Paulo Freire. No entanto, em determinados aspectos, foi possível notar a continuidade da organização popular e seus resultados. Por meio da colaboração entre os moradores do Conjunto Paulo Freire e outros residentes da região, foram conquistadas melhorias para a área urbana que possuía uma infraestrutura precária. Essa iniciativa envolveu pressionar o poder público para a alocação de equipamentos como escolas, creches, unidades de saúde, praças, além de melhorias no acesso ao transporte e à iluminação pública.

O mutirão também ocasionou melhorias em trajetórias individuais. Moradores, ao longo do processo, aprenderam novos ofícios e puderam colocá-los em prática como carreira profissional, além de serem estimulados a buscar uma formação acadêmica. Parte dos coordenadores da Associação Paulo Freire continuaram atuando dentro do MST Leste 1, auxiliando novas lutas e experiências em prol da conquista por moradia.

Alguns anos após a conclusão do Conjunto Paulo Freire, os membros da Usina CTAH iniciaram um esforço de documentar sua trajetória de trabalho junto aos Movimentos de Moradia. Desse esforço foi lançado o documentário “Arquitetura como prática política: 25 anos de experiência da Usina” e o livro “Usina: Entre o projeto e o canteiro”. Essas obras somadas à participação dos membros da Assessoria em entrevistas, seminários e palestras, cumpriram o papel de divulgar os estudos, processo e resultados acumulados ao longo dos seus 33 anos de atuação.

²⁴ Durante o desenvolvimento desta pesquisa, a regularização fundiária e cartorial do terreno do Conjunto Paulo Freire ainda não foi realizada pela COHAB-SP, mesmo com a proximidade de quitação do financiamento por parte das famílias após 12 anos da inauguração da obra. O que os moradores possuem é um Termo de concessão de uso das moradias e seguem sem o almejado título de propriedade.



Figura 46 e 47 - Instalação de iluminação pública em 2015 e instalação de painéis solares em 2023, resultado da parceria com o Instituto Pólis. Mesmo 13 anos após inauguração da obra a Associação segue organizada, buscando melhorias para o seu entorno e para o conjunto. Fonte - Colla, Peeters e Preud'homme (2015) e Revolu Solar [s. d.].²⁵

²⁵ Disponível em: <https://revolusolar.org.br/projetos/>. Acesso em 12 de março de 2023.

1.5. ALGUNS APONTAMENTOS

Conclui-se o relato da Parte I dessa trama histórica, que apresentou o Conjunto Paulo Freire a partir da trajetória dos seus agentes, pontuando algumas considerações. O modelo de autogestão defendido pelos Movimentos de Moradia, enfatiza a importância da atuação conjunta do Estado²⁶, organizações populares e profissionais - que atuam como assessores técnicos - sendo esses agentes os pilares do processo, conhecido como “tripé da autogestão”²⁷. Foi a trajetória desses agentes composta por lutas, alianças e estratégias que possibilitou a execução do Conjunto Paulo Freire.

Dentro deste relato, de um processo que se revelou notavelmente mutável e complexo, destaca-se especialmente as estratégias educacionais, bem como as soluções técnicas construtivas. Observa-se que essas dimensões foram fundamentais na configuração desse processo autogerido na produção de moradia social. O desenvolvimento de métodos e ferramentas, assim como suas aplicações nas etapas de formação, elaboração do projeto e construção - em conjunto com outras atividades que não foram possíveis mensurar nesse relato - revelaram-se cruciais para a concretização dessa empreitada. A obra do Conjunto Paulo Freire se materializou em ganhos materiais, políticos e sociais. Essa trajetória servirá como base para a construção dos próximos capítulos, que buscam compilar uma historiografia para os mutirões de São Paulo e o Conjunto Paulo Freire, ao estabelecer conexões deste relato com outras experiências latino-americanas. Isso será realizado tomando como base os dois percursos identificados: o percurso da formação e o percurso da técnica construtiva.

²⁶ Na experiência do Conjunto Paulo Freire, nota-se que o protagonismo no desenvolvimento das moradias foi desempenhado pela Associação e Assessoria, enquanto o Estado, representado pela COHAB-SP, assumiu um papel periférico, atuando como regulador e, em alguns momentos, como obstáculo. Essa dinâmica decorreu das mudanças nas administrações municipais e da falta de alinhamento da maioria delas com os movimentos de moradia. Enquanto a gestão de Marta Suplicy, estava alinhada com pautas progressistas semelhantes à gestão de Luiza Erundina - que institucionalizou a produção mutirante - as demais gestões foram lideradas por políticos alinhados a pautas mais conservadoras e liberais.

²⁷ Termo utilizado na cartilha divulgada pela UNMP. Ver União Nacional por Moradia (2019).



Figura 48 e 49 - Conjunto Paulo Freire na atualidade. Registros feitos durante a coleta de dados para a pesquisa.
Fonte - Acervo pessoal (2022).

PARTE II

“Suor, sangue e pobreza
marcaram a história dessa
América Latina tão
desarticulada e oprimida”

Oscar Niemeyer, 1988.



A segunda parte dessa trama historiográfica - construída como uma genealogia-montagem - inicia pela coleta de fragmentos de uma série de ações inseridas dentro do contexto da atuação estatal em prol do desenvolvimento das cidades. Essa abordagem abrange a efervescência de debates e formulações voltadas para os campos políticos e sociais, a formação e atuação profissionais técnicos, bem como o crescimento das mobilizações populares, organizadas em defesa de suas necessidades. A conformação desse cenário desencadeou uma série de eventos ao longo dos anos, entre eles a construção do Conjunto Paulo Freire. Ao ampliar esses vínculos - em espaço e tempo pretérito - essa trajetória será montada a partir da repercussão do projeto desenvolvimentista que afetou os países latino-americanos no Segundo Pós-Guerra. Durante esse período, ações em prol do desenvolvimento foram implementadas por governos estadistas que buscavam melhorias econômicas para suas nações, amparados na política imperialista e assistencialista norte-americana. Complementando esse contexto, debates e ações que confrontaram os ideais de dominância estrangeira na América Latina passaram a ser mais frequentes, motivados por um desejo de maior autonomia em favor de interesses e identidades regionais.

Antes da Segunda Guerra Mundial, o panorama latino-americano foi marcado pela “Política da boa vizinhança”, formulada no início da década de 1930 pelo governo do então presidente dos Estados Unidos da América (EUA), *Franklin Delano Roosevelt*. A política cimentou a influência norte-americana no continente em facetas políticas, econômicas e culturais (ATIQUÉ, 2007 e TOTA, 2000).



Figura 50 e 51 - Visita de importantes figuras norte-americanas a países da América Latina durante o regime da Política da boa vizinhança. Na primeira imagem temos Getúlio Vargas e Franklin D. Roosevelt em Natal, 1943. Na segunda imagem, Walt Disney e grupo de artistas durante viagem feita aos países latinos em 1941. A viagem inspirou a criação do curta “*Saludos Amigos*” e do filme “*The Three Caballeros*”, que apresentou nos cinemas os personagens latinos da Disney “Zé Carioca” e “Panchito” em aventuras com personagens clássicos do estúdio. Foi comum retratar esse cenário de amistoso da “boa vizinhança” em produções hollywoodianas da época.
 Fonte - Memorial da Democracia [s. d.] e Portal Amazônia (2021).²⁸

²⁸ Disponível em:

<https://memorialdademocracia.com.br/card/getulio-e-roosevelt-se-reunem-em-natal>;

<https://portalamazonia.com/estados/para/mickey-e-pluto-no-para-relembre-passagem-do-cineast-a-no-brasil>. Acesso em 18 de outubro de 2023.

As estratégias de aproximação se estenderam no pós-guerra em função da consolidação da nação norte-americana como potência mundial, aumentando sua influência no continente. O panorama se fez propício para a criação de pactos, organizações e programas internacionais de cooperação, destinados a prestar assistência às nações americanas, projeto que resultaria no trabalho em conjunto do Estado e de profissionais técnicos a favor das necessidades sociais. Apesar de seu caráter filantrópico, os instrumentos criados pela política assistencialista foram fundamentais para contribuir com a dependência dos países latino-americanos ao governo capitalista dos EUA. Os acordos abriram espaço para intervenções nas nações ocidentais, sob justificativa de cooperação em “defesa” do avanço do comunismo sociético, rivalidade que emergiu na nova ordem pela hegemonia mundial do embate político-ideológico entre os Estados Unidos da América e a União Soviética (URSS).

Nas décadas seguintes foram realizadas uma série de conferências pan-americanas e criada uma extensa rede de instituições. Destacam-se aqui a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), criados em 1945, 1947, 1948 e 1959 respectivamente. Essas entidades desempenharam um papel fundamental na promoção do “Estado de bem-estar social” implementado pelos governos latino-americanos. Este modelo visava o progresso econômico, o fortalecimento da democracia e melhorias nas condições de vida da população. Para as melhorias sociais buscava-se ampliar o acesso à educação, à habitação, à saúde e ao saneamento básico, distribuir renda e aprimorar o uso da terra no campo.

Os principais centros urbanos da América Latina que enfrentavam as consequências da “explosão urbana”, fenômeno da migração de populações rurais para áreas urbanizadas, foram receptores das intervenções desenvolvimentistas. As intervenções transformaram as cidades em laboratórios de experimentações para as teorias intelectuais difundidas na época. Segundo Gorelik (2005, p.112) a cidade latinoamericana funcionou como “uma figura do imaginário intelectual e político [...] e, como tal, pôde ser estudada e puderam ser reconstruídos seus itinerários conceituais e ideológicos, suas funções políticas e institucionais, em cada uma das conjunturas específicas da região”. Portanto, na época o termo “Cidade Latino-Americana” representou uma imagem pré-determinada baseada nos ideais teóricos europeus e estadunidenses, uma categoria padronizada que unificava o esforços de um planejamento formulado para a modernização do continente, a favor da construção de uma “nova” América Latina. O autor pontua o absurdo dessa tentativa, que limita as cidades latino-americanas a definições abrangentes que não consideram as diversidades naturais e culturais contidas no continente, afirmando que a defasagem entre o projeto transformador e a realidade “foi desolador, [...] as cidades e as regiões afetadas por esse processo mudaram por completo, introduzindo novos problemas e novos programas” (GORELIK, 2005, p. 113).

Os ideais propagados pelo Movimento Moderno de Arquitetura - do qual se convencionou chamar de “Estilo Internacional”²⁹ - argumentava a favor de um estilo unificado para todos os territórios, definido sobretudo pela aplicação do manifesto corbusiano³⁰ e de paradigmas definidos nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs). O estilo teve um papel fundamental na construção da imagem padronizada do que deveria ser a cidade latino-americana. Segundo Pereira (2010, p.17) “essa nova percepção da cidade, doravante apoiada em teorias que buscam fixar o modo de funcionamento ideal das sociedades, inspiraria projetos, a começar pela ideia de construção de capitais nacionais mais centrais em relação à geografia de cada território”. As ideias modernizantes propagadas pela elite intelectual brasileira foi um dos pontos que levou à construção de Brasília na década de 1950. A nova capital do Brasil foi erguida do zero com base nos paradigmas modernizadores. Aplicados não só a Brasília, os preceitos modernos da arquitetura foram difundidos por arquitetos influentes em inúmeras obras nas cidades mais importantes da América Latina, em produções que adquiriram visibilidade mundial.

²⁹ *International Style*, traduzido como Estilo Internacional. O termo aparece pela primeira vez no catálogo da exposição *Modern Architecture: International Exhibition*, organizada em 1932 por Phillip Johnson e Henry-Russell Hitchcock. O estilo, formulado na Europa ao final dos anos 1920, molda uma produção que prega, entre outras coisas, funcionalidade e racionalidade na construção. Foi adotado por um amplo grupo de arquitetos, tornando o debate relevante mundialmente.

³⁰ Preceitos da arquitetura moderna desenvolvidos pelo arquiteto franco-suíço Le Corbusier, publicados na revista francesa *L'Esprit Nouveau* em 1926. Os “5 pontos na nova arquitetura” nortearam a produção dos modernos, sendo eles pilotis, planta livre, fachada livre, terraços-jardim e janela em fita.



Figura 52 e 53 - Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e o presidente Juscelino Kubitschek em Brasília. Le Corbusier, Josep Lluís Sert, Paul Lester Wiener, Carlos Arbeláez e Francisco Pizano em Bogotá. O planejamento do que viria a ser a capital do Brasil e da capital da Colômbia por nomes influentes da arquitetura moderna nacional e internacional demonstra a relevância que o “Estilo Internacional” teve no projeto desenvolvimentista dos países da América Latina.
Fonte - Metrôpoles (2019) e Archdaily (2017)³¹.

³¹ Disponível em:
<https://www.metropoles.com/col-conceicao-freitas/lucio-costa-e-oscar-niemeyer-saiba-quem-fez-o-que-nesta-linda-cidade>;
<https://www.archdaily.com.br/br/878699/uma-utopia-de-le-corbusier-chamada-bogota>. Acesso em 18 de outubro de 2023.



Figura 54 e 55 - Exposição "*Latin American Architecture Since 1945*" e catálogo publicado exibindo a Escola primária e ginásio do conjunto residencial do Pedregulho, no Rio de Janeiro, do arquiteto brasileiro Affonso Eduardo Reidy. Em 1955, o Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA), sob a responsabilidade do historiador Henry-Russell Hitchcock, expôs o primeiro levantamento feito sobre a arquitetura moderna latino-americana. A exposição e o catálogo publicado tiveram uma ampla divulgação e configurou um marco na reverberação da arquitetura moderna latino-americana.

Fonte - Acervo MoMA [s. s.] e Archdaily (2019)³².

³² Disponível em:

<https://www.moma.org/calendar/exhibitions/2436>;

<https://www.archdaily.com.br/br/918870/o-moma-e-a-america-latina-construindo-olhares-tecend-o-relacoes>. Acesso em 18 de outubro de 2023.

A crise de habitação se revelou uma questão central a ser enfrentada pelos países latinos. Já havia um consenso, estabelecido nas décadas anteriores, acerca da necessidade de atuação do Estado na provisão de moradia. Portanto, dentro desse cenário de desenvolvimento, a habitação recebeu um destaque notável nos debates sobre planejamento urbano. De acordo com Aravecchia-Botas e Pino (2022) a procura por soluções partiu da coleta de informações estatísticas por meio de diagnósticos nacionais e regionais. Os diagnósticos buscavam dimensionar o problema habitacional e definir suas características por país, assim como identificar questões comuns que permitissem formular propostas unificadas de cooperação interamericana. A procura se materializou em iniciativas como o *Censo de población de los Países Latinoamericanos* aprovado em 1951, base para o *Estudio del problema de la vivienda de interés social*, convocado pelo *Consejo Interamericano Económico y Social* (CIES)³³, órgão vinculado à OEA. Os estudos mostraram que apesar dos esforços estatais, a problemática da moradia intensificada pelo crescimento demográfico acelerado, era marcada pela lentidão na construção de novas unidades e pela insuficiência de recursos e seu uso ineficiente, sendo necessário melhorar os métodos e técnicas de desenvolvimento, assim como aplicá-los por meio de políticas e programas integrados.

Nesse amplo cenário marcado por intervenções urbanas, amparadas pelas políticas de cooperação pan-americana, e propício a discussões técnicas entre instituições, são abertos caminhos para a realização de experiências que margeiam o debate e a produção hegemônica. Desse mesmo contexto, despontam ações formuladas em meios populares, acadêmicos e profissionais, que questionam a pertinência das teorias, técnicas e métodos estrangeiros adotados nos territórios latino-americanos desde a colonização. Essas vozes consideram tais abordagens inadequadas para enfrentar a crescente complexidade dos problemas locais, e partem de um debate multidisciplinar para elaborar estratégias mais humanitárias para o desenvolvimento urbano e social, adaptando-as a contextos específicos de cada localidade latina.

Nos próximos capítulos, é construída a narrativa que compõem os fios temáticos elencados para esta trama, explorando as trajetórias dos processos de formação - política, técnica e social - e o desenvolvimento de métodos construtivos aplicados a obras de desenvolvimento social que emergiram do contexto mapeado. As análises capturam as ressonâncias de eventos passados na materialização das experiências mutirantes em São Paulo, assim como na obra contemporânea do Conjunto Paulo Freire.

³³ O *Consejo Interamericano Económico y Social* foi criado em 1945, na Conferência de Chapultepec. Vinculado à Organização dos Estados Americanos, segue seu objetivo de promover o bem-estar econômico e social dos países americanos.

2. AMPLIANDO A CONSTRUÇÃO: O PERCURSO DA FORMAÇÃO

2.1. A ATUAÇÃO DO CENTRO INTERAMERICANO DE VIVIENDA (CINVA) NA COLÔMBIA E NA AMÉRICA LATINA

A Colômbia, no contexto do Segundo Pós-Guerra, passava por um período de governança nacionalista em prol do bem-estar social e da modernização, amparada na política assistencialista norte-americana, como os demais países latinos. Segundo Niño (2003, p.111) ao final dos anos 1930 as relações internacionais com os Estados Unidos era tamanha a ponto da Colômbia ser tida como “país modelo de cooperação”. A conjuntura política dominada pela hegemonia de governos liberais, que perdurou de 1930 a 1946, foi um fator chave para a importação de ideários desenvolvimentistas elaboradas no exterior aplicados ao planejamento urbano, em especial de Bogotá, a capital e maior cidade do país³⁴.

As questões de infraestrutura, salubridade e provisão de moradias eram tidas como prioritárias na agenda estatal. A problemática do êxodo rural e da falta de moradia para as populações de baixa renda se materializou no surgimento de assentamentos precários em zonas intermediárias entre os centros urbanos e a zona rural, os “*tugúrios*”. Essas ocupações vistas anteriormente como áreas a serem erradicadas, e ter sua população realocada para conjuntos habitacionais modernos produzidos por iniciativa pública, protagonizaram uma mudança de perspectiva ao final da década de 1950. O debate técnico e intelectual em curso na época ocasionou uma inflexão nesse pensamento e os assentamentos passaram a ser vistos como alvo de melhorias a favor da sua consolidação nas cidades (Aravecchia-Botas e Pino, 2022).

No contexto da crescente cooperação técnica pan-americana, surge a demanda para criar novas organizações de atuação internacional, voltadas para estimular debate e ações sobre questões fundamentais como habitação social, urbanismo e planejamento urbano. Nessa linha, a criação da *Sociedad Interamericana de Planificación* (SIAP) em 1956 pode ser entendida como uma resposta à necessidade. A SIAP se configurou como uma Corporação Civil formada por profissionais latino-americanos oriundos de diferentes campos do conhecimento. Além de arquitetos e urbanistas, era formada por engenheiros, sociólogos, administradores, educadores, economistas, advogados, etc. Essa diversidade possibilitou a construção de uma visão multidisciplinar sobre os problemas comuns enfrentados nas cidades latino-americanas por profissionais locais.

Espinoza (2016, p. 384) pontua que a SIAP:

“[...] marcou, na escala continental, um ponto de inflexão e reflexão em torno às ideias sobre planejamento e desenvolvimento, então vigentes, a partir de um olhar latino-americano. [...]. Nesse sentido, teorias e modelos exógenos formulados em outros contextos (como o

³⁴ Mais sobre o panorama político, econômico e social que culminaram em intervenções urbanas em Bogotá, ver Ospina (2012).

européu e o norte-americano) foram relativizadas e/ou confrontadas à realidade latino-americana identificando a eventual validade e pertinência das mesmas.”

Nesse sentido, os encontros organizados pela SIAP, realizados entre o final da década de 1950 e a década de 1970, tiveram um papel fundamental na construção desse novo referencial teórico adequado às particularidades do continente. A Carta de Lima, documento resultante de uma das Mesa Redonda sobre Habitação e Planejamento, organizada pela SIAP em 1964 em Lima, pontuava resoluções para uma política habitacional a partir de um planejamento integrado. De acordo com Aravecchia-Botas e Pino (2022):

Esta política habitacional deveria contemplar reconhecer a permanência das favelas na morfologia das cidades e a sua inclusão nos planos de renovação urbana ou de realocação, promovendo o espírito de comunidade; promover cooperativas habitacionais para reduzir custos de construção; incluir o esforço próprio para aproveitar a mão de obra do beneficiário e desta forma também reduzir custos; determinar ações relativas à propriedade da terra, custos de construção e organização institucional; apresentar um programa de crédito para melhorar e consolidar moradias; além de implementar o financiamento habitacional a partir do sistema de poupança e empréstimo na forma de Sociedades Mutualistas, e do mercado hipotecário como possibilidade de acesso à habitação com condições físicas e sanitárias básicas; isto é, a implementação de sociedades de poupança e crédito como mecanismo de acesso à habitação. Este sistema deveria ter o total apoio do setor público, ser implementado em todos os países da América Latina, além de ser administrado pelo banco nacional de habitação de cada país, implementar seguros hipotecários, etc. (ARAVECCHIA-BOTAS e PINO, 2022, p. 14 e 15). (Tradução da autora).

As resoluções e discussões formuladas nos eventos deveriam se difundir para alcançar terrenos férteis e serem colocadas em prática. Os profissionais vinculados à SIAP buscaram tornar acessível o resultado dos debates através de publicações como o *Boletín Informativo de la SIAP*, da *Revista de la SIAP* e da *Ediciones SIAP*. Publicados a partir da década de 1960, os artigos e notícias desses veículos informativos tratavam, em grande parte, do panorama latino-americano (ESPINOZA, 2016).

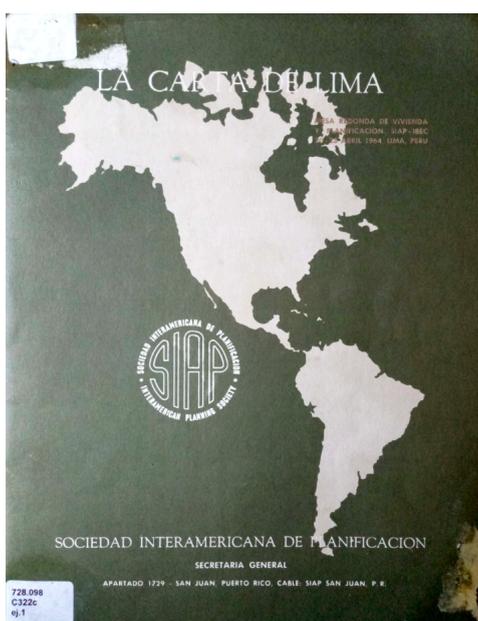


Figura 56 e 57 - Carta de Lima, 1964 e Revista da SIAP, n.1 de março de 1967.
Fonte - Espinoza (2015).

Na realização de ações regionais integradas debatidas nas teorias geradas pela SIAP, o *Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento* (CINVA) desempenhou um papel fundamental na Colômbia e na América Latina durante os seus mais vinte anos de existência (1951 a 1972).

O CINVA foi concebido em 1951, a partir do Programa de Cooperação Técnica patrocinado pelo CIES, fixando sua sede em Bogotá na Colômbia. O órgão, vinculado à Universidade Nacional da Colômbia (UNAL), era responsável por desenvolver estudos e formar pessoas para atuar no planejamento urbano e habitacional dos países latino-americanos. Para Paez (2002, p.2) o CINVA se constitui como um órgão caracterizado pela “integração da tecnologia, do trabalho interprofissional e do trabalho com as comunidades de base, para melhorar seu nível econômico e social”. Aravecchia-Botas e Pino (2022) pontuam que o CINVA vem para centralizar a “reflexão e experimentação sobre o problema da habitação na América Latina” e “ao se deparar com a realidade dos países pobres e não industrializados, acabou promovendo [...] o “*Desarrollo Comunal*”³⁵ como a solução mais adequada para o problema latino-americano” (tradução da autora). Nas descrições, fica claro que a atuação do CINVA foi fundamentada na ideia de que o olhar técnico e a participação comunitária eram indissociáveis.

A organização foi formada por especialistas, técnicos e estudantes de diversas áreas do conhecimento e da atuação profissional - aspecto semelhante à formação multidisciplinar da SIAP - reunidos com objetivo de enriquecer o debate sobre planejamento. As discussões e produções focavam em questões relativas ao meio rural, devido à urgência em se pensar soluções para a miséria e violência enfrentada pela população campesina na época, porém se expande, ao abarcar as problemáticas da provisão de moradias e reabilitação de bairros nas cidades.

Paez (2002) aponta que as atividades do CINVA incluíam traduções de obras, publicação de estudos e trabalhos, assim como assessoria em projetos, programas e políticas institucionais para países do continente. Contudo, sua atuação de maior relevância estava centrada na capacitação de profissionais em questões construtivas, econômicas, sociais e administrativas, relativas à habitação e ao planejamento, atividade que era realizada através dos chamados “Cursos Regulares” e “Cursos de Extensão”.

Os cursos ministrados pelo CINVA são voltados para formar técnicos em temas fundamentais à moradia como organização, administração, legislações, financiamento, além de fomentar debates sobre a elaboração de projetos e métodos de construção. Os cursos, assim como os profissionais do CINVA, possuíam um caráter multidisciplinar, promovendo aulas sobre construção e debates de temas como antropologia, história, sociologia e economia.

³⁵ O *Desarrollo Comunal* é sintetizado por Nogueiras (1996) com um processo educativo que visa alcançar a transformação social, destinada às comunidades que se encontram em situação de subdesenvolvimento. O seu objectivo principal é alcançar melhorias da qualidade de vida para a população por meio da participação voluntária, consciente e responsável dos indivíduos na resolução dos seus próprios problemas. Para concretizar ações em prol dessa transformação se faz necessária a intervenção ou colaboração de agentes técnicos com um certo grau de especialização.

Entre as décadas de 1950 e 1970, o CINVA promoveu o total de 62 cursos. Os conteúdos dos cursos buscavam aliar a teoria com a prática, proporcionando uma base metodológica para o desenvolvimento de programas e orientando a execução de projetos em diversas escalas. Carvalho (2021), em seu esforço de quantificar a atividade do CINVA, aponta que mais de 1.450 alunos foram formados pelos cursos, entre eles arquitetos, assistentes sociais, engenheiros e diversos profissionais ligados à área da construção, social e agrícola. Os cursos de capacitação do CINVA contribuíram na formação de uma rede internacional de profissionais do planejamento, guiados por um pensamento interamericano.

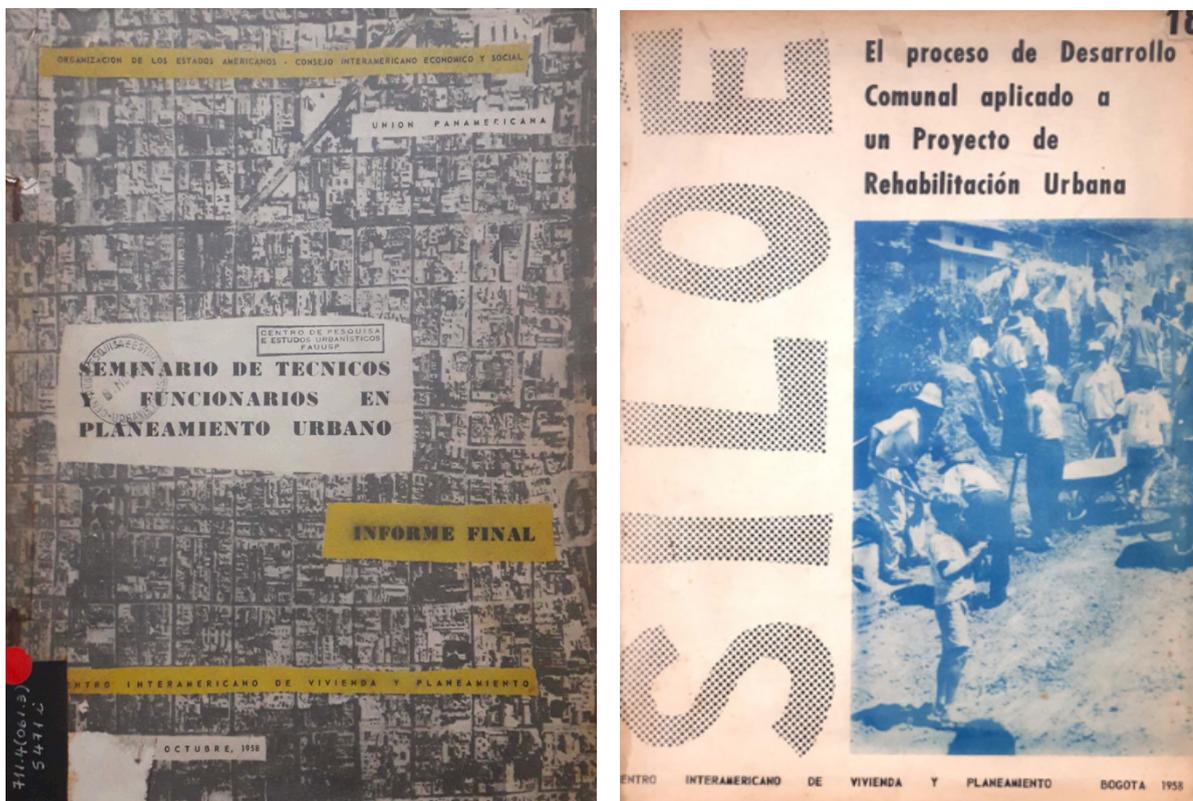


Figura 58 e 59 - Publicações do CINVA. O primeiro é o informe final do Seminário de Técnicos e Funcionários em Planejamento Urbano, realizado em Bogotá em 1958. Também conhecido como *Carta de los Andes*, o documento definia diretrizes de planejamento urbano para a América Latina. O segundo é uma publicação de 1958 que documenta o processo de reabilitação urbana da comunidade de Siloé, assentamento localizado em Cali, na Colômbia. Fonte - Carvalho (2021).



Figura 60 - Cursos de extensão promovidos pelo CINVA entre o período de 1958 e 1972. O Brasil recebeu cursos em 3 localidades: Viçosa (1958), Recife (1965) e Rio de Janeiro (1969). Para mais detalhes sobre os cursos do CINVA, ver Paez (2002) e Carvalho (2021).
Fonte: Carvalho (2021), modificado pela autora.

Carvalho (2021) detalha um dos cursos de Moradia Rural do CINVA ministrado no Brasil, em Viçosa, Minas Gerais, na Universidade Rural de Minas Gerais. O curso foi realizado no ano de 1958, resultante da parceria do CINVA com a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) - instituição nacional criada em 1956 no governo de Juscelino Kubitschek que tratava da questão rural no Brasil. A promoção do curso estava vinculada a iniciativas estatais que visavam capacitar tecnicamente profissionais e população para atuarem no planejamento relativo às questões rurais. Na experiência, a habitação rural foi debatida perpassando pelos campos da arquitetura, desenvolvimento social, agronomia e economia doméstica.



Figura 61 - Palestra ministrada durante o *Curso Regional de Vivenda Rural* em Viçosa (MG).
Fonte: Carvalho (2021).

O curso em Viçosa contou com a participação de nomes como a assistente social brasileira Maria Josephina Albano e o sociólogo colombiano Orlando Falls Borda, ambos compondo a equipe do CINVA. A presença dessas duas figuras, novamente, enfatiza a natureza multidisciplinar dos cursos e da própria organização. Orlando Falls Borda, reconhecido como um influente pensador da teoria social alinhada à realidade campesina latino-americana, criador da *Investigación-Acción-Participativa*³⁶, desempenhou um papel fundamental como consultor do CINVA. Contribuiu com estudos publicados junto ao arquiteto argentino Ernesto Vautier, alinhando seu pensamento social à visão técnica da arquitetura em obras como “Aspectos psico-sociológicos de la vivienda rural colombiana” (1956) e “La vivienda tropical húmeda” (1958).

O curso foi ministrado em Viçosa num contexto de incentivo à modernização do campo, em que, além de questões agrícolas e domésticas, a habitação aparece como uma das discussões centrais. Carvalho (2021) aponta que as aulas se dividiram em uma etapa teórica - com debates focados no tema da habitação rural - e uma etapa prática - de pesquisa em campo³⁷ e de desenvolvimento, experimentação e execução de projetos, entre eles moradias e equipamentos comunitários. O curso contou com a presença de arquitetos, engenheiros agrônomos, economistas domésticos e assistentes sociais. As experimentações

³⁶ Metodologia de pesquisa participativa que une o trabalho teórico à prática. Ver mais em Cichoski e Alves (2020).

³⁷ A pesquisa feita durante a etapa prática do curso resultou na elaboração do livro “El Brasil: Campesinos y Vivienda” (1960) por Orlando Falls Borda.

práticas contaram com a presença de homens e mulheres trabalhadores do campo e domésticas, moradores de Palmital e Padre Nosso, comunidades rurais próximas à Viçosa. A aproximação dos técnicos e dos alunos do curso com a população foi intermediada pela Igreja Católica e grupos sociais que lideravam a comunidade local.

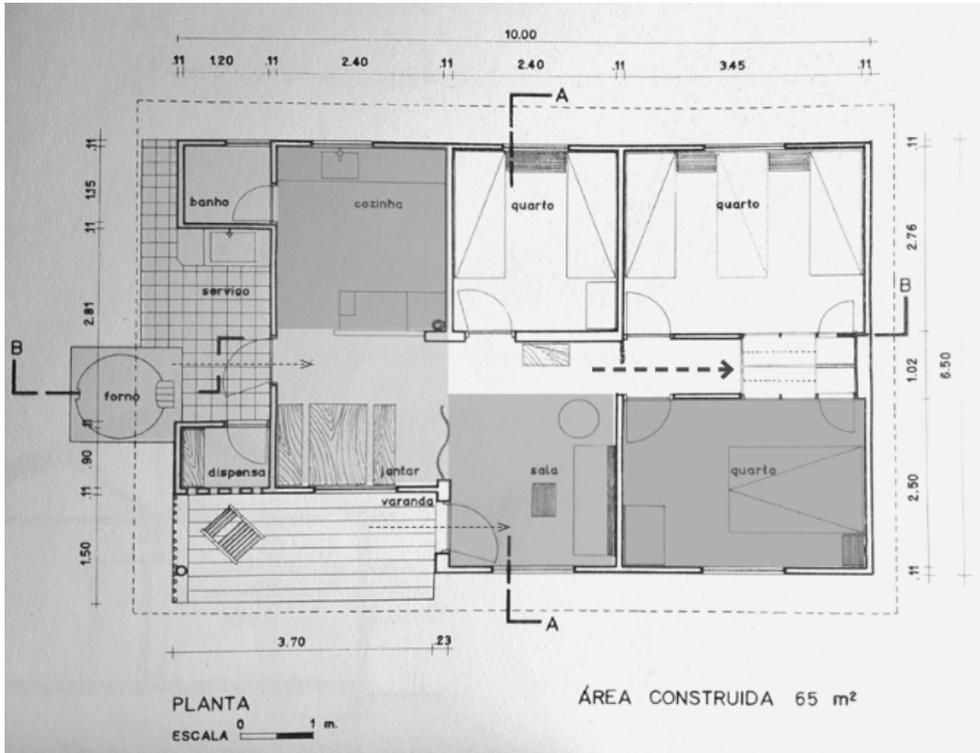


Figura 62 e 63 - Projeto em planta baixa e execução de casa experimental do *Curso Regional de Vivenda Rural* em Minas Gerais.
Fonte: Carvalho (2021).

Os protótipos experimentais desenvolvidos por meio do mutirão, prática de autoconstrução tradicional desse meio, introduziu aos moradores o uso da máquina CINVA-RAM. Segundo Oyola (2022) a máquina, desenvolvida no CINVA pelo engenheiro chileno Raul Ramirez, consistia em uma prensa para a produção dos blocos feitos de terra comprimida ou solo levemente umedecido misturado com quantidades de cimento, cal ou outros estabilizadores. A CINVA-RAM foi pensada para melhorar a qualidade da construção mutirante, sendo um equipamento de baixo custo, de fácil uso e fácil transporte. Com o aperfeiçoamento a máquina foi patenteada e exportada para países da América Latina, como Argentina e Brasil.

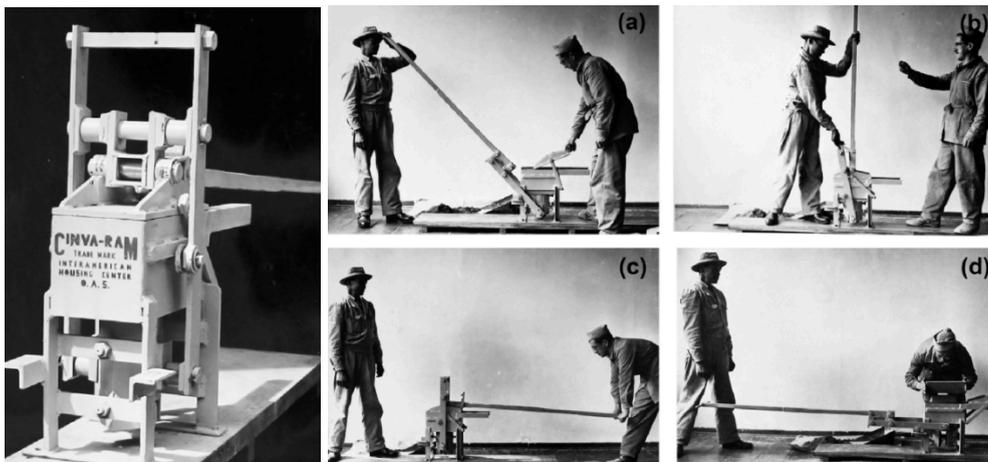


Figura 64 - Versão patenteada da máquina CINVA-RAM e sequência de passos que demonstra o uso. Fonte: Galindo-Díaz, Escorcia-Oyola, e González-Calderón (2023).

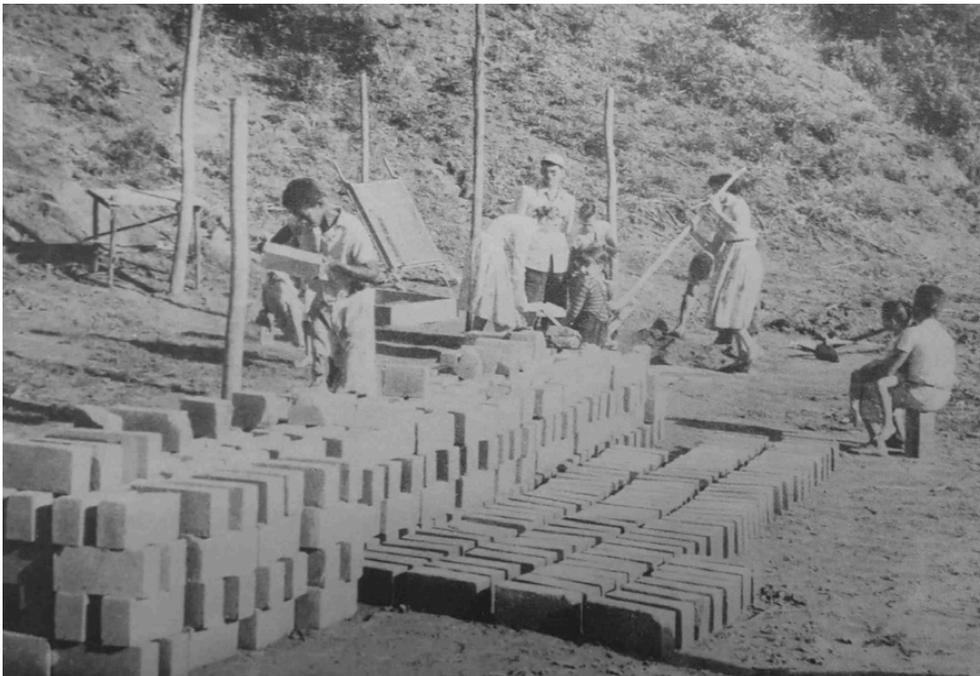


Figura 65 - Produção dos blocos utilizados nos projetos experimentais do *Curso Regional de Vivenda Rural* em Minas Gerais. A aplicação do método demonstrou que o bloco produzido in loco era tão econômico quanto o tijolo empregado na região, com a vantagem de demonstrar maior dureza e resistência a longo prazo. Fonte: Carvalho (2021).

A criação do CINVA foi uma resposta à busca pelo desenvolvimento urbano e, ao mesmo tempo, controlar tensões sociais. Ao se aproximar da década de 1960 o território colombiano foi marcado por instabilidades. Entre 1958 a 1974, a Colômbia foi governada por partidos liberais e conservadores tradicionais, que alternavam o poder por meio de um pacto chamado de Frente Nacional³⁸, firmado com o objetivo de mitigar os violentos conflitos de grupos armados que afetavam sobretudo as populações rurais. De acordo com Aravecchia-Botas (2018) a violência aumentada no meio campesino intensificou o êxodo rural e foi nessa perspectiva que o CINVA ganhou projeção nacional e internacional.

Ainda no final da década de 1950 a hegemonia imperialista dos EUA sobre a América Latina sofreria um relevante abalo com a Revolução Cubana de 1959. A revolta que colocou no poder de Cuba um governo apoiado pela URSS, levou os EUA a adotar uma ação política mais agressiva no continente americano. Em 1961, o presidente estadunidense John F. Kennedy criou o programa Aliança para o Progresso (APP). No seu discurso em Washington, que anuncia a criação do programa, afirma:

Nos reunimos como bons e velhos amigos, unidos pela história e experiência e por nossa determinação a impulsionar os valores da civilização Americana [...]. Como um cidadão dos Estados Unidos da América permita-me que seja o primeiro a reconhecer que nós americanos nem sempre compreendemos o significado dessa missão, assim como também é verdade que muitos dos seus próprios países não compreendiam por completo a urgência da necessidade de libertar o povo da pobreza, da ignorância e do desespero. [...]. Se vamos enfrentar um problema de dimensões tão imponentes, nosso proceder deve ser igualmente audaz e consistir em uma majestosa operação panamericana. Por isso chamo todos os povos deste hemisfério para que nos unamos em uma Aliança para o Progresso, um vasto esforço de cooperação, sem paralelo em sua magnitude e nobreza de propósito, afim de satisfazer as necessidades fundamentais dos povos da América: de casas, trabalho e terra, saúde e escolas (EUA, John F. Kennedy, 1961) (tradução da autora).

A ação filantrópica da APP firmava um acordo de cooperação técnica e financeira para implementar projetos desenvolvimentistas por toda a América Latina, porém, mais do que isso, o programa atuou como uma ferramenta política que demarcava a influência dos EUA nos países beneficiados. O acordo se formalizou com a assinatura da Carta de *Punta del Este*, pelas nações americanas - com exceção de Cuba - no congresso realizado pela CIES no Uruguai.

Na década de 1960, a América Latina passou a ser alvo de investimentos maciços que promoviam ações visando a modernização e, ao mesmo tempo, amenizavam as tensões políticas que se intensificaram no continente devido ao impacto da Revolução Cubana. Sobre esse período, Fernandes e Terra (2004) pontuam que “a alternativa política para o desenvolvimento, [...] era a intervenção militar e a ausência da participação popular nas decisões”

³⁸ A Frente Nacional é conhecida como um período de estabilidade política bipartidária que mitigou uma década de conflitos que assolavam o país desde o assassinato do líder popular Jorge Eliécer Gaitán em 1948, que concorreria às eleições presidenciais de 1950. Seu assassinato desencadeou violentos conflitos nas áreas rurais. O episódio ficou conhecido como "Bogotazo". O acordo de alternância entre os dois partidos veio para acabar com a ditadura militar colombiana e limitar a atuação de novos partidos no cenário político (OSPINA, 2012 e ARAVECCHIA-BOTAS, 2018).

(FERNANDES E TERRA, 1994, p. 208). Os investimentos norte-americanos apoiaram golpes militares em nações da América Latina a partir da década de 1960: Brasil em 1964, Argentina em 1966 e 1976, Peru e Equador em 1968, Uruguai e Chile em 1973.

Segundo Aravecchia-Botas (2018) na década de 1950, o CINVA construiu certa autonomia acadêmica e institucional, se fortalecendo como um centro de referência em pesquisa na área da habitação, porém a partir da década de 1960, o órgão passou a responder às demandas da Aliança para o Progresso. Paez (2002) também destaca a dimensão imperialista do programa na iniciativa do CINVA, que o transformou em um instrumento que atuava em favor dos interesses econômicos e políticos dos EUA na América Latina.

A Cidade Kennedy (CK), renomeada em homenagem ao Presidente John F. Kennedy após seu assassinato em 1963, foi um dos projetos vitrines da Aliança para o Progresso. O empreendimento representou bem a mudança de paradigma que ocorreu na produção de habitação social colombiana ao se adaptar aos moldes desenvolvimentistas (ARAVECCHIA-BOTAS, 2018). De execução coordenada pelo Instituto de Crédito Territorial Colombiano (ICT), o ambicioso projeto implementado em Bogotá, reproduzia o modelo de urbanismo debatido nos CIAMS: edifícios habitacionais multifamiliares, verticalizados, construídos em grande escala, com superquadras equipadas e arborizadas formando as “unidades de vizinhança”³⁹. A Cidade Kennedy, assim como outros empreendimentos habitacionais implementados na Colômbia e na América Latina no mesmo período, foi resultado do esforço para concretizar a utopia desenvolvimentista estrangeira da “cidade latino-americana”.

A execução da Cidade Kennedy foi permeada por ambiguidades. Ao mesmo tempo que foi fruto de visões de desenvolvimento e urbanidade estrangeiras, parte do projeto foi moldado pelo CINVA, agente local que apesar da mudança de postura forçada pelo contexto, ainda era composto por profissionais que estiveram envolvidos na elaboração de métodos e soluções aplicáveis ao contexto latino-americano. Os estudos para a produção das casas do CK considerou a capacidade de organização da população e estimulou a modernização das tecnologias construtivas empregadas, com o uso de sistemas pré-fabricados. A maior parte das unidades do conjunto foram executadas em regime de ajuda mútua, acompanhada pelos profissionais do CINVA, estratégia originalmente empregada na construção de moradias unifamiliares em menor escala no meio rural e em assentamentos urbanos.

³⁹ Mais sobre Unidade de Vizinhança, ou “*Unidades Vecinales*”, termo utilizado por Montoya-Pino (2014), ver sua tese, em que a autora define essa estratégia arquitetônica sob suas várias dimensões e como ela se tornou um paradigma dominante na produção de moradia estatal na América Latina durante o período de 1930 a 1970.



Figura 66 e 67 - Execução e implantação do conjunto *Ciudad Kennedy*. A obra foi planejada para ser o maior conjunto habitacional da época, abrigando 10.000 moradias, sendo 5.893 autoconstruídas. Além das habitações, o plano previa a criação de superquadras com avenidas arborizadas equipadas de comércios, igrejas, escolas, cinemas, postos de saúde e diversos outros equipamentos que possibilitassem um “morar moderno” a partir da criação de unidades de vizinhança.
 Fonte: Archdaily (2022)⁴⁰.

⁴⁰ Disponível em:

<https://www.archdaily.com.br/br/978267/o-projeto-habitacional-ciudad-kennedy-e-a-ideia-de-americas-latina>. Acesso em 18 de outubro de 2023.

As contradições que se revelaram na Cidade Kennedy refletem a trajetória do próprio CINVA. Ao mesmo tempo que foi resultado das políticas imperialistas dos EUA, apoiado em ideais estrangeiros desenvolvimentistas, o órgão abriu caminhos para concepções amparadas no contexto social latino, fomentadas pelo diálogo dos seus profissionais com a academia e com a sociedade. O CINVA foi desestruturado na década de 1970, impactado pelas mudanças na forma de produzir de moradia social que afetou não só a Colômbia mas toda a América Latina (ARAVECCHIA-BOTAS, 2018). Apesar disso, por décadas as ações do CINVA ressoaram por todo o continente, exercendo um papel fundamental na formação de técnicos e na inclusão de políticas públicas baseadas na participação e na autoconstrução assistida voltada para produção de moradia e reabilitação urbana de áreas faveladas.

Dito isso, os relatos mapeados sobre a formação e atuação do CINVA fornecem evidências suficientes para estabelecer correlações com a trajetória dos mutirões autogeridos de São Paulo e do Conjunto Paulo Freire, sintetizada no PARTE I. Foi o contexto de alianças político-sociais que possibilitaram o surgimento de organizações técnicas assistencialistas como o CINVA e a Usina CTAH. Cada qual com suas particularidades e alcance, as organizações se estabeleceram como referências técnicas, capacitadas para atuar junto da comunidade em projetos de interesse social, por meio de ações emancipatórias, interdisciplinares e interprofissionais.

Os registros documentados revelam que os profissionais do CINVA, durante as décadas de 1950 a 1970, atuaram como aliados as populações do meio rural e as populações migrantes que habitavam as margens urbanas dos centros colombianos. De forma semelhante, a Usina CTAH - e demais grupos de assessoria técnica - se alinham a movimentos populares rurais (MST) e movimentos urbanos (MST Leste 1), compostos por imigrantes - e seus descendentes - que passaram a habitar as margens da grande metrópole de São Paulo, na luta por melhorias sociais, habitacionais e urbanas na década de 1990.

O CINVA, assim como e os grupos de assessores em São Paulo, desenvolveram métodos construtivos para auxiliar a qualidade da construção e do trabalho mutirante. Técnicas como a produção de blocos de prensados com o CINVA-RAM, e um sistema estrutural composto de perfis metálicos pré-fabricados em que a execução das escadas é feita antes das alvenarias, resultaram de estudos envolvendo a compreensão dos custos de uma obra, a disponibilidade local de materiais, assim como a preocupação relativa ao manuseio de peças no canteiro. No planejamento e construção de projetos, observa-se a introdução de estratégias coletadas das teorias de relevantes pensadores sociais latino-americanos, como Paulo Freire e Orlando Falls Borda, aperfeiçoando o processo comunicativo e educativo junto à população. Apesar de prevalecer nos registros analisados a trajetória de profissionais da arquitetura, percebe-se que complexidade inerente ao campo de planejamento social e urbano demandou a introdução de debates disciplinares diversos, estimulando o envolvimento de profissionais de outras áreas, em especial de campos administrativos e sociais.

Cabe ainda destacar o esforço que as organizações tiveram em propagar os resultados de suas experiências, métodos e teorias desenvolvidas ao longo de suas atuações. Apesar dos distintos meios adotados, registros foram produzidos

e difundidos no Brasil e na América Latina, estimulando o debate e a formulação de pesquisas acadêmicas, bem como o exercício prático na produção de moradia e de cidade, por estratégias distintas aos padrões usualmente adotados.

2.2. O MÉTODO PAULO FREIRE NO BRASIL: EDUCAÇÃO ANCORADA NO CONTEXTO

As cidades brasileiras após a Segunda Guerra Mundial, assim como as dos outros países latino-americanos, passavam por um aumento populacional devido a migração da população rural para centros urbanos, impulsionados pelos resquícios das violências colonialistas e falta de assistência ao campo e aos trabalhadores rurais. O índice de analfabetismo da população rural e migrante que formava o país era alarmante e alimentava inúmeros debates políticos.

Dentro do contexto de alianças políticas e ações assistencialistas direcionadas aos países latino-americanos, destaca-se aqui a Operação Pan-Americana (1958) e a Aliança para o Progresso (1961), programas que alocaram recursos para o desenvolvimento econômico e social do continente, formado majoritariamente por agrupamentos rurais. Cabe ressaltar a ênfase dada à educação e o combate ao analfabetismo dentro dessas iniciativas. A Ata de Bogotá, resultado da conferência do Conselho Técnico da OEA em 1960, menciona a “eliminação do analfabetismo” e o acordo firmado na Carta de *Punta del Este*, encontro realizado pela CIES no Uruguai em 1961, delimita “eliminar o analfabetismo” e “garantir escolaridade” entre adultos e crianças como providências.

As políticas voltadas para implementação de projetos educacionais e de desenvolvimento social em comunidades rurais já possuíam antecedentes na América Latina. As Missões Culturais Mexicanas fizeram parte de um programa iniciado em 1923, que consistiu na formação de grupos multidisciplinares de professores “missionários” que atuaram em missões educativas voltadas para comunidades camponesas, promovendo a alfabetização e melhorias na produção agrícola, pecuária, no trabalho doméstico, na saúde, na higiene e na vida familiar. As missões também estimulavam a realização de atividades culturais e a construção de equipamentos como casas, escolas, cisternas, etc (ARAVECCHIA-BOTAS E PINO, 2022, p.16). O projeto, que se conformou no México ao longo da década de 1940, capacitou e forneceu ferramentas para que a população camponesa pudesse se desenvolver de forma independente e coletiva, por meio da educação⁴¹.

Em 1948, a UNESCO implementou o programa de “Educação Fundamental” voltado para a América Latina em que foram realizadas uma série de missões de assistência técnica aos países latinos, com objetivos semelhantes às Missões Culturais Mexicanas, o de desenvolver comunidades rurais por meio da educação. No ano de 1949, foi realizado, no Brasil, o Seminário Interamericano de Educação de Adultos, organizado pela UNESCO, OEA e governo brasileiro. Em 1952, foi realizada a primeira Missão Rural de Educação no Brasil,

⁴¹ Mais sobre as Missões Culturais Mexicanas, ver Bonilla y Segura (1950).

implementada como um projeto piloto, no município de Itaperuna - RJ, seguindo as diretrizes do seminário. Outras missões foram organizadas no território brasileiro entre os anos de 1950 e 1951 (ANDRADE, 2022).

Em 1961, o Movimento de Educação de Base (MEB) foi fundado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com o objetivo de promover educação de base em larga escala por meio de estações de rádios⁴². O movimento, vinculado à Igreja Católica, financiado e reconhecido em decreto pelo governo federal de Jânio Quadros, foi formulado a partir dos princípios de educação rural estabelecidos pela UNESCO. Atuando em convênio com o Ministério da Educação e Cultura e com o Ministério da Saúde, o MEB elaborava cursos voltados para alfabetização, educação sanitária, educação agrícola e a formação profissional das populações de áreas rurais, em especial, das regiões subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (FÁVERO, 2006).



Figura 68 - Publicação do jornal *El Correo* da UNESCO de 1951 sobre as Missões Culturais Mexicanas voltadas para a população campesina. O programa se tornou referência para outras experiências de mesma natureza nos países latino-americanos, em especial no segundo pós-guerra. Fonte: Acervo *El Correo* da Unesco (1951)⁴³.

⁴² Mais sobre o Movimento de Educação de Base, ver Fávero (2006).

⁴³ Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000072391_spa. Acesso em 18 de outubro de 2023.

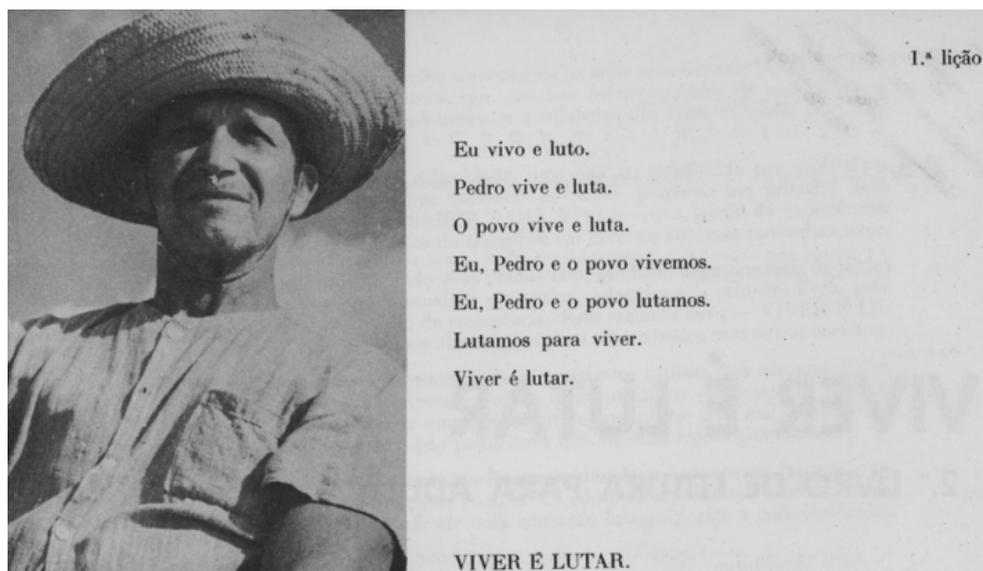


Figura 69 - Lição da Cartilha “Viver é Lutar”. O MEB aliou Igreja e Estado em prol do desenvolvimento campesino. O movimento educacional dispunha de espaços em canais de rádio da igreja católica, uma rede de monitores capacitados para as aulas, instalações que funcionam como escolas.

Fonte: Acervo da Mostra Virtual da Memória da Educação da CEDIC PUC-SP (1963) ⁴⁴.

Já em 1962, dentro dos propósitos da Aliança para o Progresso, foi assinado um acordo de cooperação financeira e técnica para o desenvolvimento do Nordeste, conhecido como “Acordo para o Nordeste” entre o governo norte-americano de John F. Kennedy e o governo brasileiro de João Goulart. O Nordeste, considerado a região mais subdesenvolvida do continente, cuja pobreza representava um obstáculo para o progresso nacional, recebeu 131 milhões de dólares em investimentos de infraestrutura, combate à seca, assistência ao trabalho rural, expansão da saúde e da educação em ações de curto e longo prazo⁴⁵. As ações seriam operadas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), órgão criado em 1959 dentro do projeto de industrialização nacional do presidente Juscelino Kubitschek.

O presidente Kennedy, em discurso proferido em 15 de julho de 1961, afirma que “nenhuma área possui maior ou mais urgente necessidade de atenção do que o vasto Nordeste do Brasil” (SANTIAGO, 2012, p.158). Seu posicionamento demonstra a visibilidade que a região adquiriu no panorama nacional e internacional, sendo visitada por diversas autoridades na época, pois o cenário de miséria e de revolta não poderia ser ignorado. Santiago (2012) aponta que isso ocorreu pelo surgimento das associações de trabalhadores rurais, conhecidas como Ligas Camponesas, movimento que clamava pela reforma agrária e pelo fim dos latifúndios. As Ligas repercutiram na imprensa internacional e levou à caracterização do Nordeste como uma região suscetível a uma insurgência comunista, seguindo, assim, os passos de Cuba.

⁴⁴ Disponível em:

<https://www4.pucsp.br/cedic/meb/nas-salas-de-aula/arquivos-pdf/2-2-cartilha-viver-lutar.pdf>.

Acesso em 18 de outubro de 2023.

⁴⁵ Mais sobre o Acordo para o Nordeste de 1962, ver Page (1972).

De acordo com Fernandes e Terra (1994), na obra “40 horas de esperança” que servirá de fonte para esse relato, foi o Acordo para o Nordeste que pavimentou o que viria a se tornar uma ação emblemática no território nacional, a experiência de alfabetização de adultos em 40 horas, que ocorreu em 1963 em Angico, Rio Grande do Norte, ao aplicar o método de ensino-aprendizagem elaborado por Paulo Freire, batizado de “Método Paulo Freire”.

Recursos advindos de um acordo feito diretamente com os EUA possibilitou a implementação do Programa de Reforma Educacional do Rio Grande do Norte pelo governador Aluizio Alves, que em 1962 se encontrou pessoalmente com John F. Kennedy⁴⁶. O convênio foi feito em parceria com o Ministério da Educação e Cultura, a Sudene e a *United States Agency for International Development* (USAID), órgão norte-americano criado para atuar nacionalmente dentro dos propósitos da Aliança para o Progresso. As metas ambiciosas delimitadas pela parceria ditavam que fossem desenvolvidas e testadas metodologias mais rápidas, baratas e eficazes, voltadas para educação básica e alfabetização de adultos. A educação seria o caminho para mitigar as dificuldades estruturais da sociedade e realizar reformas, entre elas a reforma agrária, possível somente com a participação dos milhões de analfabetos por meio do voto (FERNANDES E TERRA, 1994).

É neste contexto que se destacou o trabalho do pernambucano Paulo Freire. O professor formado em direito, na época, já possuía o cargo de diretor do Departamento de Educação e Cultura do Serviço Social de Pernambuco em seu currículo, e vinha desenvolvendo trabalhos experimentais de educação para adultos no Recife, atuando no Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Pernambuco durante a gestão de Miguel Arraes. O trabalho desenvolvido por Paulo Freire na capital pernambucana se baseou em um experimento franco-africano de alfabetização, auxiliado por recursos audiovisuais.

A Secretaria de Educação do governo potiguar convidou Paulo Freire para aperfeiçoar o método e aplicá-lo no Rio Grande do Norte. Uma equipe de profissionais foi contratada para desenvolver a experimentação-piloto em Angico, cidade natal do governador, que se bem-sucedida, seria ampliada para o restante do estado. De acordo com os dados divulgados por Fernandes e Terra (1994), na época, o Rio Grande do Norte possuía um índice de analfabetismo de 80% dos habitantes. Angico, cidade do interior do sertão do estado assolada pela política clientelista de coronéis, possuía uma população predominantemente rural de pouco mais de nove mil habitantes, sendo que 75% das pessoas com mais de 14 anos eram analfabetas ou semianalfabetas.

Na segunda metade de 1962, os trabalhos foram iniciados em Angico. A equipe de educadores, coordenada por Paulo Freire, elaborou um levantamento da situação socioeconômica da população. Durante a pesquisa também foram levantadas parte do vocabulário utilizado pelos habitantes, palavras que estavam diretamente conectadas com a vivência e a cultura experimentada localmente, como “rapadura”, “cisterna”, “cantador”, “bíblia” e “miséria”. Formada por profissionais e estudantes de áreas sociais e linguísticas, a equipe

⁴⁶ Mais sobre a relação do Estado do Rio Grande do Norte com os EUA no governo de Aluizio Alves, ver matéria “O Amigo Americano: medo do comunismo fez EUA criarem clã político do Rio Grande do Norte durante Guerra Fria” publicada por Paulo Nascimento. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2021/08/07/comunismo-guerra-fria-dolares-nordeste-aluizio-alves/>. Acesso em 18 de outubro de 2023.

matriculou no curso 299 alunos, em sua maioria adultos na faixa de 19 anos e 69 anos, homens e mulheres, que exerciam trabalhos como operários, agricultores, artesãos e domésticas. Paulo Freire em julho de 1962 publicou o artigo “O professor universitário como educador” em que aponta fundamentos do seu método pedagógico:

O professor se faz educador autêntico na medida em que é fiel a seu tempo e a seu espaço. Sem essa fidelidade, mesmo bem intencionado, se compromete sua atividade formadora. É que não pode haver formação do educando se o conteúdo da formação não se identifica com o clima geral do contexto a que se aplica. Seria antes uma deformação (FREIRE, 1962, p. 46).

Portanto, o método de alfabetização aplicado em Angico é baseado em uma mudança de postura do educador, que ao se moldar ao contexto vivenciado pelo educando, o utiliza como ferramenta de aprendizado. Fernandes e Terra (1994) pontuam que os métodos utilizados na experiência, norteados por princípios filosóficos e pedagógicos, partiam do entendimento de que todo homem capta a sua realidade e a ação educativa deveria se aproveitar dessa capacidade para estimular o pensar crítico, na construção de uma relação dialética e crítica com a cultura brasileira, por meio do debate.

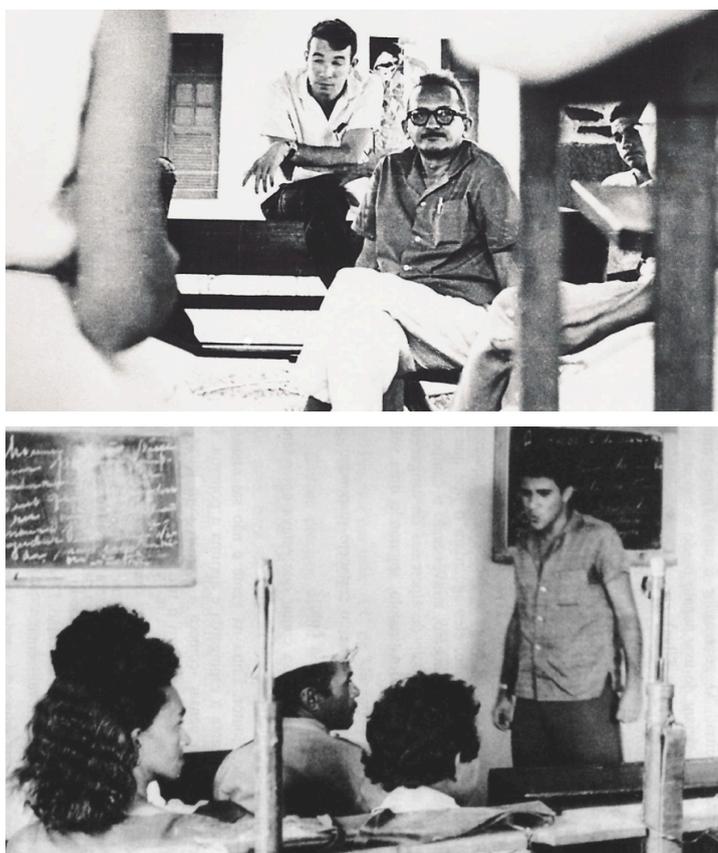


Figura 70 e 71 - Reunião dos coordenadores com Paulo Freire e Círculo de Cultura coordenado por Marco Guerra, na época estudante de direito que fazia parte da equipe de educadores da experiência em Angico. Fonte: Fórum EJA [s. d.]⁴⁷.

⁴⁷ Disponível em: <http://forumeja.org.br/angicos>. Acesso em 18 de outubro de 2023.

Na prática, a alfabetização ocorreu por meio dos “Círculos de Cultura”. Nesses os professores, que assumiam o papel de coordenadores de debates, selecionavam “palavras geradoras” reconhecidas pelos alunos para serem trabalhadas e essas teriam todas as letras e sílabas necessárias para alfabetizar as turmas. O desafio era estimular o educando a montar um sistema que ligasse a fala à sua expressão gráfica por meio dos instrumentos audiovisuais fornecidos pelo educador durante as aulas, ferramentas que complementam o uso convencional de livros e cartilhas.

Para cada palavra geradora foi feito um desenho representativo e a partir dele eram estimulados debates entre os alunos para que reconhecessem a formação das palavras, além de desafiar o grupo a tomar posições críticas sobre situações sociais e políticas vivenciadas na época. Os desenhos foram transformados em slides e projetados para todos os estudantes durante as aulas, essas que tinham duração média de uma hora. As aulas foram ministradas ao longo de 40 dias e ao fim da quadragésima aula, que ocorreu em abril de 1963 na presença de autoridades do governo federal, governos estaduais e militares, 150 alunos finalizaram o curso do qual 135 foram considerados alfabetizados.



Figura 72 e 73 - Desenhos das palavras geradoras utilizados no Círculo de Cultura. As palavras “Voto” e “Povo” são representadas por uma seção eleitoral com uma urna e um homem votando, a palavra “Chibanca” é representada por um homem trabalhando utilizando a ferramenta, também conhecida como picareta. Os desenhos foram trabalhados em aula juntos com fichas de orientação, outro instrumento elaborado pelos professores que previa o debate de temas como o valor do trabalho, o capital, a Constituição Brasileira, etc.
Fonte: Fórum EJA [s. d.].



Figura 74 - Discurso do Presidente João Goulart em 2 de abril de 1962 na quadragésima aula em Angico. No evento estavam presentes o Governador do estado Aluizio Alves e outras autoridades governamentais e militares do Nordeste. Fonte: Fórum EJA [s. d.]⁴⁸.

O método de alfabetização aplicado em Angico, ou simplesmente “Método Paulo Freire”, rompia com estruturas básicas da educação tradicional assim promovendo uma “verdadeira aprendizagem” em que “os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo” (FREIRE, 2002, p. 15)”. O exercício se afasta do que Paulo Freire (1970) denomina como “concepção bancária” em que educador somente “deposita” conteúdos nos alunos, e se transforma em um processo de troca dialógica na qual não apenas o saber formal é considerado, mas também são levados em conta os saberes locais, numa lógica de que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1970, p. 47).

A experiência em Angicos acabou por se tornar “um marco divisor da história da educação nacional” (FERNANDES E TERRA ,1994, p.16) que foi colocado em prática devido à conjuntura política e social do período. O estado mais uma vez financiou a atuação de técnicos que apesar de movidos por interesses distintos, da qual que predominava o interesse político em alfabetizar para formar novos eleitores na zona rural, a ação conjunta resultou em melhorias sociais. Com os bons resultados, o método freiriano passou a fazer parte do Plano Nacional de Alfabetização do governo de João Goulart, iniciado em 1964, assim como foi adotada como metodologia alfabetizadora para as escolas radiofônicas do MEB. Paulo Freire passou a orientar a campanha de alfabetização no território

⁴⁸ Disponível em: <http://forumeja.org.br/angicos>. Acesso em 18 de outubro de 2023.

brasileiro, capacitando novos profissionais e reproduzindo a experiência que ocorreu em Angico em outras cidades, a exemplo de Osasco, Rio de Janeiro, Brasília, Aracaju e Porto Alegre.

A campanha foi extinta em abril do mesmo ano com o Golpe Militar. A ditadura recém-instaurada, apoiada pelos EUA, rotulou o método de alfabetização como “fábrica de revolucionários” e “doutrinação marxista” (PAGE, 1972). Um trecho do informativo publicado no Diário de Pernambuco em 22 de fevereiro 1964, demonstra como o método de alfabetização passou a ser visto:

“Aproveita-se o método Paulo Freire (...) para, no subliminar, instruir o camponês contra a propriedade privada, o açúcar, o industrial, o comerciante, o profissional liberal, os padres(...), os Bispos, os juizes e a Justiça. (...) exploram-se sentimentos de hostilidade de classe contra classe, de pobre contra rico, de empregado contra patrão, de morador de mocambo contra morador de palacete.” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1964 *apud* SOUZA, 2009).

A postura do governo norte-americano frente ao continente escancara as contradições do período, uma vez que o método que ganharia prestígio mundial, outrora fora financiado pela mesma nação que pregava a cooperação em fortalecimento da democracia, e com a morte do Presidente Kennedy em 1963, passou a apoiar regimes autoritários na América Latina. A ditadura recém instaurada perseguiu e aprisionou Paulo Freire.

O professor saiu exilado do país em 1964 e partiu para a Bolívia e após o golpe militar boliviano, foi para o Chile. No Chile trabalhou para Organização das Nações Unidas (ONU) e desenvolveu trabalhos em programas de educação para adultos no Instituto Chileno para a Reforma Agrária (Icira). Foi durante sua estadia pelo país que escreveu e lançou em 1968 o livro “Pedagogia do Oprimido”, em que relata por meio da sua experiência como a libertação do homem oprimido é possível por meio da educação. A obra é considerada a mais influente do educador, foi traduzida e publicada em mais de vinte idiomas (GADOTTI, 1996).

Após sua saída do Brasil, o professor nordestino passou por mais de 55 países, partilhando e construindo novos itinerários educativos. Durante esse período escreveu livros, ensaios e artigos, uns exclusivamente seus, outros em parceria com outros educadores, obras difundidas e debatidas em diversos países.

A teoria freiriana impactou profundamente os campos de conhecimentos humanos. Apesar de não ser usualmente trabalhada no campo da arquitetura e urbanismo (LARA, 2021), os ensinamentos de Paulo Freire não passaram despercebidos para os arquitetos. Rodrigo Lefèvre, arquiteto citado na bibliografia levantada sobre os mutirões de São Paulo como representante da “Arquitetura Nova”, elaborou em 1981 na USP seu trabalho de dissertação intitulado de “Projeto de um acampamento de obras: uma utopia”. Na publicação, Rodrigo Lefèvre simula o que seria um acampamento de obras que funcionaria com uma escola de arquitetura e construção.

Sua proposta se fundamenta na obra de Paulo Freire e da antropologia Eunice Durham, em uma experimentação que pretendia contribuir com a realidade dos migrantes nas regiões metropolitanas. O Acampamento de Obras seria uma ferramenta para uma “sociedade em transição” que se baseia na interação entre técnicos (arquitetos e engenheiros) e operários (trabalhadores da

construção), procurando dessa relação desenvolver uma metodologia de ensino, aprendizagem e prática, que seria efetivada em etapas (MARQUES e KOURY, 2021).

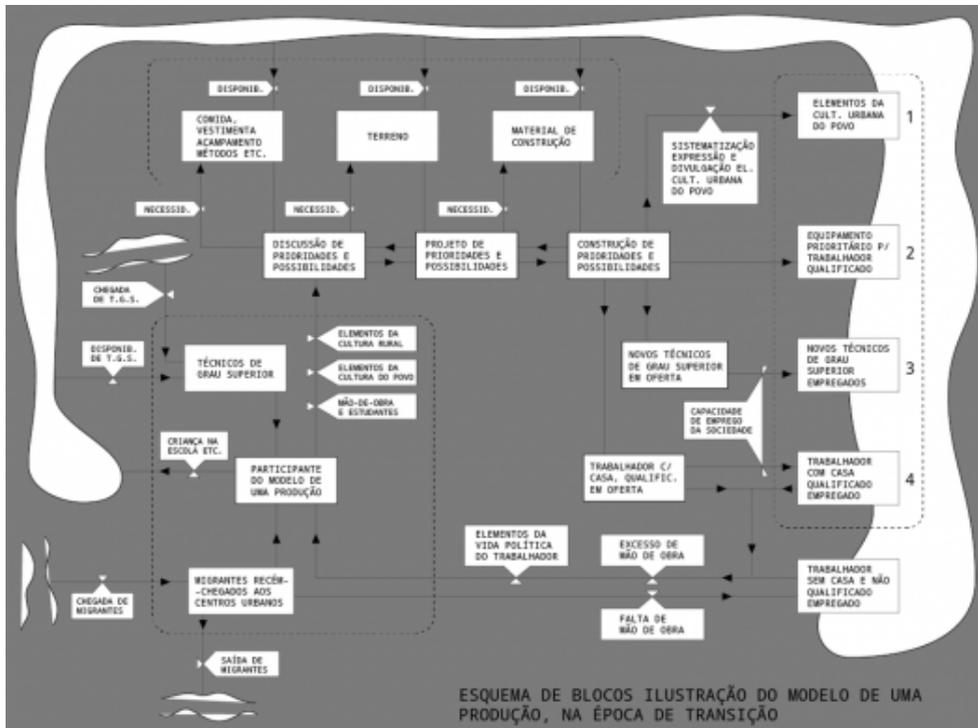


Figura 75 - Modelo de uma produção, na época de transição, elaborado a partir da dissertação de Rodrigo Lefèvre. O fluxograma mostra os os componentes e as etapas de funcionamento da estrutura social do Acampamento, assim como o papel dos agentes envolvidos: o migrante, o técnico e o Estado.

Fonte: Marques e Koury (2021).

Paulo Freire retornou ao Brasil em 1979, com a anistia dada pelo governo do Presidente Geisel. Se estabeleceu em São Paulo-SP e lá voltou a trabalhar como professor universitário e como servidor público. Durante a prefeitura de Luiza Erundina(1989 a 1991), gestão que implantou o programa de mutirões habitacionais, atuou como Secretário de Educação. Na sua gestão foram implementados programas de alfabetização voltados para os movimentos sociais como o MOVA-SP (Movimento de Alfabetização da Cidade de São Paulo). Segundo Gadotti (1987) o programa foi estruturado em estreita colaboração com os Movimentos sociais da capital que criaram, para isso, o Fórum dos Movimentos Populares de Alfabetização de Adultos da Cidade de São Paulo.

O Conjunto Paulo Freire, homônimo ao pedagogo pernambucano, não esconde a influência recebida da teoria freiriana. O método de Paulo Freire defende uma mudança de postura dos técnicos, se adaptando aos contextos vivenciados pelo povo e formulando alianças para se alcançar um objetivo em comum. Em Angico, foi a alfabetização, nos Mutirão Paulo Freire, a produção de moradia social. Essa mudança de postura é observada na atuação dos arquitetos que, com a colaboração de profissionais da área social, criam junto com a população o que Pronsato (2005) chama de “linguagem comum”, essa que viabiliza trocas

multidisciplinares e horizontais de saberes dentro do processo participativo de elaboração de projeto e preparação para a construção.

As atividades de discussão e formação do mutirão Paulo Freire - e em outras experiências assessoradas pela Usina CTAH - se alinham com a metodologia freiriana ao implementar métodos dialógicos que consideravam o contexto e a cultura vivenciada pelas famílias. Na realização de assembleias, aulas e oficinas foram utilizadas uma gama de ferramentas pedagógicas para auxiliar na comunicação e na transmissão de conhecimentos necessária ao processo. As estratégias contribuíram para tornar os mutirantes e futuros moradores mais conscientes do seu papel na empreitada, assim como na comunidade, tendo espaço para opinar e assumir maiores responsabilidades. O processo protagonizado pela Usina CTAH e a Associação Paulo Freire estabelece uma base que atende a um objetivo semelhante aos programas assistencialistas que possibilitaram o surgimento do método de Paulo Freire, o desenvolvimento social comunitário, que vem por meio das aquisição de moradia, mas também pelo estímulo à educação profissional e política.

2.3. AUTOGOBIERNO DA ESCOLA NACIONAL DE ARQUITETURA NA CIDADE DO MÉXICO, MÉXICO: AUTONOMIA COMO PROJETO PEDAGÓGICO

No ano de 1972 na Cidade do México, em meio a efervescência de movimentos populares de setores do campo, do trabalho e da educação - esse último que lutava a favor de uma reforma universitária que tornasse o ensino democrático - foi criada uma nova opção acadêmica na Escola Nacional de Arquitetura (ENA) da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), nomeada de *Autogobierno*. O documento “*A todos los miembros del Autogobierno*”, de 1982, aponta:

Consideramos a criação do *Autogobierno* como uma conquista do campo democrático, como a materialização de uma alternativa universitária para vincular os programas acadêmicos às necessidades populares, como uma resposta contrária às práticas e concepções elitistas no campo da arquitetura e do urbanismo (AUTOGOBIERNO, 1982 *apud* TELEZ, 1986, p.1) (tradução da autora).

Portanto, o movimento acadêmico-político de viés progressista surgiu em resposta à necessidade de mudança nos modelos de ensino-aprendizado, visando adequar a formação de arquitetos à realidade do povo, cujas necessidades vinham sendo negligenciadas pelas escolas. A Cidade do México passava por um crescimento populacional que expandiu suas periferias, áreas desprovidos de infraestrutura e moradia que foram ocupadas por populações carentes vindas do interior do país, contexto semelhante ao vivenciado por outros centro urbanos da América Latina. Freitag (2019) aponta que a Escola Nacional de Arquitetura da UNAM parecia estar alheia a essa realidade.

A autora afirma que na década de 1970, parte dos professores e alunos da ENA debatiam sobre a formulação de uma nova vertente pedagógica dentro do curso de arquitetura. A iniciativa buscava se distanciar dos modelos profissionais de uma atuação mercadológica, elitista, descolada da realidade, e em contrapartida, se aproximar de discussões da época sobre a formulação de um ensino latino-americano fundamentado pelo contexto social e econômico vivenciado.



Figura 76 - Quadrinho publicado pelo *Autogobierno*. A obra ilustra uma interação entre aluno e professor, no qual o último solicitou como avaliação disciplinar o projeto de uma “*fabrica de capsulas espaciales*”. Essa situação evidencia uma das críticas levantadas pelo movimento, o foco das disciplinas de arquitetura na criação de obras dissociadas, alheias à realidade socioeconômica das cidades mexicanas.
Fonte: Freitag (2019).

O surgimento das primeiras escolas de arquitetura na América Latina datam do início do século XX, sendo a da UNAM umas das mais antigas do continente, fundada em 1910. Gassull (2021) categoriza distintos períodos no ensino da arquitetura na América Latina, delineados conforme as correntes de pensamento predominantes na época, sendo eles o modernismo (1930 a 1945), a crise do modernismo (1945 a 1970) e a pós-modernidade (de 1970 a atualidade), sendo a última fase marcada pela revisão historicista e crítica ao campo teórico da arquitetura, alinhada a crítica da modernidade. A autora destaca que, nas primeiras décadas, a falta de consciência pedagógica no ensino

descontextualizado da modernidade na América Latina, que disseminava modelos teóricos racionalizados e homogêneos - os quais, quando aplicados à produção habitacional local, negligenciavam aspectos como a informalidade, a pobreza e a diversidade popular - teve um impacto devastador na construção de ideias arquitetônicas regionais. Os apontamentos se alinham a crítica formulada em trabalhos próprios da América Latina como *“América Latina en su arquitectura”* de Roberto Segre (1975) e *“El interior de la historia”* de Marina Waisman (1988). Os autores procuravam abrir espaço para, dentro da hegemonia moderna no campo disciplinar da arquitetura, fomentar um debate teórico ancorado no contexto cultural latino, marcado por costumes regionais misturados às heranças europeias. A onda de reformas estudantis na América Latina, com seus ideais críticos pulverizados pelo continente, serviu como pano de fundo e fundamentou as reivindicações do movimento estudantil mexicano que deu origem ao *Autogobierno*.

Freitag (2019) aponta que o VII Congresso da União Internacional de Arquitetos (UIA), de 1963 em Havana, foi um marco na formulação do movimento. A UIA, fundada em 1948 com sede em Paris, é um órgão diplomático reconhecido mundialmente que surgiu com o objetivo de concentrar profissionais e debates do campo da arquitetura a nível internacional. A UIA é responsável pela organização de congressos mundiais, reconhecidos como referência para o intercâmbio profissional e cultural, que ocorrem a cada três anos desde sua criação, sediados em diferentes cidades. Instituída num período de Guerra Fria, a organização buscava promover uma agenda pacífica, tentando manter-se neutra à polarização do mundo e promover debate sobre temas como subdesenvolvimento e desigualdade (SOUZA, 2009). O Congresso Mundial de 1963, que tinha como temática *“La Arquitectura en los países en vías de desarrollo”*, ocorreu na capital cubana em meio a um período de grandes tensões mundiais sobre o despontar de uma suposta guerra nuclear, com objetivo de debater a arquitetura e o subdesenvolvimento. O evento despertou grande interesse entre arquitetos e participantes por oferecer a oportunidade de testemunhar as conquistas e o cotidiano da ilha pós-revolução, aspecto que conferiu ao evento uma magnitude e relevância significativas (SOUZA, 2009). Apesar da UIA se manifestar como apartidária, o congresso em Havana foi permeado por polarizações políticas que influenciaram os debates de arquitetura. Britto (1964) para a revista arquitetura do IAB de 1964, pontua que um dos aspectos marcante do evento foi o debate intenso e eufórico sobre a participação popular e a rejeição, por parte dos representantes dos países subdesenvolvidos, dos ideais de planejamento dominantes, inúteis para a realidade vivenciada⁴⁹.

Na busca por desenvolver um modelo educativo que gerasse consciência nos estudantes, incentivando a criatividade e o comprometimento com a sociedade no exercício da arquitetura, foi estabelecida, durante uma assembleia em 11 de abril de 1972, uma nova opção acadêmica na ENA denominada *Autogobierno*. Na assembleia foram apresentados os objetivos do movimento: Totalização do conhecimento, Práxis, Diálogo Crítico, Autogestão, Crítica-Autocrítica, Conhecimento da realidade nacional e Vinculação popular. Para alcançar os objetivos, foi formalizada uma nova estrutura acadêmica e administrativa,

⁴⁹ Mais sobre o Congresso da UIA de 1963, ver *“Havana 63”* de César Dorfman.

desenvolvidos materiais didáticos e conduzidas campanhas para disseminar a viabilidade da proposta pedagógica. Sobre a organização do ensino, Montes (2004, p.11) aponta:

“[...] ficou acordado que a estrutura seria uma integração de Ateliês, permitindo, entre outros aspectos, não centralizar as decisões acadêmicas e administrativas fundamentais, mas sim permitir que cada Ateliê estabelecesse o conteúdo das matérias e sua abrangência, os sistemas de avaliação, a seleção de professores, os requisitos de ingresso e mudanças, além da escolha, por parte dos professores e alunos, do local e dos temas de trabalho para o Ateliê de projeto” (Tradução da autora).

A modalidade de ensino do *Autogobierno* buscava integrar alunos da graduação e pós-graduação em disciplinas e trabalhos conjuntos construídos de forma participativa. Isso ocorreria por meio de Ateliês Integrados, modalidade já aplicada a ENA, contudo, na nova proposta, a disciplina se basearia em princípios distintos, procurando dar maior autonomia aos alunos. A autonomia possibilitaria aos estudantes interpretar como o conhecimento poderia ser produzido, estudado e integrado, em um processo de educação autogestionária. Segundo Montes (2004), as experimentações com o modelo de Ateliê Integrado se consolidaram na ENA, no entanto, a heterogeneidade de ideias, crenças e prática acadêmicas, estimuladas pelo modelo autônomo de ensino, ocasionaram fissuras estruturais no movimento, que também enfrentava a pressão de adequar seu modelo de ensino às normas e princípios da legislação Universitária da UNAM. Na busca por estabilizar o modelo autogobiernista de ensino, foi elaborado de forma colaborativa, entre professores e alunos, um novo Plano de Estudos para a ENA, aprovado em 1976 pelo Conselho Universitário da UNAM. Segundo Freitag (2010) o planejamento do *Autogobierno*, voltado para transformar a educação em um processo político e libertador construído por meio da troca entre universidade e sociedade, foi diretamente influenciado pelas ideias de Paulo Freire, que se propagavam pelo continente na época.

No Plano de Estudos aprovado, estava previsto a realização de atividades de extensão universitária. Essas atividades ocorreram por meio dos “Ateliês de arquitetura popular e Extensão Universitária”, conhecidos pela sigla TAPEUS. Os TAPEUS desempenharam um papel de destaque como instrumentos pedagógicos no *Autogobierno*. Por meio deles foi possível capacitar os alunos de arquitetura para assessorar comunidades locais, voltando os conhecimentos políticos e projetuais adquiridos para atender a demandas concretas de camadas carentes da sociedade. Foram empreendidos esforços na elaboração de planos de reabilitação urbana e no desenvolvimento de soluções construtivas direcionadas à habitação e equipamentos, destinados a atender sindicatos, comunidades operárias e camponesas. A reforma pedagógica também previu a formação de comissões internas que atuariam de forma a viabilizar o trabalho de extensão dos TAPEUS, oferecendo suporte teórico e metodológico aos ateliês, diagnosticando e solucionando as demandas sociais a serem atendidas (TELEZ, 1986).

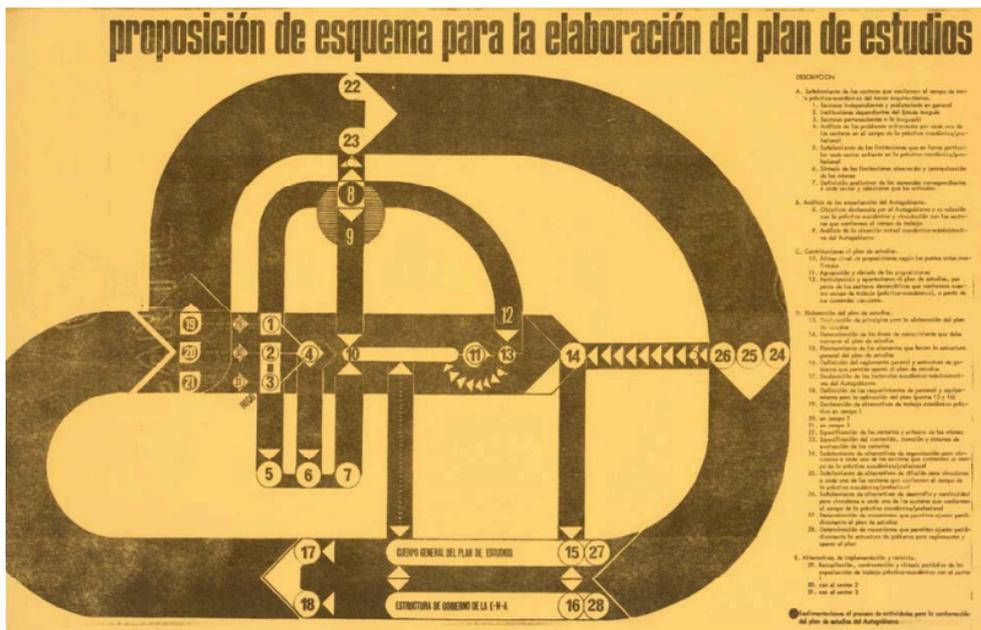


Figura 77 - Esquema de elaboração do Plano de Estudo do *Autogobierno*. Como ilustrado, o plano tinha um caráter dinâmico, aberto e flexível. Na sua redação foi definido que o curso de arquitetura teria duração de quatro anos, com o ensino dividido em três áreas básicas de conhecimento integrado: Teoria, Design e Tecnologia. Cada área seria acompanhada por atividades de Extensão Universitária, em que a Escola estabeleceria conexões com o povo e com o Estado. Os conhecimentos seriam trabalhados dentro dos Ateliês Integrados, disciplinas formuladas para serem gradativamente autogeridos por professores e alunos.
Fonte: Montes (2004).



Figura 78 - Apresentação de maquete que representa um protótipo de habitação autoconstruída destinada à comunidade de catadores de lixo de Santa Fé, elaborada pelo grupo de trabalho do Ateliê 7 do *Autogobierno*. O desenho, a participação e a autoconstrução eram ferramentas pedagógicas utilizadas em favor do aprendizado de alunos e da população durante os Ateliês de Extensão.
Fonte: Arquitectura Autogobierno Vol 3 (1984).

No mesmo ano da aprovação do Plano de Estudos, se inicia a publicação de uma linha editorial chamada *Arquitectura Autogobierno*. A coleção, editada de 1976 a 1980 com 11 volumes de revista e 2 cadernos didáticos, foi criada para servir de material didático, auxiliando o ensino e a aprendizagem do modelo pedagógico autogobernista. Além disso, as obras serviram como instrumento de propagação das ideias e das práticas do movimento.

As revistas compilavam as criações dos Ateliês Integrados e Ateliês Populares, anteriormente dispersas e publicadas de forma independente. A abordagem editorial, diferente das revistas de grande circulação da época, que divulgavam grandes realizações arquitetônicas e renomados arquitetos, concentrava-se em construir um acervo de publicações que refletia a realidade de questões e criações locais, além de demonstrar as possibilidades alcançadas com o modelo autogestivo de ensino de arquitetura.

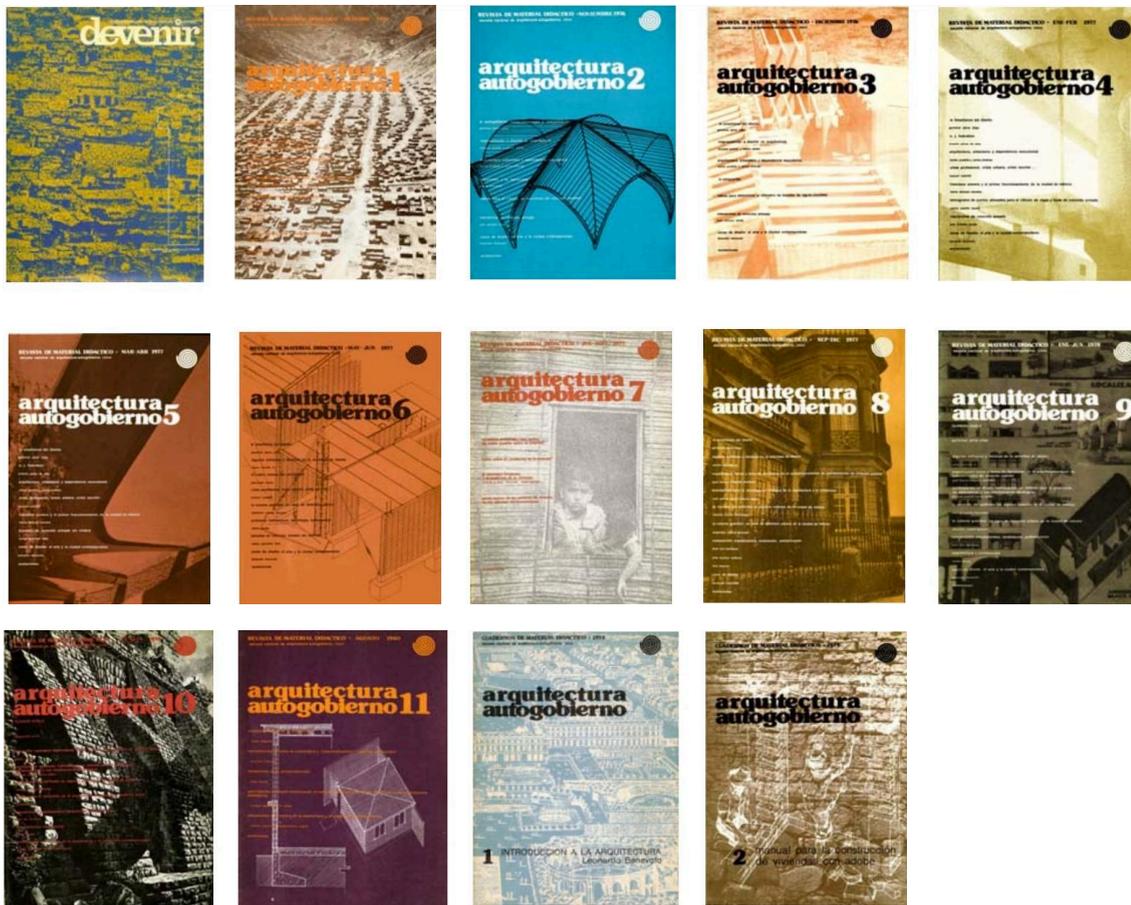


Figura 79 - Montagem com capas da linha editorial do *Autogobierno*. As revistas foram concebidas como instrumentos educativos, mas também se transformaram em meios de divulgação de alternativas para diagnosticar e intervir nas cidades latino-americanas. As matérias publicadas evidenciaram como o movimento progressista da ENA redefiniu o ensino de arquitetura, reavaliando os papéis do aluno, do professor, do desenho e das técnicas construtivas.

Fonte: Acervo Raíces Digital da UNAM [s.d.]⁵⁰

⁵⁰ Disponível em: <https://arquitectura.unam.mx/raices-digital.html>. Acesso em 18 de outubro de 2023.

Montes (2004) aponta que, na década de 1980, o Movimento *Autogobierno* enfrentou desafios significativos. Conflitos e contradições internas intensificando-se progressivamente, culminando na cisão e descontinuação do projeto. Contudo, seus ideais e práticas foram propagados para fora do país, a exemplo dos trabalhos realizados com comunidades através dos Ateliês, que renderam aos professores e alunos três premiações internacionais nos Congressos do UIA em 1968, 1981 e em 1983.

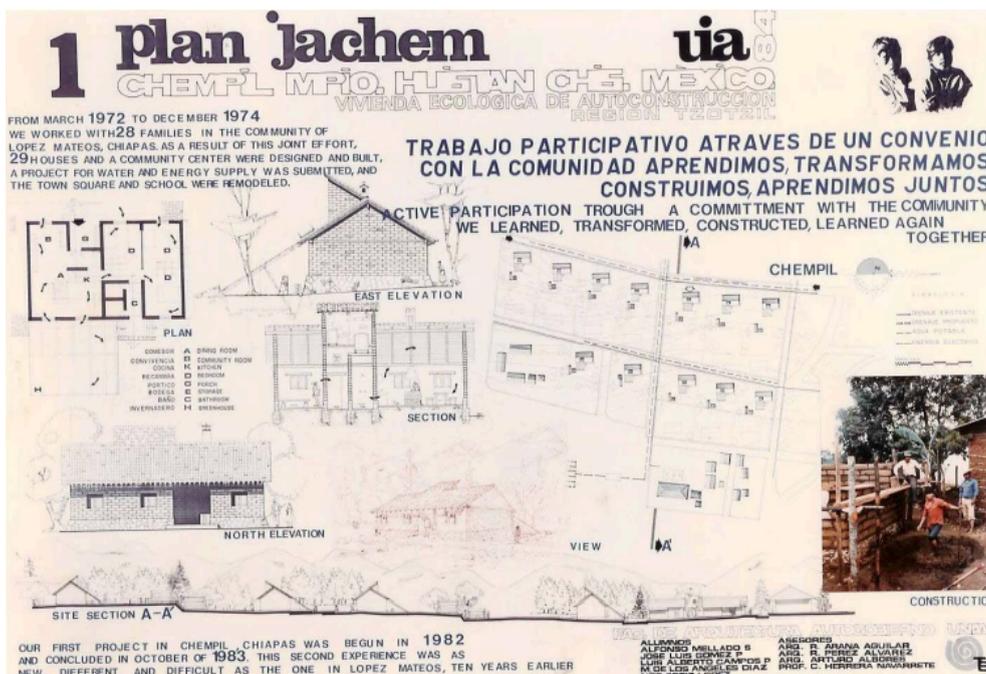


Figura 80 - Projeto de “Habitação ecológica em autoconstrução de Chempil, Chiapas” do Ateliê 6 do *Autogobierno*, premiado no Congresso da UIA em Paris, no ano de 1983. Fonte: Montes (2004).

O movimento *Autogobierno* da Escola Nacional de Arquitetura da UNAM foi um marco que evidenciou o potencial das universidades como um campo fértil para a experimentação e procriação de ideias no âmbito da Arquitetura e do Urbanismo, que além de educar, fomentaram ações capazes de atenuar problemáticas da sociedade. Assim como o *Autogobierno*, as experiências político-acadêmicas dos LabHabs das universidades paulistas, na década de 1980, foram frutos da efervescência de movimentos democráticos na luta por melhorias sociais. A articulação dos professores universitários com a militância dos movimentos populares de terra e moradia em São Paulo impulsionou a criação dos Laboratórios. Sua atuação foi inspirada por motivos semelhantes aos do *Autogobierno*: aproximar o curso de arquitetura das carências da sociedade, desenvolvendo estratégias pedagógicas para tornar o ensino menos elitista e estimular a criatividade projetual voltada para atender às demandas populares.

Segundo Pompéia (2007, p.35) o LabHab da UNICAMP (1986 a 1999), programa de extensão universitária “berço” dos fundadores da Usina CTAH, teve “uma projeção muito significativa que levou a reflexões sobre as posturas urbanas e a

mudanças dos paradigmas habitacionais. [...] que, no mínimo, alterou o pensamento, que o precedia, a respeito da qualidade da moradia da maior parte do país”. Cita-se aqui uma das produções emblemáticas desse LabHab, a Moradia Estudantil da UNICAMP, produzida a partir do sistema construtivo de painéis cerâmicos criado a partir de experimentações orientadas pelo arquiteto Joan Villà. A obra se destaca por aprofundar o estudo de técnicas construtivas de pré-fabricação voltada para auxiliar produções sociais autoconstruídas. Essas trajetórias ilustram o potencial das relações estabelecidas entre arquitetos, universidade e população organizada. Por meio da pesquisa e da ação, essas parcerias desempenharam um papel educativo e prestaram assistência em demandas locais. Os TAPEUS do Autogobierno, estimularam a difusão da prática assistencialista em arquitetura na Cidade do México, assim como os LabHabs estimularam em São Paulo, sendo a base que moldou a formação e os métodos - técnicos e pedagógicos - utilizados por diversos grupos de assessoria técnica que viriam a atuar na produção de moradia mutirante e autogerida, como a Usina CTAH.



Figura 81 - Moradia estudantil da UNICAMP. A obra, de autoria de Joan Villà construída com o sistema modular de painéis cerâmicos, inclui amplas residências compartilhadas pelos estudantes. A implantação das unidades ocorreu de forma a viabilizar uma gama de espaços livres de diversas escalas como parques, ruas para pedestres e pátios comunitários.
Fonte: Montaner (2013).

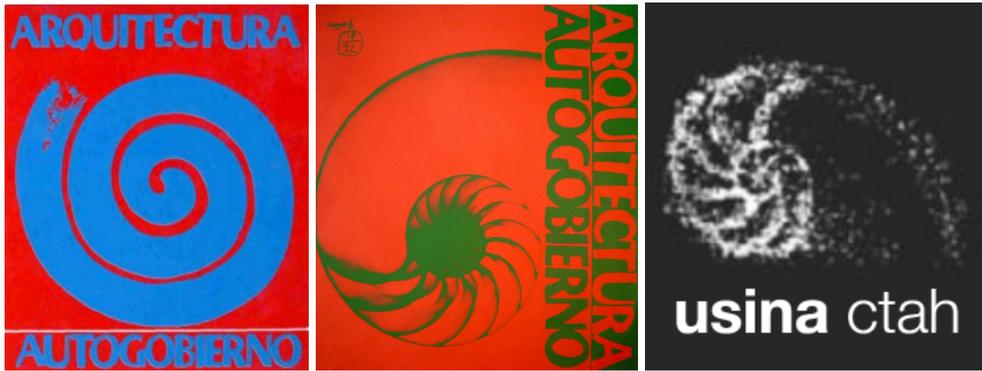


Figura 82 - O símbolo do movimento Autogobierno é uma espiral pré-hispânica que retrata uma forma de movimento constante. Em suas produções gráficas e artísticas, capturaram diversas formas na natureza que remetesse a espiral, umas delas uma concha, simbolismo também utilizado pela Usina CTAH.

Fonte: Montes (2004) e Vilaça e Constante (2019).

3. AMPLIANDO A CONSTRUÇÃO: O PERCURSO DA TÉCNICA CONSTRUTIVA

3.1. A TAIPA ARMADA EM CAJUEIRO SECO, BRASIL

Assim como a experiência de alfabetização em Angico-RN, a experimentação habitacional de Cajueiro Seco na periferia do Recife, surge no contexto Pós-Revolução Cubana e na emergência das alianças assistencialistas dos EUA direcionadas aos países latino-americanos, como a Aliança para o Progresso (1961) e o Acordo para o Nordeste (1962). No Recife, os investimentos foram destinados a impulsionar políticas econômicas e urbanas locais, promovendo a industrialização e produção de obras nos setores urbanos e habitacionais, voltados para o desenvolvimento da capital pernambucana.

Gama (2022), ao discutir a produção de moradia social em Pernambuco, na década de 1960 durante a Guerra Fria, afirma que mais do que fomentar o desenvolvimento e providenciar teto para a classe trabalhadora, as autoridades - e elites - usavam a habitação social para propagandear o anticomunismo, frear mobilizações e tentar disciplinar populações marginalizadas para restaurar a ordem. Como pontuado anteriormente, o Nordeste ganhou destaque mundial devido ao seu cenário de miséria e de revoltas populares, protagonizadas pelas Ligas Camponesas. O estado de Pernambuco foi o berço das Ligas e junto ao estado da Paraíba se tornaram os territórios de maior engajamento dessa movimentação popular campesina⁵¹.

Santiago (2012) destaca que o cenário de miséria e de camponeses revoltados, documentado na década de 1960 no interior de Pernambuco, preocupava as autoridades estadunidenses devido à semelhança com os elementos que desencadearam as revoluções na China em 1949 e em Cuba em 1959. O “agitador” da Ligas Camponesas, Francisco Julião, as ocupações de terras de latifúndios e as manifestações pedindo por reforma agrária, eram interpretados como ameaças que indicariam a insurgência de uma nova revolução comunista na América Latina.

⁵¹ Ver documentário *Brazil - The troubled land*, documentário filmado em 1961 em Pernambuco, pela emissora de televisão estadunidense ABC. As filmagens documentaram e exibiram à nação norte-americana o temido cenário que poderia resultar na mobilização de uma “nova revolução cubana” no nordeste brasileiro.



Figura 83 - Manifestação das Ligas Camponesas em Recife em 1960. O movimento camponês nordestino, iniciado em 1955 no Engenho Galiléia em Pernambuco, teve como representante o advogado Francisco Julião. As mobilizações se espalharam por diversos estados do Nordeste como Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Ceará.

Fonte: Memorial da Democracia [s. d.]⁵².

Nesse contexto de vigilância internacional sobre atividades “suspeitas” que propagavam ideais “extremistas” comunistas, foi instalado no Recife o escritório da USAID, órgão norte-americano que atuou nacionalmente dentro dos propósitos da Aliança para o Progresso. Durante a gestão do governador do Estado, Cid Sampaio (1959-1963), foram firmados acordos diretos com os Estados Unidos por meio da USAID e assim Pernambuco recebeu investimentos estrangeiros direcionados a melhorias urbanas e a produção de moradia social, gerenciados pelo Serviço Social Contra o Mocambo (SSCM).

O SSCM, órgão estatal criado na década de 1940, atuava na regularização urbana e na produção de moradia social com o objetivo de mitigar a proliferação dos territórios ocupados por populações pobres, que produziam amontoados de casas de taipa, de tábuas ou palha, sem qualquer planejamento urbano ou sanitário, conhecidos como “mocambos”⁵³, vistos pelo estado e elites pernambucanas como um problema de saúde urbana. No clima de cooperação e assistencialismo internacional, membros da equipe da SSCM foram enviados à Colômbia para participar de curso profissionalizantes do CINVA. Profissionais do CINVA atuaram como assessores na construção das moradias no Recife como os conjuntos Alto do Jordão e Ibura (1963), obras de casas padronizadas ao

⁵² Disponível em:

<https://memorialdademocracia.com.br/card/as-ligas-camponesas-entram-em-cena>. Acesso em 18 de outubro de 2023.

⁵³ Mais sobre a tipologia de moradia no Recife, ver Souza (2003).

moldes das demais produções financiadas pela Aliança do Progresso na América Latina (GAMA, 2022).

O aumento das rebeliões populares, assim como as ocupações de terras, interferiu significativamente no cenário político pernambucano, levando as massas a elegerem o advogado cearense Miguel Arraes para assumir o governo do estado em 1963. Arraes foi um político de esquerda que havia sido prefeito do Recife, cuja gestão foi o berço das primeiras experimentações do método de alfabetização de adultos desenvolvido por Paulo Freire. Sua eleição foi um acontecimento contrário aos interesses norte-americanos.

Nesse cenário, desenvolveu-se a experiência de projeto e construção do núcleo habitacional do Cajueiro Seco, localizado na região metropolitana do Recife, como um projeto piloto que indicaria a nova postura política voltada para a produção de moradia pública. Diego Souza (2009), em sua dissertação, aponta que as populações migrantes, assim como as vítimas das "limpezas urbanas" que ocorriam no Recife, passaram a ocupar gradualmente a região dos Montes do Guararapes. As terras, de posse federal, estavam em processo de tombamento devido à sua grande relevância histórica local, uma vez que foram palco da Batalha dos Guararapes⁵⁴. A ocupação enfrentava a iminência de uma expulsão e o Estado era pressionado a encontrar uma solução definitiva para a situação. A resposta do governo foi remover cerca de 500 famílias da área, realocando-as para um terreno de propriedade estadual, nas proximidades da ocupação. Essa localidade, que ficou conhecida como Cajueiro Seco, abrigaria um experimento habitacional gerenciado pela SSCM, na época presidida pelo Arquiteto Gildo Guerra que trabalhou em conjunto com o Arquiteto Acácio Gil Borsoi na empreitada.

Acácio Gil Borsoi, arquiteto carioca, já na década de 1960 acumulava em seu repertório colaborações ao lado de célebres nomes da arquitetura moderna da escola do Rio de Janeiro, como Niemeyer, Afonso Reidy e Lucio Costa. Seus projetos retratavam a linguagem moderna e racionalista da arquitetura, inspirada por referências que o arquiteto absorveu da sua formação, de viagens feitas à Europa e do meio profissional em que circulava. Foi para Recife na década de 1950 e lá iniciou sua carreira como docente, lecionando para o curso de arquitetura na Universidade do Recife - hoje UFPE. Como profissional, Borsoi trabalhou para a prefeitura municipal contribuindo na elaboração de projetos urbanos e arquitetônicos de equipamentos públicos. No seu escritório, atuou na projeção de casas unifamiliares para a elite local. Em Recife, a linguagem arquitetônica do profissional passou a incorporar aspectos locais. Isso se refletiu nas suas obras que empregavam soluções espaciais e materiais que respeitavam as características climáticas e culturais da região⁵⁵.

Para o terreno da Comunidade de Cajueiro Seco foi elaborado um projeto urbano seguindo os princípios do urbanismo moderno: traçado regular das ruas, criação de superquadras com lotes individuais para as moradias, áreas livres e uma região central planejada para receber equipamentos coletivos. Para as casas, Borsoi propôs uma solução - construída de forma coletiva junto à

⁵⁴ Evento que ocorreu entre 1648 à 1649, resultando na expulsão dos holandeses que na época colonizaram Pernambuco.

⁵⁵ Mais sobre Acácio Gil Borsoi e sua produção, ver Silva (2004).

população - baseada em técnicas construtivas e materialidades locais. Entendendo que as moradias precisavam ser executadas com baixo custo e ser de fácil manutenção, foi desenvolvido um sistema construtivo de painéis pré-fabricados, feitos a partir de malhas de madeira preenchidas com barro, técnica conhecida como taipa armada. A técnica tradicional foi racionalizada por Borsoi, que criou um sistema modulado em que estabelecia um padrão de medidas para cada tipo de painel de vedação, esse que também realizava um papel estruturante. Os painéis, montados in loco, formariam as casas populares. Portas e janelas também tiveram suas medidas padronizadas, bem como, a vedação da cobertura, formada por um trama de caibros que seria preenchida por esteiras de palha - costuradas, tratadas e impermeabilizadas - ou por telhas cerâmicas. O projeto ainda previa a fabricação da aparelhagem sanitária - vasos e pias - em concreto pré-moldado. O sistema foi planejado para possibilitar a construção de moradias que pudessem ser expandidas, abrigando novos hábitos de morada, assim como atividades que produzem renda às famílias.

De acordo com Borsoi, as tipologias habitacionais foram definidas “por meio de uma folha de papel quadriculado no módulo dos painéis” em que “qualquer cidadão poderia estruturar sua casa (plantas e elevações), adquirir os painéis e as demais peças - cordel, arame, prego, executando ligações entre eles. Portas e janelas seriam executadas dentro dos mesmos padrões” (BORSOI, 1984, p.51 apud BIERRENBACH, 2008,p.).

O sistema construtivo das moradias de Cajueiro Seco foi pensado para possibilitar a autoconstrução, viabilizando a fabricação coletiva das peças, seguida da montagem individual das moradias, de forma a atender as necessidades de cada família. A empreitada se aproveitou dos saberes artesanais da população, da sua capacidade de organização coletiva, assim como da abundância e do baixo custo dos materiais na região.

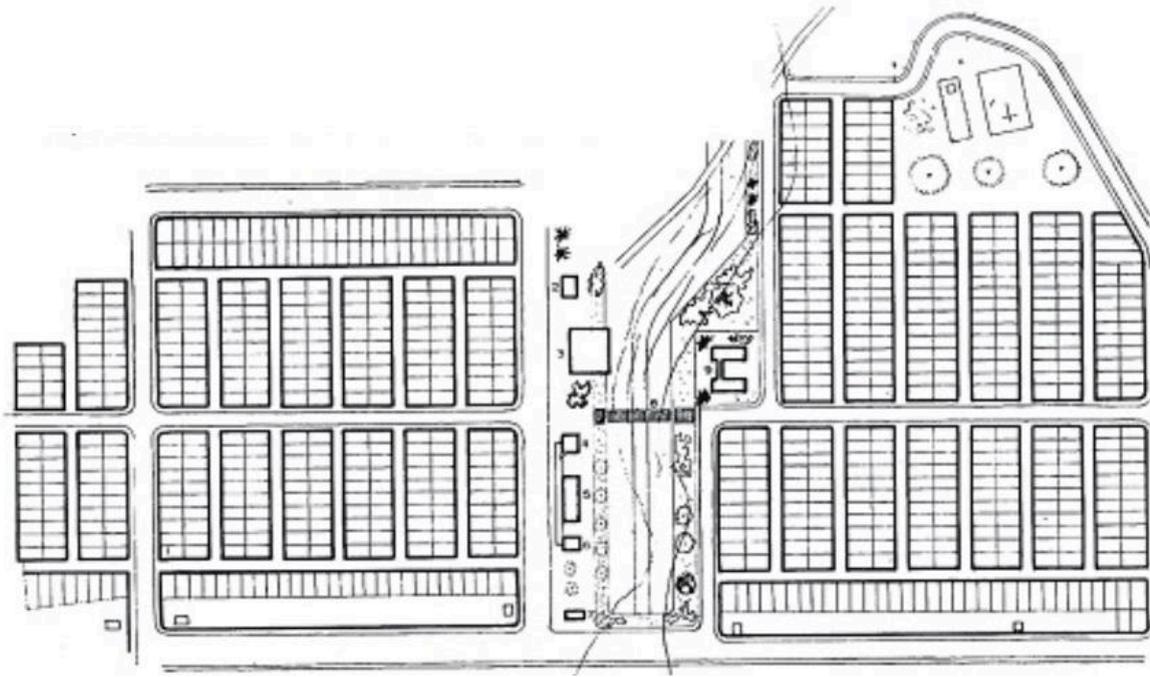


Figura 84 e 85 - Plano piloto do projeto da comunidade de Cajueiro Seco e sua implantação parcial. Em 1963 foi iniciado o arruamento e ocupação dos lotes para habitação. O projeto previa a implantação de moradias para 500 famílias e equipamentos como igreja, auditório, comércios, fábrica de roupas, oficina de sapatos, praça e escola.
Fonte: Souza (2009).

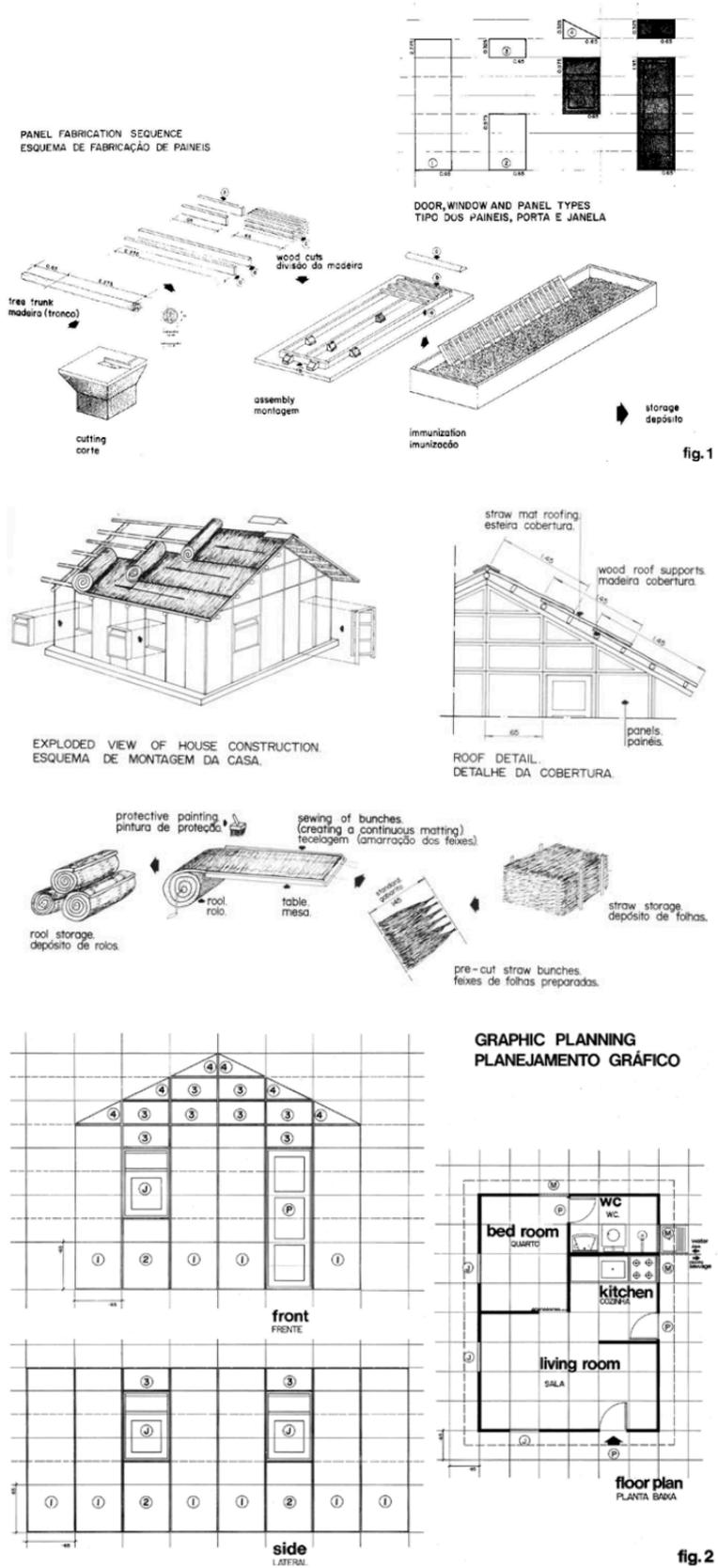


fig. 1

fig. 2

Figura 86 - Projeto da fabricação de painéis, montagem e modulação das tipologias habitacionais.
Fonte: Souza (2009).

A pré-fabricação, técnica racionalizada sinônimo de componentes industrializados produzidos em massa, era vista com entusiasmo pelos arquitetos da época como uma solução na produção habitacional. No caso do Cajueiro Seco, essa abordagem foi empregada em conjunto com a materialidade e as ferramentas da produção local. Utilizando de uma técnica construtiva alinhada ao contexto, as tipologias habitacionais resultante do sistema projetado, se assemelhavam às construções tradicionais, executadas de maneira artesanal e autoconstruída pela população marginalizada. Entretanto, a produção atendia a demandas técnicas e higiênicas relativas a moradia, por prever aberturas amplas que levam iluminação e ventilação para o interior da construção além de um sistema sanitário que atendia aos padrões higiênicos da época.

Acácio Gil Borsoi, alinhado politicamente com a esquerda progressista, no projeto da Comunidade de Cajueiro Seco, fez uma leitura que contempla não apenas o cenário de exclusão social e econômica vivenciado pela população, mas também leva em conta seus repertórios culturais:

Ao invés de importar técnicas de outros países, devemos fazer a nossa, dentro do conhecimento da nossa gente. Por exemplo, não se pode usar um sistema métrico porque a maioria dos nossos operários de construção são analfabetos e conseqüentemente devemos ter uma linguagem de informação de maneira a integrá-los no processo de construção. Disso resulta toda uma forma de pesquisa e toda uma resposta metodológica e de linguagem. (...) [Os programas habitacionais] carecem, na essência, do respeito ao homem que os vai habitar (BORSOI, 1986, p. 12 *apud* BIERRENBACH, 2008, p. 52).

Em seu relato o arquiteto confronta a produção de moradia popular em Pernambuco. Ao adotar soluções desvinculadas do contexto local e recorrer a formas autoritárias para tentar moldar a população, novas linguagens e costumes, o Estado priva o povo de desenvolver capacidades para superar suas limitações a partir de seus conhecimentos. A prática seria verdadeiramente popular, se proporcionasse à comunidade oportunidades de construir autonomia por seus próprios meios, em colaboração com técnicos - aspecto que se alinha à teoria de Paulo Freire.

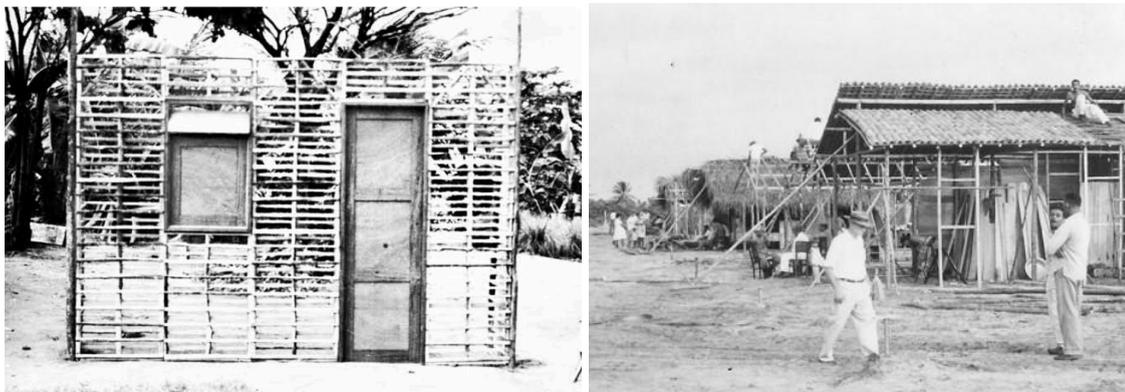


Figura 87 e 88 - Demonstração da montagem de painéis pré-fabricados para criar as vedações das moradias, e produção das moradias na Comunidade Cajueiro Seco.
Fonte: Souza (2009).



Figura 89 - Matéria no Diário de Pernambuco sobre a Taipa armada levada para o Congresso da UIA em Havana em 1963 pelos arquitetos pernambucanos.
Fonte: Souza (2009).

Borsoi apresentou no Congresso Internacional do UIA de 1963, em Havana, sua proposta de moradia feita de painéis pré-fabricados em taipa armada, ainda como um projeto piloto que estava sendo experimentado em Cajueiro Seco. A divulgação de soluções latinas nos congressos da UIA, que ocorreram com mais frequência nesse período, evidencia como "a realidade latino-americana passara a figurar nas discussões internacionais, oferecendo alternativas valiosas para o enfrentamento do subdesenvolvimento em todo o mundo" (SOUZA, 2009, p. 43).

Vale mencionar a ressonância que as produções populares brasileiras receberam nos congressos da UIA. No congresso de 1969, realizado na Argentina, cujo tema foi "*The Architect as a Social Factor*", Carlos Nelson Ferreira dos Santos, fazendo parte de um grupo de arquitetos brasileiros, apresentou um relatório que trazia a favela para o centro do debate. O trabalho pontuava que a favela era uma manifestação espontânea que poderia ser fonte de referência, para que arquitetos coletassem soluções e linguagens, culturais e populares, que contribuíssem para solucionar o problema de moradia para as classes mais baixas (SEGAWA, 1999). Essa reflexão vem das experiências elaboradas pelos arquitetos junto a organizações populares na urbanização de comunidades faveladas no Rio de Janeiro-RJ.

Em 1965, após um aviso de despejo, os moradores da Favela de Brás de Pina formaram uma Associação e se mobilizaram contra a remoção das famílias da ocupação, que seriam removidas para a Vila Kennedy, conjunto habitacional

padronizado e periférico financiado pela Aliança para o Progresso construído na capital fluminense. A comunidade se organizou para financiar, por seus próprios recursos, um plano de urbanização participativo, contratando os arquitetos recém formados Carlos Nelson, Silvia Wanderley, Sueli Azevedo e Rogério Aroeira, para prestar assessoria técnica. A equipe de profissionais se tornou o Grupo Quadra. A empreitada, iniciada em 1969, mais à frente forjaria uma parceria com a Companhia de Desenvolvimento de Comunidade (CODESCO), órgão do estado do Rio de Janeiro, passando então a ser financiada pelo Estado.

Carlos Nelson detalhou a experiência em Brás de Pina, e outras semelhantes, no seu livro “Momentos urbanos do Rio de Janeiro”. Na obra, o arquiteto debate sobre arquitetura, urbanismo e antropologia, construindo novos paradigmas para a atuação do arquiteto junto à população mobilizada e moradora de favelas. Silva (2002) aponta como os trabalhos de John F. C. Turner, arquiteto inglês que documentou as *barriadas* em Lima no Peru⁵⁶, influenciaram os trabalhos realizados pelo grupo Quadra, especialmente depois da sua vinda ao Rio de Janeiro em 1968. Esse trajeto resultou nos trabalhos publicados na Revista Arquitetura “Habitação de baixa renda no Brasil: políticas atuais e oportunidades futuras” e “Barreiras e canais para o desenvolvimento habitacional nos países em vias de desenvolvimento” em que John F. C. Turner aponta outros paradigmas para guiar a produção de moradia e a urbanização, pensado a partir da produção das favelas.



Figura 90 e 91 - Favela Brás de Pina, antes e depois do processo de urbanização. Foram realizados serviços de infraestrutura, ajustes no traçado urbano, assim como projetos de melhorias habitacionais.
Fonte: Cronologia do pensamento urbanístico [s.d.]⁵⁷.

⁵⁶ Ver tópico 3.2 deste trabalho.

⁵⁷ Disponível em:
<https://cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1565&langVerbete=pt#prettyPhoto>. Acesso em 18 de outubro de 2023.

Voltando ao contexto de alianças e vigilâncias internacionais em Pernambuco na década de 1960, conclui-se que a produção habitacional de Cajueiro Seco foi singular ao considerar a situação social, os conhecimentos e capacidades da população na formulação e execução do projeto. O golpe militar de 1964 interrompeu a experiência, que representava uma aliança da esquerda entre políticos, arquitetos e a população. O regime prendeu, demitiu e processou figuras como Miguel Arraes e Acácio Gil Borsoi, e muitos outros envolvidos com a produção popular.

Dentro da historiografia da arquitetura e do urbanismo brasileiro, a experiência em Cajueiro Seco é reconhecida. Souza (2006, p. 38) aponta que sua repercussão se deu em parte pela presença - mesmo que singela - no Congresso da UIA de 1963, e pelo "pioneirismo" local em incluir a participação do usuário e sua mão de obra na produção de habitação popular pública. A obra é abordada em estudos como o de Lina Bo Bardi "No Limite da Casa Popular", artigo publicado na Revista *Mirante das Artes* em 1967, e o trabalho de Hugo Segawa em "Arquitetura do Brasil - 1900-1999", que abrange um século de produção arquitetônica no Brasil. Na bibliografia dos mutirões, Lopes (2011) e Arantes (2002, p.131) citam a experiência, o último afirmando que "Cajueiro Seco indicava a qual caminho Rodrigo Lefevre passaria a dar maior atenção, imaginando inclusive quais os termos para uma política pública mais democrática".

A produção de moradia em Cajueiro Seco se amparou em princípios de autonomia e gestão popular, assim como na aliança política de agentes da sociedade, aspectos que se reproduziram na produção mutirante de São Paulo e no Conjunto Paulo Freire décadas depois. Nas moradias pernambucanas, o sistema construtivo de painéis pré-fabricados, feito de materiais locais abundantes, foi planejado pelo arquiteto moderno para auxiliar o processo autoconstrutivo e potencializar a autonomia almejada. A mesma abordagem foi exercitada nos projetos de moradias paulistanos assessorados pela Usina CTAH na década de 1990, a exemplo da obra do COPROMO cujos associados viabilizaram a implementação da uma fábrica de estrutura metálica no canteiro do mutirão, pensada para proporcionar maior controle da obra pela gestão popular e reduzir os custos envolvidos. Os registros analisados evidenciam como Cajueiro Seco se antecipou no debate sobre questões relativas à tecnologia construtiva e à pré-fabricação, temas que foram retomados e amplamente debatidos no cenário da produção mutirante em São Paulo.

Outro aspecto destacado nesse relato foi a capacidade de organização das populações marginalizadas, que em Pernambuco encontraram abertura para pressionar o Estado e lutar por melhorias nas condições de vida, por meio da Ligas Camponesas. Talvez não seja mera coincidência que o povo Nordeste, região que foi foco de organizações e lutas populares que alcançaram repercussão mundial na década de 1960, foi o mesmo povo - assim como seus descendentes - que na década de 1980 compunham a maioria do movimentos urbanos paulistanos⁵⁸. Santiago (2012) aponta, em entrevista com João Pedro Stedile, a influência que as Ligas Camponesas tiveram na formação do

⁵⁸ Como apontado anteriormente, os nordestinos foram maioria nos associados à Associação de Construção Comunitária Paulo Freire. Esse cenário se repetia na formação dos Movimentos de Moradia e na ocupação das periferias paulistanas.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o maior movimento camponês articulado nacionalmente. O coordenador nacional e um dos líderes do movimento afirma que “o MST considera-se um descendente, um seguidor das Ligas Camponesas e, nesse sentido, da experiência e vida também de Julião e de tantos outros líderes das ligas.” (SANTIAGO, 2012, p.185). O MST surgiu em 1984 como representante da luta camponesa, que se articulou com a cidade por meio dos trabalhadores urbanos e ampliou sua atuação política em centros urbanos como São Paulo. Junto à Igreja Católica, o MST compôs a base e estimulou a formação de outros movimentos sociais, voltados para lutas urbanas, como o MST Leste 1 do qual surgiu a Associação Paulo Freire.

3.2. OS PROJETOS DO CONCURSO INTERNACIONAL DO PROYECTO EXPERIMENTAL DE VIVIENDA(PREVI) EM LIMA, PERU

O Peru, alinhado ao fenômeno que impactava outros países latino-americanos no período Pós-Segunda Guerra Mundial, testemunhava um rápido crescimento de seus centros urbanos devido à migração proveniente das áreas rurais. A capital Lima passava por uma expansão territorial acelerada devido às crescentes ocupações populares, que se estendiam pelas encostas montanhosas às margens da cidade. Ao longo das décadas de 1950 e 1960, o país andino passou a ser reconhecido e atrair atenção internacional ao articular uma série de discussões e experiências significativas no âmbito da moradia e do urbanismo.

Em 1963, o arquiteto Fernando Belaúnde Terry, político e fundador do partido *Acción Popular* (1956), assumiu a presidência do Peru. Durante seu mandato, impulsionou a criação de instituições estatais dedicadas ao planejamento, à construção de obras públicas e à produção de habitação coletiva, essa que se direcionou principalmente para a classe média, reproduzindo o modelo moderno popularizado das unidades de vizinhança. Belaúnde Terry foi fundador e editor do periódico "*El Arquitecto Peruano*", veículo de publicações voltado para contribuir com o campo disciplinar da arquitetura peruana. A habitação coletiva foi um dos temas centrais abordados pela revista. Espinoza (2012) aponta que o arquiteto - que chegou a ocupar a presidência do país em dois momentos (1963-1968 e 1980-1985) - ao circular pelos campos técnico e político, destacou-se como o principal promotor do planejamento urbano estatal no Peru no contexto pós-guerra.

Em um cenário de estímulo às trocas de conhecimento no campo da arquitetura e do planejamento, o Peru contava com um corpo técnico dinâmico, formado por profissionais peruanos e estrangeiros que circulavam entre instituições nacionais e de países como os EUA e Inglaterra. O arquiteto inglês John F. C. Turner foi um dos profissionais que trabalhou para o governo peruano nesse período. Turner chegou ao país a convite do arquiteto peruano Eduardo Neira Alva e, de 1957 a 1965, colaborou em oficinas de assistência técnica nas cidades de Arequipa e Lima dedicadas às *barriadas*, assentamentos peruanos ocupados por populações carentes. Em 1963, mesmo ano que Belaúnde Terry assumia presidência, John Turner publicou o artigo "*Dwelling Resources in South America*", para a revista *Architectural Design*, em que expõe suas ideias sobre planejamento germinadas da sua observação das vivências e modos de morar das *barriadas* no Peru, na Colômbia, no Chile e na Venezuela. A publicação, que apresentava o problema e apontava soluções para áreas faveladas, adquiriu grande repercussão internacional. O estudo, e outros que vieram em seguida, transmitiu a visão teórica e política do arquiteto que reconheceu o potencial das "cidades informais", postura que ia de encontro à visão de planejamento

dominante na época que buscava invisibilizar esses espaços. Ao serem construídas de maneira livre e popular, Turner observa que as *barriadas* reproduzem os aspectos sociais e culturais do povo, ao mesmo tempo em que moldam fortes laços comunitários por meio das ações de ajuda mútua e autoconstrução, aspectos que as unidades de vizinhança estatais, com suas características formais, racionais e elitistas não poderiam abarcar (ESPINOZA, 2015).

Cabe destacar que, no âmbito da arquitetura e urbanismo, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela efervescência de ideias que se alinhavam com os princípios de “*Housing by People*” propostos por Turner, termo que o arquiteto utiliza para distinguir produções feitas por meio da participação popular. Contribuíram com o debate arquitetos como Bernard Rudofsky que em 1964 organizou no MOMA a exposição “*Architecture Without Architects*” apresentando soluções de construções feitas por povoados tradicionais sem o protagonismo de arquitetos; Hassan Fathy, que em seus esforços de construção junto ao povo, resgatou técnicas tradicionais e restabeleceu o vínculo da arquitetura com a cultura, conforme apresenta na sua obra de 1969, “*Construindo com o Povo - arquitetura para os pobres*”; e Giancarlo de Carlo, integrante do Team 10⁵⁹ que incorporou na sua produção estratégias que viabilizaram a participação do usuário na elaboração de projetos habitacionais, refletindo que a prática gerava benefícios que atendiam de forma adequada aos dilemas da época.



⁵⁹ Grupo de arquitetos europeus que buscou romper com a tradição dos CIAMs, o Team 10, tinha como objetivo democratizar o debate sobre arquitetura, resgatando a preocupação com a responsabilidade social do arquiteto. Mais sobre Team 10, ver Barone (2000).



Figura 92 e 93 - *Barriada* em Lima registradas por Turner. O termo é uma denominação peruana para os bairros populares similares às favelas no Brasil, com terrenos ocupados e moradias construídas por ajuda mútua.

Fonte: Turner (1963).

Inserido nesse contexto, em 1966 foi anunciado pelo Estado peruano o *Concurso Internacional Proyecto Experimental de Vivienda*, abreviado pela sigla PREVI. A iniciativa, que contou com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), representou uma mudança na postura governamental. O PREVI incentivou a elaboração de estratégias voltadas para a produção de moradias de baixo custo, visando incorporar populações carentes e as *barriadas*, anteriormente ignoradas pela elite social e técnica, na dinâmica de planejamento urbano (BALLENT, 2004).

A iniciativa do PREVI abarcou 4 projetos com objetivos distintos que atendiam as principais demandas habitacionais locais. O Projeto PREVI 1 (PP1) solicitava a criação de um novo bairro composto de 1.500 tipologias habitacionais de baixo custo. O Projeto PREVI 2 (PP2) solicitava planos e estratégias para a reabilitação e consolidação das *barriadas*. O Projeto Piloto 3 (PP3) solicitava a proposta de moradias de baixo custo para serem executadas por meio da autoconstrução, assessorada por técnicos. O Projeto Piloto 4 (PP4) foi incluído devido a um terremoto que ocorreu em Lima em 1970, e portanto se voltava para a elaboração de propostas de tipologias habitacionais para atender as demandas de desastres naturais (LAND, 2015).

O concurso foi convocado para atender aos objetivos dos PP1. As atividades foram iniciadas em 1968, dirigidas pelo arquiteto Peter Land, representante da PNUD. Para a competição foi planejada uma divisão de dois grupos, um nacional e outro internacional. O grupo internacional foi formado por 13 equipes de arquitetos de diferentes países. Dentre as equipes figuravam nomes como o estadunidense Christopher Alexander, os suíços dia Atelier 5, o inglês James Stirling que na década de 1980 ganharia um Pritzker, e o arquiteto ligado ao Team 10, Aldo Van Eyck. Para o grupo nacional foram registrados 28

profissionais peruanos também divididos em 13 equipes, figurando nomes de expressão local como Miguel Alvarino, Elsa Massari e Ernesto Paredes.

As equipes, nacionais e internacionais, precisavam atender a demandas estabelecidas que incluíam planejar um bairro, centrado num ideal comunitário que perpassa por aspectos sociais, culturais e econômicos, devendo ocupar um lote de 80 x 150m com um conjunto de 2.000 moradias unifamiliares. As unidades habitacionais deveriam aplicar o conceito de moradia que “não deveria ser estática, mas sim deveria crescer de forma orgânica e evolutiva de acordo com as necessidades dos moradores” (PREVI, 1977, p. 10 *apud* ESPINOZA, 2015, p. 272).

O concurso requisitava que as moradias poderiam ser desenvolvidas em um ou dois pavimentos, com a previsão para a construção de um terceiro. Essa consideração foi feita pois a obra acomodaria famílias de diferentes faixas de renda, sendo necessário antecipar possíveis alterações no perfil familiar ou econômico dos moradores, que poderiam resultar no crescimento da habitação. Sendo assim, Espinoza (2015) pontua que tornou-se necessário desenvolver sistemas modulares e procedimentos construtivos tecnologicamente adequados para abarcar essa demanda de crescimento progressivo - horizontal ou vertical - das unidades habitacionais, aspecto característico da vivência dessas populações. Guiada por esses parâmetros, as equipes apresentaram suas propostas para a comunidade habitacional. Nos projetos, a padronização e racionalidade modernas se mesclaram a novas soluções que despontaram da leitura das dinâmicas e materialidades locais, aspecto que corrobora como o apontado por Ballent (2004), de que o embate entre as propostas se relacionava diretamente com a dicotomia entre a modernidade e cultura.

O júri premiou 3 equipes internacionais e 3 equipes nacionais: as equipes estrangeiras Atelier 5; Herbert Ohl; e Kikutaki Maki e Kurokawa e as equipes peruanas de Elsa Mazzarri; Fernando Chaparro; e Jacques Crousse. Devido a alta qualidade dos desenhos e tecnologias apresentadas, ficou definido que a forma final do projeto a ser executado agruparia soluções das 13 equipes estrangeiras e um número idêntico de equipes peruanas (LAND, 2015).

A execução do bairro foi dividida em duas etapas. Na primeira etapa seriam construídas 500 moradias, seguindo um projeto feito coletivamente pelos arquitetos que unificaram as soluções apresentadas no concurso. Segundo Land (2015) foi definido um plano geral em que as moradias eram implantadas em agrupamentos de cerca de 20 unidades, cada grupo reproduzindo as diferentes soluções de implantação, tipologias e técnicas construtivas pensadas pelos competidores. A implantação ocorreu em um terreno com área correspondente a um terço da área indicada inicialmente, localizado em um distrito ao extremo norte da capital, dentro de sua zona metropolitana.

As preparações para a execução do projeto PREVI acabaram por coincidir com um golpe de estado que em 1968 colocou na presidência o general Juan F. Velasco Alvarado. Com a mudança de governo, a luta popular por terras e moradia organizada pelos movimentos sociais se intensificou, o que, de acordo com Ballent (2004), ocasionou uma inflexão definitiva na visão sobre a habitação social: a produção deveria ser moldada pela ação política popular, indo além do âmbito dos debates sobre arquitetura. O novo governo peruano

deu continuidade ao PREVI e a execução das 500 unidades habitacionais foi iniciada no ano de 1969. No plano traçado, a primeira fase do projeto funcionaria como uma experimentação piloto, que seria avaliada antes da construção das 1000 moradias restantes.

Para viabilizar a aplicação das diversas soluções construtivas formuladas, foi construída no canteiro uma usina de pré-fabricação voltada para produzir os elementos construtivos necessários na execução das moradias e dos equipamentos urbanos. A produção e supervisão da obra foi acompanhada pelo *Instituto de Vivienda Peruano*, que também prestou assessoria técnica à população nos projetos de ampliação das casas (SOUZA, 2009). Em meados da década de 1970, a execução da primeira fase do PREVI foi finalizada e o novo bairro foi progressivamente ocupado. A segunda fase idealizada nunca foi iniciada, encerrando a experiência após a conclusão das 500 moradias iniciais.



Figura 94 - Vista do bairro PREVI em 1976. Foram implantados 26 agrupamentos de moradias, cada um com cerca de 20 unidades. O bairro também recebeu escolas, praças, centro comercial e alocou temporariamente uma usina voltada para a produção de elementos construtivos.
Fonte: Land (2015).



Figura 95 - Usina e Canteiro do bairro PREVI. Na tipologias foram utilizados elementos como painéis e vigas feitas de ferro e cimento, pré-fabricados em moldes confeccionados na Usina. Os componentes foram utilizados na construção de paredes e lajes das tipologias habitacionais.
Fonte: Land (2015).

Ao analisar o concurso PREVI é perceptível que esse foi um episódio emblemático na produção de moradia social latino-americana. A operação, planejada no governo comandado por Fernando Belaúnde Terry, tornou por um período a capital peruana centro de um debate global focado nos aspectos políticos e técnicos da produção de moradia social. A iniciativa convocou arquitetos provenientes de nações desenvolvidas, personalidades respeitadas mundialmente, para pensar soluções que permitissem que seus projetos, após executados, recebessem intervenções feitas pelos moradores peruanos. Esse aspecto fez com que o bairro projetado incorporasse uma importante dinâmica dos territórios informais, agora na cidade formal, se alinhando aos discursos proferidos por John Turner, que já não atuava no país no período em que foi realizada a competição. Ballent (2004, p. 86) aponta que o PREVI foi resultado de um “montagem cultural” com sobreposição de “centro sobre periferia, das instituições internacionais sobre os governos nacional, de saberes altos e cultura popular, de tecnologias sofisticadas sobre métodos artesanais” (tradução da autora). Essas relações construídas entre elementos aparentemente opostos, materializados no PREVI, caracterizaram o cenário de efervescência disciplinar que ocorreu no campo da arquitetura e do urbanismo durante as décadas de 1960 e 1970.

O caso do Bairro PREVI em comparação com a produção mutirante paulistana, e a outras experiências apresentadas nessa construção, carece de um ingrediente: a participação popular na elaboração do projeto junto aos arquitetos. No PREVI, as moradias foram projetadas, executadas e entregues aos moradores, que só então se aproveitaram do aspecto “evolutivo” dos projetos e moldaram as residências de acordo com suas necessidades e linguagens que não dialogavam como a linguagem “purista” dos arquitetos. Apesar da intervenção popular despontar apenas ao fim do processo, entre todas as

experiências estudadas foi o PREVI que obteve maior repercussão mundial e consolidou-se como um marco na historiografia latino-americana. A relevância da experiência, dentro deste relato, está justamente nesse aspecto. O PREVI, ao aglutinar uma diversidade de debates e soluções em torno da moradia social de baixo custo que ressoaram internacionalmente, abriu precedentes para que se discutisse nos círculos de produção arquitetônica as potencialidades da inclusão da participação popular na elaboração de projetos sociais. Foi exatamente o debate em torno dessas questões que fundamentou o pensamento político e técnico que orientou os mutirões paulistanos e por consequência, o Conjunto Paulo Freire.

Outros paralelos com a produção dos movimentos de moradia de São Paulo podem ser delineados. A estratégia de moradias “evolutivas” aparece no repertório de projetos assessorados pela Usina CTAH. Na reformulação do projeto feito para o Mutirão Cazuzu em 1990, as unidades unifamiliares foram planejadas para aceitar acréscimos e intervenções dos moradores.



Figura 96 - Antes e depois das intervenções feitas nas unidades projetadas para o bairro PREVI e para o Conjunto Cazuzu. Fonte: Land (2015), Acervo Usina CTAH ([199-]) e Google Street View (2023).

Um dos aspectos marcantes na elaboração do PREVI foi a implementação de uma fábrica no canteiro que se destinava a produzir os diversos elementos construtivos que foram projetados para formar as tipologias habitacionais. A construção de usinas no canteiro, voltadas para a pré-fabricação de peças a serem utilizadas na produção de moradias, foi uma estratégia utilizada no mutirão COPROMO, mencionado anteriormente. A criação de fábricas populares, para produzir elementos aplicáveis na construção de moradias e equipamentos públicos, foi um caminho adotado pelo arquiteto carioca João

Filgueiras Lima - conhecido como Lelé - ao atuar como assessor de uma associação comunitária. Na cidade de Campinas em 1991, Lelé, que já possuía um notável repertório ao trabalhar com a fabricação de elementos em argamassa armada em Salvador e em Abadiânia, foi convidado para coordenar uma fábrica de pré-moldados para a Associação Comunitária de Autogestão (ACA) que atuava localmente. A parceria resultou na construção de equipamentos comunitários e mobiliários urbanos.

Esse relato demonstra como a experiência do PREVI, junto aos estudos conduzidos por John Turner, foram notáveis ao moldar uma nova lógica de planejamento para a moradia social latino-americana que refletiu o complexo panorama de debates que se desenvolvia no contexto do Segundo Pós-guerra no continente. O planejamento e a execução da obra foram capazes de aplicar a racionalidade moderna aliada a aspectos culturais, em tecnologias e soluções espaciais que certamente contribuíram para a construção de um campo de conhecimento dedicado a encontrar soluções viáveis para produzir moradia para populações marginalizadas.



Figura 97 - Fábrica de componentes de argamassa armada em Abadiânia, Goiás. A fábrica produziu elementos construtivos que foram aplicados na construção de pontes e escolas na zona rural do município, executados com mão de obra popular. Na ocasião, Lelé elaborou um manual ilustrado que guiava a montagem dos elementos in loco. Fonte: Lima (1984).

UMA PAUSA

“Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem “tratar” sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem idéias de formação, sem politizar não é possível.”

Paulo Freire, Pedagogia da autonomia

A elaboração deste estudo foi impulsionada pela curiosidade de compreender como se dava a atuação profissional de arquitetos em produções sociais feitas de forma participativa voltadas para provisão de moradia. Referências relativas a essas ações estiveram pouco presentes no repertório da minha formação e ao buscar referências nas bibliografias sobre experiências que atendessem a esses requisitos, me deparei com os mutirões paulistanos iniciados na década de 1990. Para uma estudante de pós-graduação que reside no interior da Paraíba, no Nordeste, a articulada produção pública mutirante na cidade de São Paulo, na qual grupos de arquitetos atuavam atendendo às demandas de populações ligadas a movimentos de moradia, exerceu um notável fascínio, que se sobrepôs às dificuldades de deslocamentos para coleta de dados -potencializado pelo cenário pandêmico que atravessou a maior parte do meu período vinculada ao mestrado. Estudar os mutirões se mostrava um campo frutífero por protagonizar uma atuação profissional e popular ainda à margem das publicações cânones sobre teoria e história da arquitetura e do urbanismo, utilizadas nos meios educativos aos quais circulava.

Embora Carvalho (2004, p. 12) pontue, a quase 20 anos atrás, que “já foi dito por alguns especialistas que não há mais o que estudar sobre os mutirões”, a constatação da problemática relativa aos limites da construção de estudos historiográficos que envolvem essa produção, serviu de estímulo para a elaboração desta dissertação. O caminho escolhido levou a uma busca pelo Conjunto Paulo Freire e a partir dele, construir um panorama histórico mais amplo para os mutirões autogeridos de São Paulo, localizando essa produção dentro de um cenário de debates e experimentações latino-americanas voltadas para fomentar o desenvolvimento social.

Na trajetória mapeada na PARTE I foi possível compreender como se chegou a implementação do Programa de Mutirões Autogeridos voltados para a produção de moradia em São Paulo na década de 1990, assim como o funcionamento de um mutirão e parte das razões que levaram os movimentos

de moradia e técnicos de assessorias locais a defenderem a prática como modelo, devendo ser incluído como uma modalidade dentro dos programas públicos voltados para produção de habitação social.

Reconheço que ao estudar o Conjunto Paulo Freire, muito da propaganda feita sobre as virtudes do mutirão autogerido se mostraram quase utópicas na prática. A autonomia, a emancipação e a eficiência almejada foram limitadas. A força coletiva foi se arrefecendo, muito em conta das dificuldades em obter acordos viáveis com um Estado financiador que impunha obstáculos à prática e favorecia a produção das empreiteiras. Os atrasos, devido a falta de recursos, foram alarmantes. A horizontalidade plena entre associados e arquitetos - leitura que se tem devido aos poucos conflitos documentados nas bibliografias produzidas - foi apenas aparente. Os registros nas atas do Mutirão Paulo Freire mostram que os embates entre população e técnicos existiram e foram relevantes, assim como ocorreram inúmeros conflitos e desentendimentos entre as famílias⁶⁰.

Apesar dos conflitos, o processo do Conjunto Paulo Freire se fez benéfico e refletiu as virtudes da autogestão atrelada ao mutirão defendidas por João Marcos de Almeida Lopes (2006) em "o anão caolho", discussão elaborada em resposta ao debate "o vício da virtude" de Francisco Oliveira (2006), sociólogo que elabora uma crítica contundente a essa prática. O processo do Mutirão Paulo Freire foi capaz de produzir uma moradia em que o "valor de uso" predominou ao "valor de troca", ou seja o projeto foi planejado para resultar em propriedades de qualidade para serem mantidas e zeladas, em vez de assumirem o lugar de mercadorias pensadas para dar lucro, e portanto serem reduzidas e barateadas ao extremo. Esse aspecto se soma aos ganhos individuais e coletivos do processo, esse que ocorreu a partir da definição de estratégias participativas, educacionais e técnicas mais horizontais, afinal, para ser um produção que se distingue da lógica mercadológica e capitalista que acentua injustiças sociais, as estratégias precisariam ser lapidadas de forma a não reproduzirem mais do mesmo. O relato, compilado no primeiro capítulo, evidenciou como o Conjunto Paulo Freire emergiu de lutas e alianças resultantes da atuação coordenada entre o Estado, as organizações populares e os assessores técnicos.

Dos fios identificados como essenciais para a elaboração da trama historiográfica almejada, optou-se por focar na construção de uma "montagem-genealógica" de dois deles: o percurso da formação e o percurso das técnicas construtivas, traçados a partir da seleção de experiências que antecederam à trajetória mapeada na PARTE I. A seleção das experiências não foi arbitrária, como afirma Jacques (2015, p.58) "o material da montagem está longe de ser arbitrário. A verdadeira montagem se baseia no documento".

A análise de registros, selecionados de recortes temporais e espaciais mais amplos, guiaram a elaboração da PARTE II. Para o percurso da formação, relatado no Capítulo 2, foram estudados a atuação do *Centro Interamericano de Vivienda* (CINVA) na Colômbia, a construção do método de alfabetização de

⁶⁰ As atas foram uma das fontes mais ricas que orientaram o relato sobre o processo do Mutirão Paulo Freire. No entanto, devido aos recortes estabelecidos e às limitações do processo de elaboração deste estudo, os conflitos não foram explorados em profundidade. Ressalta-se essa lacuna.

Paulo Freire no Nordeste Brasileiro e a formação do Movimento *Autogobierno* na Universidade Nacional Autônoma do México. Para o percurso da técnica construtiva, relatado no Capítulo 3, foram relatadas a experiência com os painéis de taipa armada em Cajueiro Seco no Pernambuco e o debate sobre soluções políticas e construtivas promovido pelo Concurso Internacional *Proyecto Experimental de Vivienda* (PREVI) no Peru.

A investigação demonstra como os casos selecionados se relacionavam ao contexto sócio-político do Pós Segunda Guerra Mundial, e início da Guerra Fria, que permeiava todo o continente latino-americano. Durante esse período, os países subdesenvolvidos do continente passaram a ser alvo de programas assistencialistas norte-americanos, estimulando a economia e o planejamento. Foram criados um extenso aparato de instituições regionais, nacionais e internacionais que se articularam na implementação de políticas de melhorias sócio-econômicas. As articulações ocasionou o surgimento de uma ampla rede internacional de intelectuais multidisciplinares, que em seus debates elaboraram críticas contundentes à implementação de soluções estrangeiras para atender problemas regionais e estimulam o desenvolvimento de estratégias mais humanitárias adaptáveis ao contexto de cada localidade latina.

Foi nesse cenário que emergiram as experiências analisadas na trama da PARTE II, cuja narrativa é montada buscando conectar os eventos a versão registrada nas bibliografias sobre a produção mutirante e o Conjunto Paulo Freire, identificando heranças e difusões nas interações entre técnicos, população e Estado nas produções sociais dos distintos períodos, traçando assim um amplo panorama relativo ao planejamento e desenvolvimento latino-americano.

De fato, ao aprofundar as investigações, foi possível mapear uma série de conexões entre os eventos analisados. O estudo mostra que as experiências foram resultantes de alianças estabelecidas entre técnicos, população e Estado - e em alguns casos, a Igreja - alinhados por um viés político social e progressista. Essa característica evidencia por que partes dessas experiências foram dificultadas, mesmo ou interrompidas, em mudanças de governo uma vez que divergiam das agendas e dos objetivos almejados por gestões estatais autoritárias e/ou conservadoras. A investigação sobre os aspectos metodológicos dos casos ainda evidencia que, na prática, ocorre o que foi apontado por Freire (1970), Ferro (1979) e Lopes (2011): a educação e a técnica são indissociáveis da política.

O relato documentado nos Capítulos 2 e 3, que remontam a década de 1950, evidencia que a difusão das estratégias elaboradas para as práticas experimentadas - que ressoaram nos campos da sociologia, pedagogia e da arquitetura - foi viabilizada pela construção de uma rede internacional e multidisciplinar de intercâmbio de conhecimentos. Essa rede - alimentada por publicações em revistas e discussões em eventos internacionais - permitiu que o Conjunto Paulo Freire e outras produções mutirantes paulistanas incorporassem a herança dessas discussões e práticas. Algumas das estratégias mapeadas incluem a criação de planos de formação profissional voltados para atender demandas sociais, a construção de relações dialógicas entre população e técnicos e a elaboração de sistemas construtivos pré-fabricados que consideravam a materialidade disponível e capacidade de produção local.

Após todo o esforço de compilação, pontua-se que o objetivo de ampliar o entendimento sobre o contexto histórico que resultou no Conjunto Paulo Freire a partir de uma óptica latino-americana, extrapolando os limites encontrados nos registros bibliográficos elencados inicialmente, foi em parte alcançado. Ao reunir esse intrincado conjunto de eventos, ideias, organizações, profissionais e instituições, utilizando as estratégias derivadas das abordagens historiográficas de genealogia e montagem, foi possível tensionar e trazer maior complexidade à trama difundida na atualidade, revelando contextos e conexões que possivelmente não estavam tão evidentes. Fui surpreendida ao concluir este percurso e perceber que parte das "heranças" do Conjunto Paulo Freire - Ligas Camponesas, Cajueiro Seco, Paulo Freire - não estavam tão distantes geograficamente da minha perspectiva, apesar da distância cronológica. O oposto também ocorreu. As investigações bibliográficas e documentais me conduziram a relatar casos originados em localidades ainda mais distantes. O esforço em buscar, delimitar, narrar, conectar, "desenterrar" e tornar "visível", mostrou-se válido.

Esta construção não finda aqui. Há várias "pontas" soltas a serem exploradas. Cabe investigar e incluir nessa trama, experiências de localidades latinas não mencionadas, ou mesmo experiências fora do continente. Cabe ainda explorar percursos que vão além da formação e da técnica construtiva. O esforço dedicado a este estudo é pausado aqui, porém, estabelece uma base para que esta construção historiográfica - e tantas outras - possa ser continuada. Como observado nas teorizações estudadas, o conhecimento histórico não é estático, ele pode - e deve - ser desestabilizado. Nesta dissertação, apresento uma possibilidade historiográfica, inacabada, construída de "fragmentos" que buscam reverberar no campo da teoria e história da arquitetura e do urbanismo e, parafraseando Foucault, pontuo que "cabe a vocês continuá-la ou modificá-la" (FOUCAULT, 1998, p. 168).

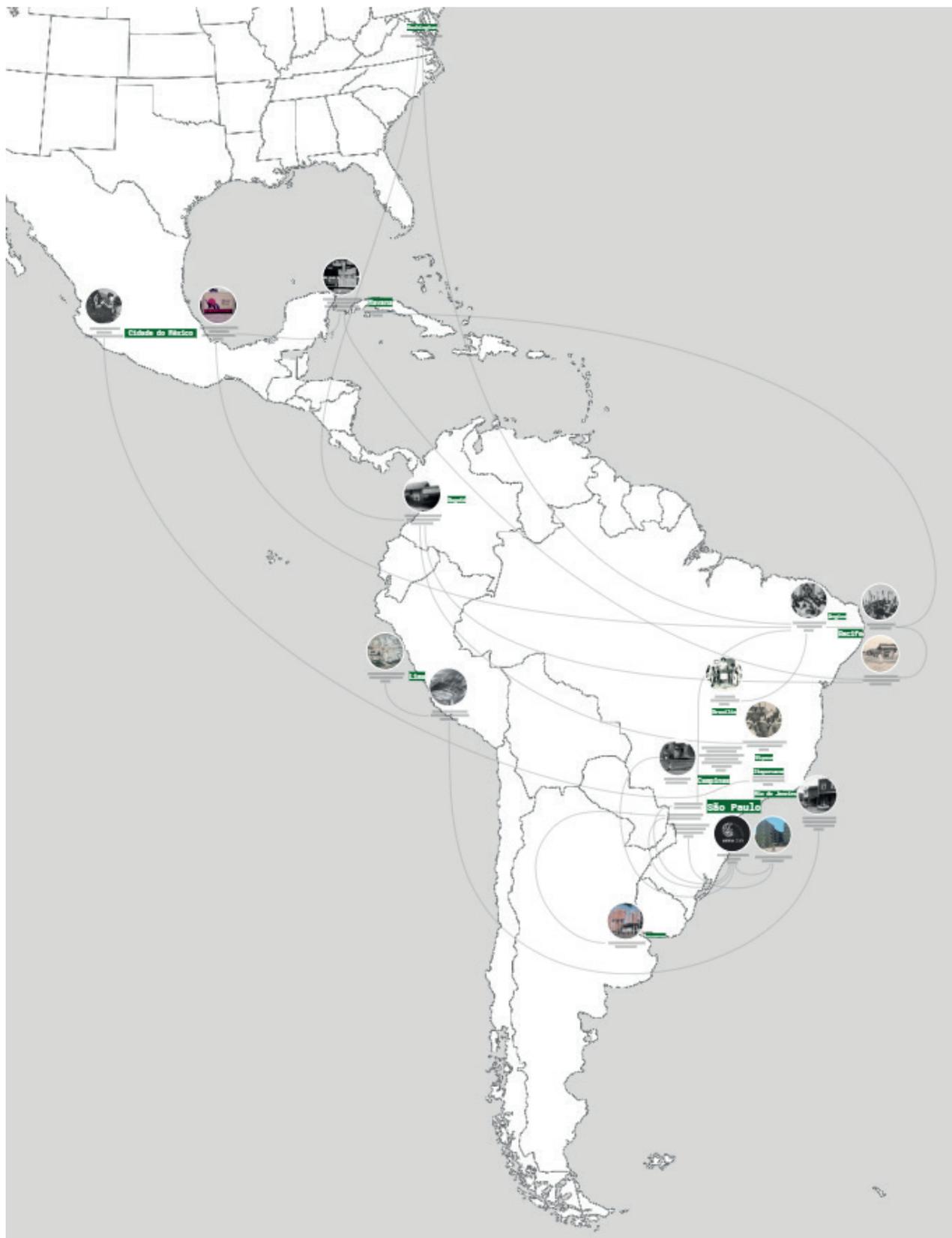


Figura 98 - “Nebulosa” da construção historiográfica do Conjunto Paulo Freire.
Fonte: Elaborado pela autora⁶¹.

⁶¹ Acesse pelo Miro em: https://miro.com/app/board/uXjVOifPeuk=?share_link_id=658555667326.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIKO, A. K.; COELHO, L. O. **Mutirão Habitacional: Procedimentos de Gestão**. Porto Alegre: ANTAC, 2006. v. 2.

AQUINO, Carlos Roberto Filadelfo de. **A luta está no sangue: família, política e movimentos de moradia em São Paulo**. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ANDRADE, Flávio Anício. A influência mexicana na educação brasileira: as missões culturais de educação como modelo para as missões rurais de educação. **Educar em Revista**. v. 38, n.p, 2022

ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2002.

ARAVECCHIA-BOTAS, Nilce. Ciudad Kennedy: uma fronteira no processo de urbanização de Bogotá. In: Anais do XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. **Anais [...] Rio de Janeiro (RJ) UFRJ**, 2018. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xvshcu/83077-ciudad-kennedy--uma-fronteira-no-processo-de-urbanizacao-de-bogota>. Acesso em: 10/09/2023

ARAVECCHIA-BOTAS, Nilce Cristina. O pensamento decolonial: caminhos para o ensino de arquitetura na América Latina. **América** - Revista da Pós Graduação da Escola da Cidade, n. 1, p. 76-81, 2018.

ARAVECCHIA-BOTAS, Nilce; PINO, Ana Montoya. Del problema a la solución: orígenes de las políticas de urbanización en favelas y tugurios. In: Anais do III Congreso de la Asociación Iberoamericana de Historia Urbana. **Anais [...] Madri**, 2022. Disponível em: https://eventos.ucm.es/_files/_event/_68253/_editorFiles/file/Mesa%2052%20-%20III%20AIHU.pdf. Acesso em: 17 set.2023.

ARQUITETURA como prática política: 25 anos de experiência da Usina. Direção de Gabriela Nunes e Sabrina Duran. São Paulo: Usina CTAH, 2016. Digital (62 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HgrnvEhKFSw&t=452s>. Acesso em: 11 de março de 2023.

ATIQUE, Fernando. **Arquitetando a "Boa Vizinhança": a sociedade urbana do Brasil e a recepção do mundo norte-americano, 1876 - 1945. 2007.** Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BALLENT, Anahí. Learning from Lima. Previ, Peru: habitat popular, vivienda masiva y debate arquitectónico". **Block.** Buenos Aires, n. 6, p. 86-95. 2004.

BARAVELLI, José Eduardo. **O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo: das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha.** 2006. Dissertação (Mestrado em Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BARONE, Ana Cláudia Castilho. **Team 10: arquitetura como crítica.** 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-22092023-150936/pt-br.php>. Acesso em: 01 dez. 2023.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história.** Tradução: João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

BIERRENBACH, Ana Carolina de Souza. Conexão Borsóï-Bardi: Sobre os Limites das Casas Populares. **Risco - Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, v.7, n.1, p. 49-61, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44723>. Acesso em: 17 nov. 2023.

BOLAFFI, Gabriel. **Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema.** in MARICATO, Ermínia (Org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

BONDUKI, Nabil. **Habitação e Autogestão.** 1 ed. Rio de Janeiro: Fase. 1992.

BONILLA Y SEGURA, Guillermo. As Missões Culturais no México. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** v. 14, n. 38. Rio de Janeiro: INEP, jan./abr. 1950. p. 51-58. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/issue/view/427/64> . Acesso em: 24 out. 2023.

BRITTO, Alfredo L., Aspectos do VII Congresso da UIA. **Arquitetura**, v.20, p. 6-11, fev. 1964. Disponível em: https://www.iabsp.org.br/revista_arquitetura/revista_arquitetura_20.pdf. Acesso em: 23 nov. 2023.

CAPACETES coloridos. Direção de Paula Constante. São Paulo: Fera Filmes, 2007. Digital (37 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6vC95sfsND8&t=814s>. Acesso em: 21 de março de 2023.

CALDEIRA, Clóvis. **Mutirão: formas de ajuda mútua no meio rural.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo.** São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CARRANZA, Edite Galote R.; CARRANZA, Ricardo. Alvenaria alternativa. A obra do arquiteto Vitor Lotufo. **Arquitextos**, São Paulo, ano 11, n. 126.01, Vitruvius, 2010. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.126/3659>. Acesso em: 15 de março de 2023.

CARVALHO, Beatriz Barsoumian de. **Casa rural e planejamento na américa latina: o curso do CINVA em Viçosa/MG, 1958**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: https://repositorio.usp.br/directbitstream/470b6c90-b9fe-47f0-8e58-2fc7ac1fc177/TFG_2021_2_Beatriz_Barsoumian.pdf. Acesso em: 18 set. 2023.

CARVALHO, Caio Santo de Amore. **Lupa e telescópio: o mutirão em foco. São Paulo, anos 90 e atualidade**. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CERQUEIRA, Ícaro Vilaça Nunesmaia. **As mil moradias. Arquitetura [e história] como processo na experiência da USINA CTAH junto à Associação por Moradia de Osasco**. 2016. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CICHOSKI, Pâmela; ALVES, Adilson Francelino. A pesquisa-ação na obra de Orlando Fals Borda: contribuições para repensar o desenvolvimento rural. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 14, n. 34 Dez., 2020.

COLLA, Lorraine; PEETERS, Clementine; PREUD'HOMME, Caroline. **Mutirão: collective autoconstruction in São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Arquitetura) - Faculteit Ingenieurswetenschappen da University Leuven, Leuven, 2015.

DUALIBI, Jackson Antonio da Silva. **Arquiteto Joan Villà: a construção da cerâmica armada**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013.

DUSSEL, Inés. Foucault e a Escrita da História: reflexões sobre os usos da genealogia. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 29, n. 1, 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25418>. Acesso em: 6 ago. 2023.

ENTRETEMPOS. Direção de Henri Arraes Gervaiseau. São Paulo: Centro de Estudos da Metrópole, 2011. Digital (98 min).

ESPINOZA, José Carlos Huapaya. **Fernando Belaunde Terry e o ideário moderno na arquitetura e no urbanismo no Peru entre 1936 e 1968**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

ESPINOZA, José Carlos Huapaya. Reflexões sobre a forma urbana latino-americana. O aporte dos Congressos Pan-americanos de Arquitetos e da Sociedad Interamericana de Planificación, 1920-1976. **Urbana - Revista eletrônica do centro interdisciplinar de estudos da cidade**, v. 7, p. 63, 2015.

ESPINOZA, José Carlos Huapaya. [Re]Pensando a 'cidade latino-americana': a Sociedad Interamericana de Planificación (SIAP) e as discussões em torno dos 'assentamentos precários', 1964-1979. In: Anais do I Congresso Iberoamericano de Historia Urbana. **Anais [...]**. Santiago, 2016. p. 383-391.

EUA. Presidente (1961 – 1963: John F. Kennedy). **Discurso de anúncio do programa “Aliança para o Progresso”**. Washington, 13 mar. 1961. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YoLtZ7qo8Io&t=4s>. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB - Movimento de Educação de Base 1961-1966**. Campinas: Autores Associados, 2006.

FERNANDES, Francisco Calazans e TERRA, Antônia; **40 Horas de Esperança – O método Paulo Freire: política e pedagogia na experiência de Angicos**. Série Educação em Ação, Editora Ática, 1994.

FERRO, Sérgio. **O canteiro e o desenho**. São Paulo, Editora Projeto, 1979.

FRANÇA, Elisabete França; COSTA, Keila Prado (org.). **Plano Municipal de Habitação: a experiência de São Paulo**. São Paulo: Secretaria Municipal de Habitação, 2012. v. 1.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FREIRE, Paulo. O Professor Universitário como Educador. **Estudos Universitários**, Recife, n. 1, p. 45-47, jul./set. 1962.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREITAG, Patrícia Batista. **Crítica e emancipação: a reforma do ensino de Arquitetura e Urbanismo na América Latina (1950 – 1980)**. 2019. 224 f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

GADOTTI, Moacir (org.). **Paulo Freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez – Instituto Paulo Freire, 1996.

GALINDO-DÍAZ, Jorge; ESCORCIA-OYOLA, Olavo; GONZÁLEZ-CALDERÓN, Alleck J. El Centro Interamericano de Vivienda - CINVA y los orígenes de la experimentación con bloques de tierra comprimida (BTC) en la vivienda social (1953-1957). **Informes de la Construcción**, [S. l.], v. 75, n. 570, p. e503, 2023.

GAMA, Yuri. Habitação social e políticas urbanas durante aliança para o progresso no Recife na década de 1960. **O Social em Questão**. Rio de Janeiro. n. 53. p. 87-112, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552270452004/html/>. Acesso em: 18 nov. 2023.

GASSULL, Virginia Miranda. Una revisión crítica en la enseñanza universitaria de la arquitectura. El caso de la UNAM, México y la UNCUYO, Argentina. **Territorios**, [S. l.], n. 44-Esp, 2021. DOI: 10.12804/revistas.urosario.edu.co/territorios/a.9030. Disponível em: <https://revistas.urosario.edu.co/index.php/territorios/article/view/9030>. Acesso em: 11 nov. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. SÃO PAULO: Atlas, 2009.

GONÇALVES, Larissa Soares. **Avaliação Pós-Ocupação em mutirão autogerido: um estudo de caso do Conjunto Paulo Freire**. Dissertação (Mestrado em Habitação, Planejamento e Gestão de Projetos) - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, São Paulo, 2016.

GORELIK, Adrián. A produção da "cidade latino-americana". **Tempo Social**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 111-133, 2005.

GROAT, Linda e WANG, David. **Architectural Research Methods**. 2 ed. John Wiley & Sons, 2013.

JACQUES, Paola Berenstein. **Montagem Urbana: uma forma de conhecimento das cidades e do urbanismo**. In: JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra (Orgs.). Experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea. Tomo IV – Memória, narração, história. Salvador, EDUFBA, 2015.

JACQUES, Paola Berenstein. **Fantasmas modernos: montagem de uma outra herança**. Salvador: EDUFBA, 2020.

KOURY, Ana Paula. **Grupo Arquitetura Nova. Flávio Império, Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro**. São Paulo: Romano Guerra, 2003.

LAND, Peter. **The experimental housing Project (PREVI), Lima. Design and Technology in a new neighborhood**. Universidad de los Andes. 2015.

LARA, Fernando Luiz. Paulo Freire como antídoto à hegemonia da abstração. *Arquitextos*, São Paulo, ano 22, n. 256.00, Vitruvius, set. 2021. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/22.256/8240>. Acesso em 23 out. 2023.

LOMBARDI, Maria Rosa; SILVEIRA, Maria Natália Barboza. Políticas de habitação popular, trabalho associado e relações de gênero: a experiência da USINA. **Textos FCC**, São Paulo, v. 32, p. 82, 2013. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/textosfcc/article/view/2450>. Acesso em: 12 fev. 2023.

LOPES, João Marcos de Almeida. O anão caolho. **Novos Estudos**. n.76, p. 219-227, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/kpvtPTLQwrxSqKMh5pvSygg/>. Acesso em 28 nov. 2023.

LOPES, João Marcos de Almeida. **Sobre arquitetos e sem-tetos: técnica e arquitetura como prática política**. Tese (Livre docência em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Campinas, 2011.

LOUREIRO, Joisa Maria Cardoso. **As comunidades fruto do cooperativismo habitacional: possibilidades do conjunto autogerido Paulo Freire como utopia temporal-espacial**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamín: aviso de incêndio**. Tradução Wanda Nogueira Caldeira Brant Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos Estudos**, n. 74, p. 67-85, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/NZdtrpkH99L4r4zfbTN3Pw/>. Acesso em 28 nov. 2023.

OSPINA, Adriana Marcela Sánchez. **Política e Planejamento: Bogotá, trinta anos de práticas urbanísticas, 1926-1958**. 2012. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2012.

OYOLA, Olavo Escorcia. **Centro Interamericano de Vivienda (Cinva) 1951-1972: Aportes a la investigación, al desarrollo de técnicas constructivas y otras contribuciones en Vivienda de Interés Social.** Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2022.

NOGUEIRAS, Luís M. **La práctica y la teoría del desarrollo comunitario: descripción de un modelo.** Madrid: Narcea, 1996.

MARICATO, Ermínia. **Política Habitacional no Regime Militar: do milagre brasileiro à crise econômica.** Petrópolis: Vozes, 1987.

MARQUES, Ana Carolina Buim Azevedo; KOURY, Ana Paula. A pedagogia de Paulo Freire no Acampamento Escola de Rodrigo Lefevre. **Arquitextos**, São Paulo, ano 22, n. 256.01, Vitruvius, set. 2021. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/22.256/8241>. Acesso em: 22 out. 2023.

MARTINS, Lyzandra Machado. **Direito à arquitetura: inventário da produção das assessorias técnicas paulistas.** 2019. Dissertação (Mestrado em Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. Residência estudantil da Unicamp. Joan Villà, construções para a sociedade. **Projetos**, São Paulo, ano 13, n. 154.02, Vitruvius, 2013. Disponível em : <https://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/13.154/4895>. Acesso em 09 abr. 2023.

MONTES, J. Victor. Pasajes históricos del Autogobierno. 1975 – 1984. **Raíces Digital - Fuentes para la Historia de la Arquitectura Mexicana.** v 4, 44p. 2004. Disponível em: <https://fa.unam.mx/editorial/wordpress/wp-content/Files/raices/RD04/CONTENIDOS/PASAJESDELAUTOGOBIERNO.pdf>. Acesso em 12 nov. 2023.

MONTOYA-PINO, Ana Patricia. **Las Unidades Vecinales en América Latina – 1930-1970: Política, bienestar y vivienda como proyecto moderno.** 2014. Tese (Doutorado em Arte e Arquitetura) – Facultad de Artes, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, Colombia. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/75630>. Acesso em 30 de nov 2023.

MUNSLOW, Alun. **Desconstruindo a História.** Tradução de Renata Gaspar Nascimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

MUTIRÃO Paulo Freire - SP (Temporada 1, ep. 11). Habitação social: projetos de um Brasil [Série documental]. Direção de André Manfrim. Vitória: Pique-Bandeira Produções, 2019. Digital (26 min). Disponível em: <https://www.primevideo.com/detail/Habitação-Social-Projetos-de-um-Brasil/OH3CMRHZMP4WV7ZDI8LL1IIRG1>. Acesso em: 20 de março de 2023.

OS MUTIRÕES da Leste 1. Direção de Paula Constante. São Paulo: Fera Filmes, 2020. Digital (67 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=enYeulGpJJw>. Acesso em: 21 de março de 2023.

OTERO, Estevam Vanale. **As possibilidades e os limites da reabilitação de conjuntos habitacionais em São Paulo.** 2009. Dissertação (Mestrado em Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PAEZ, Jorge Alberto Rivera. **El CINVA: Um modelo de cooperación técnica 1951-1972**. Departamento de História da Faculdade de Ciências Humanas da UNAL. Bogotá, 2002.

PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil, 1955-1964**. Rio de Janeiro : Record, 1972.

PASCHOAL, A. E. O procedimento genealógico de Nietzsche. **Revista Diálogo Educacional**. Paraná: UCS. v.1 -n.2 -jul./dez. 2000.

PEIXOTO, Luiz Eduardo. De Singapura a Cingapura: o conto de dois modelos habitacionais. **Caos planejado**, 2017. Disponível em: <https://caosplanejado.com/de-singapura-a-cingapura-um-conto-de-dois-modelos-habitacionais-conjunto-habitacional-hdb/>. Acesso em: 15 de outubro de 2022.

PEREIRA, Margareth da Silva. **A utopia e a história, Brasília: entre a certeza da forma e a dúvida da imagem**. In: GUERRA, Atique (org.). Textos fundamentais sobre a história da arquitetura moderna brasileira. 2. 1 ed. São Paulo: Romano Guerra, 2010. p. 11-32.

PEREIRA, Margareth da Silva. Pensar por nebulosas. In: PEREIRA, Margareth da Silva, JACQUES, Paola Berenstein (org.). **Nebulosas do pensamento urbanístico**. Salvador: Edufba, 2018.

POMPÉIA, Roberto Alfredo. **Os Laboratórios de Habitação no ensino da arquitetura: uma contribuição ao processo de formação do arquiteto**. 2006. Tese (Doutorado em Tecnologia da Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PRONSATO, Sylvia Adriana Dobry. **Arquitetura e paisagem: projeto participativo e criação coletiva**. São Paulo: Annablume, 2005.

RESTREPO, Luis Fernando Acebebo. El CINVA y su entorno espacial y político. **Mimesis**, Bauru, v.24, n°1, 2003, p. 59-89. Disponível em: https://secure.unisagrado.edu.br/static/biblioteca/mimesis/mimesis_v24_n1_2003_art_03.pdf. Acesso em 25 out. 2023.

RITTER, Carolina; GONSALES, Célia Helena Castro. As repercussões da crítica ao CIAM no projeto das cooperativas habitacionais uruguaias. Conjunto José Pedro Varela. **Arquitextos**, São Paulo, ano 21, n. 241.05, Vitruvius, jun. 2020. Disponível em : <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.240/7778>. Acesso em 30 abr. 2023.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANCHES, Débora. **Processo participativo como instrumento de moradia digna : uma avaliação dos projetos da área central de São Paulo - (1990 a 2012)**. 2015. 465 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

SANTIAGO, Vandek. Francisco Julião, as Ligas e o golpe militar de 64. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas - 1954-1964**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 157-188.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: EDUSP, 1999.

SEGRE, Roberto (org.). **América Latina en su arquitectura**. Cidade do México: Siglo XXI, 1975.

SILVA, Maria Laís Pereira. **Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC / FGV**. Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira, organizadores. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002, p.108-109.

SILVA, Izabel Fraga do Amaral e. **Um olhar sobre a obra de Acácio Gil Borsoi obras e projetos residenciais 1953-1970**. 2004. 238 f. Dissertação (Mestrado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

SOUZA, Alberto. **Do mocambo à favela**. Recife, 1920-1990. João Pessoa, Editora UFPB, 2003.

SOUZA, Diego Beja Inglez. **Reconstruindo Cajueiro Seco: arquitetura, política social e cultura popular em Pernambuco (1960-64)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

TELLEZ, Rosa. **Arquitectura-Autogobierno. Una experiencia academico-politica en la UNAM**. 1986. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Nacional do México, Cidade do México, 1986.

TOTA, Antônio Pedro. **O imperialismo sedutor. A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

TURNER, John F. C. Dwelling resources in South America. **Architectural Design**, Londres, n.8, 1963. 359-393. Disponível em: [http://www.communityplanning.net/JohnFC TurnerArchive/](http://www.communityplanning.net/JohnFC%20TurnerArchive/). Acesso em 30 nov. 2023.

UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR. Cartilha de autogestão em habitação. 1ª edição. São Paulo: UNMP, 2019. 48 p.

USINA CTAH; MUTIRANTES. Mutirão Paulo Freire: movimento popular, arquitetura e pedagogia da práxis. In: VILAÇA, Ícaro; CONSTANTE, Paula (org.). **Usina: Entre o projeto e o canteiro**. 1 ed. São Paulo : Edições Aurora, 2016, v.1, p. 106-136.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. 4ª ed. Brasília: Editora UNB, 2008.

VEIGA-NETO, Alfredo. **“Os três Foucault? ou a sempre difícil sistematização”**. In.: VEIGA-NETO, Alfredo. Foucault e a educação. Belo horizonte: Autêntica, 2004. p. 41-49.

VILAÇA, Ícaro; CONSTANTE, Paula (org.). **Usina: Entre o projeto e o canteiro**. 1 ed. São Paulo: Edições Aurora, 2016.

WAISMAN, Marina. **O Interior da História: historiografia arquitetônica para uso de Latino-Americanos**. Tradução Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.

APÊNDICE

Lista de Acervos pesquisados:

Paraíba

Universidade Federal da Paraíba - Biblioteca Central

Universidade Federal de Campina Grande - Biblioteca Central

São Paulo

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo - Biblioteca do

Edifício Vilanova Artigas

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo - Biblioteca do

Edifício Vila Penteado

Usina CTAH - Biblioteca e Arquivo do Escritório da Usina CTAH

Acervos Digitais

Academia - <https://www.academia.edu/>

ResearchGate - <https://www.researchgate.net/>

Google Acadêmico - <https://scholar.google.com.br/>

Scielo - <https://scielo.org/>

Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - <http://bdtd.ibict.br/vufind/>

Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP - <https://www.theses.usp.br/>

Acervo Paulo Freire - <https://acervo.paulofreire.org/home>

Mostra Memórias da Educação - <http://www4.pucsp.br/cedic/meb/o-meb.html>

Acervo *El Correo* da UNESCO - <https://pt.unesco.org/courier/about>

Acervo *Raíces Digital* - <https://arquitectura.unam.mx/raices-digital.html>

Acervo Acácio Gil Borsoi - <http://www.liber.ufpe.br/acacioborsoi/index.php>

Acervo de publicações de John F. C. Turner - <http://www.communityplanning.net/JohnFCTurnerArchive/>

Acervo Revista Arquitetura - <https://www.iabsp.org.br/revista-arquitetura/>



